

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

ALANA ANDREIA PEREIRA

**EXPLORAÇÃO SEXUAL: A CONDIÇÃO DE VIDA DAS FILHAS DA
CLASSE TRABALHADORA**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2015**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

ALANA ANDREIA PEREIRA

**EXPLORAÇÃO SEXUAL: A CONDIÇÃO DE VIDA DAS FILHAS DA
CLASSE TRABALHADORA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Marta Silva Campos

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2015**

Banca Examinadora

Agradecimentos

Gostaria de registrar meus agradecimentos à (s):

Minha família, *Aparecida – mãe - e Donizetti – pai -*, pela luta, por partilharem alegrias, tristezas, por me acolherem e me amarem e pela disponibilidade de mais uma vez lutarem comigo pela realização de alguns sonhos como: não um, mas dois mestrados e a internacionalização, viajar e conhecer alguns cantinhos do mundo.

Meu companheiro *Diogo* por mais uma vez sonharmos juntos alguns sonhos que se realizaram, por todo amor, consideração, carinho e força para a luta cotidiana sem me deixar jamais esquecer do motivo pelo qual iniciei minhas jornadas.

Daniel Brandão, Fernanda Fedato e Paulinho (Paulo), equipe do Projeto Firmeza do CEDAP de 2013, como também às *crianças, adolescentes e famílias acompanhadas por este serviço de PAEFI*. Minha passagem foi para mim de gigantesca intensidade, acolhedora, revigorante, inquietante e estimulante, embora tenha sido rápida não guardo lamentos e sim experiências que me põem em movimento. Agradeço pelos momentos de reflexão em equipe nas sextas-feiras a tarde e pelos momentos coletivos das oficinas e dos grupos, como pelos momentos individuais, todos esses espaços de suspensão da cotidianidade, de estudo, de partilha de histórias de vida destes sujeitos. Ou ainda, por todos estes momentos magníficos de aprendizado/ de trocas.

Marta Silva Campos, por expressar não duvidar em momento algum de minha capacidade, mesmo quando eu duvido e por se propor a compartilhar este desafio comigo com muita leveza, desenvoltura e carinho.

Bia (Maria Beatriz Costa Abramides), por me deixar sem palavras, por sua disponibilidade, sinceridade e seriedade, por todas as contribuições e as risadas tão espontâneas e divertidas, por me permitir conhecer sua história de luta e sua coerência.

Mariangela Belfiore Wanderley, Valérie Fargeon, Bruno Lamotte e Claudine Offredi, por possibilitarem, por me apoiarem e participarem deste percurso de dupla diplomação entre PUCSP e UPMF.

Amigas (os) e companheiras (os) de luta, em especial, *Mari* (Mariana B. Soares), *Guilherme da Silva, Beth Rossin, Eliete Sampaio, Mônica Clavico, Denis Barreto da Silva, Géraldine Barreto Challe, Célia Tixier* e *Wilfried Mourier*. Tod@s compas de viagens, de reflexões que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho.

CNPq (bolsa integral no Brasil para os dois anos de mestrado) e *CMIRA* (bolsa da região Rhone Alpes na França por cinco meses), para cursar os dois mestrados em convênio de dupla diplomação.

*“O pequeno monge: [...] Para subir por esses caminhos desgraçados, arrastando um cesto e pingando suor, para parir os filhos e até para comer, é preciso ter força, e essa força de onde é que eles tiram, se não é do sentimento da constância e da necessidade, que lhes vem olhando os campos, olhando as árvores que reverdecem todos os anos, vendo a igreja pequena, ouvindo a Bíblia aos domingos. Eles estão seguros – foram ensinados assim – de que o olhar de Deus está posto neles, atento, quase ansioso, de que o espetáculo no mundo foi construído em torno deles, para eles, os atores, pudessem desempenhar os seus papéis grandes ou pequenos. Que diria a minha gente se ouvisse de mim que moram num pedaço pequeno de rocha que gira ininterruptamente num espaço vazio à volta de uma estrela, um pedaço entre muitos, sem maior expressão? [...] Não há sentido na nossa miséria; fome não é prova de fortaleza, é apenas não ter comido; esforço é vergar as costas e arrastar, não é mérito [...]. Galileu: [...] O senhor tem razão, não são os planetas que importam, são os camponeses. E o senhor não me venha com a beleza dos fenômenos que o tempo redourou! **O senhor sabe como a ostra margaritifera produz a sua pérola? É uma doença de vida ou morte. Ela envolve um corpo estranho, intolerável para ela, um grão de areia, por exemplo, numa bola de gosma. Ela quase morre no processo. A pérola que vá para o diabo. Eu prefiro a ostra com saúde. A miséria não é condição das virtudes, meu amigo. Se a sua gente fosse abastada e feliz, aprenderia as virtudes da abastança e da felicidade [...].** O pequeno monge (muito agitado): São os motivos mais altos que nos mandam calar, é a paz de espírito dos miseráveis! Galileu: [...] **Meu caro, se eu deixo intacta a paz de espírito, [...] a autoridade me recompensa, me oferece o vinho que eles colheram com suor do rosto [...]. Se eu me dispusesse a calar, os motivos seriam indiscutivelmente baixos: vida fácil, nada de perseguições, etc.”***

Bertolt Brecht, A vida de Galileu.

O dinheiro da prostituição não me faz falta. Não tenho R\$1 no bolso, só tenho Jesus, mas está bom (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, 271).

RESUMO

PEREIRA, Alana Andreia. **EXPLORAÇÃO SEXUAL: a condição de vida das filhas da classe trabalhadora**. São Paulo: PUCSP, 2015, 184f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2015, 184f.

Esta dissertação de mestrado teve o propósito de compreender as bases constitutivas da exploração sexual em sua totalidade e desta quando atinge crianças e adolescentes do sexo feminino e as formas de resistência das mesmas, as quais se dão na contradição da luta de classes. Para tanto, busquei evidenciar as condições de vida das filhas da classe trabalhadora em exploração sexual, desvelando o processo de socialização e inferiorização do feminino nas sociedades de classes, acessos e não acessos das mesmas, as alternativas encontradas por elas cotidianamente, as particularidades das formas de inserção nesta condição, ou seja, as determinações da exploração sexual, ressaltando as formas de resistência dos indivíduos e problematizando as formas de fortalecimento destas últimas. A partir destes apontamentos é que foi possível adentrar a questão polêmica da exploração sexual, do direito e os limites da emancipação política, chegando a tratar mais especificamente da proposta atual de 'enfrentamento' à exploração sexual de crianças e adolescentes. Ademais, foi feito ainda uma breve análise das propostas de 'enfrentamento' no contexto francês, não com o intuito de fazer comparações, mas com o escopo de contribuir na ampliação do debate com profundidade, percebendo as influências do contexto europeu na cena da política social brasileira. Em última instância, o modo de conclusão buscou contribuir com os debates atuais da questão, pontuando a centralidade do fortalecimento da resistência de mulheres, homens, filhos e filhas da classe trabalhadora, lutando por políticas sociais, mas para além destas, pensando em políticas de transição, com o horizonte da emancipação humana como uma possibilidade concreta.

Palavras-chave: Exploração Sexual; Feminino; Propostas de 'Enfrentamento'; Resistência; Emancipação Humana.

ABSTRACT

PEREIRA, Alana Andreia. **SEXUAL EXPLOITATION: The living conditions of the daughters of the working class**. São Paulo: PUCSP, 2015. 150 p. Master's thesis in Social Service, Post-graduated Studies in Social Service, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2015.

This Master's thesis aimed to understand the constituent grounds of the sexual exploitation in its entirety and when this reaches children and adolescent girls and also their forms of resistance, which are given in the contradiction of class struggle. Therefore, I sought to highlight the living conditions of the daughters of the working class in sexual exploitation, unveiling the process of socialization and inferiority of the female in the class societies, their accesses and not accesses, the alternatives found for them daily, the particularities of insertion forms in this condition, that is to say, determinations of sexual exploitation, highlighting the resistance of the individuals, and discussing the ways of strengthening the latter. From these notes it was possible to enter the controversial issue of sexual exploitation, law and the limits of political emancipation, coming to treat more specifically the current proposal for 'facing' the sexual exploitation of children and adolescents. Moreover, it has made a brief analysis of 'facing' proposals in the French context, not in order to make comparisons, but with the scope to contribute to the wider debate in depth, knowing the influences of the European context in the scene of Brazilian social policy. Ultimately, the conclusion so sought to contribute to current debates about the issue, pointing out the centrality of strengthening women's resistance, men, sons and daughters of the working class, fighting for social policies, but beyond these, thinking in transition policies, with the horizon of human emancipation as a real possibility.

Keys-words: Sexual Exploitation; Female; 'Facing' Proposals; Resistance; Human Emancipation.

RÉSUMÉ

PEREIRA, Alana Andreia. **EXPLOITATION SEXUELLE: la condition de vie des filles de la classe ouvrière**. São Paulo: PUCSP, 2015. 150 p. Mémoire de Master en Service Social, Pontificia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2015.

Cette thèse vise à comprendre les bases constitutives de l'exploitation sexuelle dans son intégralité et quand cela touche les enfants et les adolescentes et les mêmes formes de résistance, qui sont donnés dans la contradiction de la lutte des classes. Par conséquent, je cherchais à mettre en évidence les conditions de vie des filles de la classe ouvrière dans l'exploitation sexuelle, dévoilant le processus de socialisation et d'infériorité des femmes dans la société de classes, leurs formes d'accès ou pas accès, les alternatives trouvées pour eux tous les jours, les particularités des formes d'insertion dans cette condition, c'est-à-dire, les déterminations de l'exploitation sexuelles, soulignant la résistance des individus et de discuter des moyens de renforcer ce dernier. A partir de ces notes, il était possible d'entrer dans la question controversée de l'exploitation sexuelle, le droit et les limites de l'émancipation politique, venant de traiter plus spécifiquement la proposition actuelle pour «affronter» à l'exploitation sexuelle des enfants et des adolescents. En outre, on fait une brève analyse des propositions pour «affronter» dans le contexte français, non pas pour faire des comparaisons, mais pour contribuer à un débat plus large en profondeur, connaissant les influences du contexte européen dans la scène de la politique sociale brésilienne. Finalement, la conclusion donc cherché à contribuer aux débats actuels sur la question, en soulignant le rôle central du renforcement de la résistance, des femmes, des hommes, des fils et des filles de la classe ouvrière, la lutte pour les politiques sociales, mais au-delà, de penser en politiques de transition, avec l'horizon de l'émancipation humaine comme une possibilité réelle.

Môts clés: Exploitation Sexuelle; Féminin; Propositions pour «Affronter», Renforcement; Résistance.

Apresentação

A pesquisa bibliográfica e documental realizada para produzir esta dissertação de mestrado intitulada **‘Exploração sexual: a condição de vida das filhas da classe trabalhadora’** é o resultado do percurso de dois anos de mestrado, nos quais três semestres foram realizados no Brasil com disciplinas do PEPG em Serviço Social, um semestre na França com disciplinas do Programa de Avaliação e Gestão de Políticas Sociais da UPMF e estágio de pesquisa em duas instituições francesas Amicale du Nid 38 e Appart 38 em Grenoble, critérios estes para a obtenção de dois diplomas, um de mestrado acadêmico pela PUCSP – Faculdade de Ciências Sociais no PEPG em Serviço Social e outro de mestrado profissional pela UPMF – Faculté d’Économie de Grenoble. Mas, não apenas resulta deste processo como também de meu modo de vida e formação de consciência a partir disso, pois viver sob os desígnios da sociedade patriarcal, classista e machista foi determinante para o despertar deste objeto.

Obviamente, o sujeito de pesquisa foi ganhando desenho ao longo do tempo, iniciando pela graduação em que me propus a estudar a relação entre a família e a escola, então desde aquele momento o interesse pela família, por desvelar este contexto, suas implicações e seu ‘uso’ social. Mais adiante, realizando minha pesquisa para monografia de especialização, comecei a depurar um pouco mais o objeto ao me atentar para as especificidades das adolescentes e mulheres convivendo com o HIV/AIDS.

Iniciei minha atuação profissional como Assistente Social compondo uma equipe de PAEFI no município de Campinas/SP, atuando especificamente com adolescentes referenciados por denúncias de exploração sexual. Este é um serviço da Política de Assistência Social voltado para o acompanhamento de famílias e indivíduos que apresentem condições de violações de direitos, sendo a exploração sexual de crianças e adolescentes um fenômeno de violência referenciado.

As denúncias são feitas pela população em geral via disque 100 ou outros canais de atendimento como delegacias e os próprios serviços de proteção desta mesma política. Surgiu desta questão a primeira inquietação para a pesquisa, pois as crianças e os adolescentes eram referenciados como suspeita ou confirmação de exploração sexual e, muitas vezes era cobrado de nós tal posicionamento.

O acompanhamento dos sujeitos e de suas famílias era feito sistematicamente por atendimentos individuais ou em grupo, visitas domiciliares e oficinas, grupos socioeducativos, tudo visando a um processo reflexivo crítico da realidade social, do modo de vida capitalista, das condições de vida dos mesmos, considerando sempre que se tratava majoritariamente de filhos da classe trabalhadora, do sexo feminino e negros.

A princípio, busquei pela produção teórica brasileira sobre o tema e deparei-me com um escasso material para compreender a magnitude e importância deste debate histórico. Fatos estes que provocaram a aproximação com o marxismo, o feminismo marxista e suas categorias analíticas. Prontamente, senti-me impulsionada a produzir um projeto de mestrado ainda bastante despretensioso, já que a decisão por prestar o processo seletivo ocorreu meses antes do início do processo do programa sem ter sido feito anteriormente nenhum contato com os professores do programa.

Com a aprovação no processo seletivo e a possibilidade de ser bolsista integral CNPq pude me dedicar exclusivamente à pesquisa durante todo o mestrado, o que possibilitou meu desenvolvimento e aprimoramento enquanto Assistente Social pesquisadora, aspirante à carreira acadêmica.

Ainda no primeiro semestre de mestrado surgiu a possibilidade realizar um outro mestrado em dupla diplomação, uma chance única para uma filha da classe trabalhadora que jamais havia ousado sonhar como seria sair de seu país para estudos e com bolsa para isso. Pude contar com a bolsa CMIRA também para a realização deste percurso, mas pela desvalorização de nossa moeda ainda precisei do auxílio familiar.

Os resultados de todo este processo vão se evidenciando aos olhos do leitor ao longo destas páginas. Entendendo que esta pesquisa tem por objeto a polêmica da exploração sexual contextualizando-a historicamente nas sociedades de classes, chegando a tratar mais precisamente do tema no capitalismo, analogamente ao tema da centralidade do trabalho alienado expresso nas relações sociais sexuais e a opressão vivenciada pelo sexo feminino.

Oportunamente, infiro que este trabalho não teve pretensões de finalizar o debate sobre a exploração sexual, apenas contribuir para sua amplitude, no entanto, acabou se mostrando inovador pela parca produção teórica sobre o tema.

Certamente esta pesquisa se comprometeu a contribuir para com este debate atual e imprescindível para a categoria profissional do Serviço Social, bem como as demais profissões que tem atuado nesta realidade a partir das expressões deste fenômeno.

No entanto, reitero a importância para os Assistentes Sociais deste trabalho por considerar o projeto ético-político como imprescindível para este debate, entendendo-o como horizonte para a atuação profissional por enfatizar que a emancipação humana só será possível atrelada a luta feminista pela liberdade da mulher, portanto consciência de classe e feminismo são lutas para a realização da possibilidade concreta do comunismo.

Alana Pereira

Campinas, 27 de Junho de 2015

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1. Ensaio acerca da contraditória relação de resistência com a exploração sexual: partindo da cotidianidade.....	24
1.1 Menina, adolescente ou mulher: a resistência na imediatividade	26
1.2 A relação monogâmica e as estratégias de resistência	37
Capítulo 2. A centralidade da alienação nas relações: gênese, manutenção e reprodução.....	48
2.1 A sociedade primitiva: coletividade e o mito da inferioridade do 'feminino'	53
2.1.1 A manutenção da inferiorização do 'feminino'	59
2.1.2 Mundo do trabalho: a mulher trabalhadora e suas implicações ao 'feminino' ...	70
2.2 As relações sociais sexuais nas sociedades de classes são centralmente alienadas: um 'limite' interessante à racionalidade burguesa.....	79
2.2.1 As particularidades do Brasil: a centralidade da alienação das relações sociais sexuais e mais alguns elementos.....	93
Capítulo 3. Prostituição, Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e a questão da emancipação política e emancipação humana	99
3.1 Relações sociais sexuais, prostituição e/ou trabalho sexual: polêmicas e retóricas	100
3.2 Infâncias, adolescências e o controle social exercido sobre as filhas da classe trabalhadora: direito de quem e para quem	114
3.2.1 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: a história de um termo novo para um antigo fenômeno	117
3.2.1.1 Um breve apontamento da discussão sobre este termo na França.....	132
3.3 Códigos de Menores, Estatuto da Criança e do Adolescente e a perspectiva 'universalista' burguesa: a luta pela garantia das necessidades ou, em termos burgueses, pelo direito	134
Capítulo 4. As ações de 'enfrentamento'	149

4.1 A gênese e os desdobramentos do ‘enfrentamento’ no Brasil.....	149
4.2 Um diálogo internacional: aproximações com o contexto francês	158
O modo de conclusão: uma contribuição para adensar o debate	167
Referências bibliográficas	175
Anexos.....	184
Anexo 1. Tabela 1.1.4 do Censo 2010.....	184

Introdução

Primeiramente, é importante aprofundar os motivos pelos quais se deu a escolha deste tema, o qual emergiu de minha atuação profissional como Assistente Social no acompanhamento de crianças e adolescentes em exploração sexual, no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), executado pelo Centro de Educação e Assessoria Popular (CEDAP), no município de Campinas no ano de 2013, previsto na política de assistência social brasileira.

A primeira dificuldade posta na atuação profissional era que os casos chegavam aos profissionais com a denúncia de suspeita ou confirmação de exploração sexual e nem sempre vinham acompanhados de relatório. Os adolescentes, geralmente, passaram por vários serviços da rede de atendimentos antes de serem atendidos naquele espaço. Muitas vezes eles vinham com um histórico de atendimentos muito amplo, outros com histórias de vida de muita resistência, marcadas por muita violência, mas que jamais foram acessados anteriormente por nenhum serviço. Desse modo, era explícito que aqueles que eram acessados logo no primeiro episódio de violência, em sua maioria são acompanhados pela rede até sua maioridade, outros chegavam ao serviço na adolescência, com um histórico de violência desde a infância, demonstrando que ambos não deixam de sofrer violências, mas a maioria é desligada dos serviços com a maioridade, ou não são mais encontrados, ou constituem outras famílias, outras alternativas.

Em alguns casos, houve vezes em que indivíduos apareciam acompanhando amigos referenciados, que participavam das atividades, expressando que, de alguma forma, as reflexões realizadas naquele espaço faziam sentido em suas vidas, provando-se o contrário do que muitos profissionais dizem preconceituosamente, alegando que eles viriam apenas por causa do 'lanche' disponibilizado.

Os adolescentes e suas famílias apresentavam muitas demandas emergenciais, por exemplo, não possuindo documentação ou com documentos já inválidos, alguns em condições de miserabilidade, uso prejudicial de substâncias psicoativas, ou seja, de modo geral, suas condições decorriam da falta de acesso a políticas estruturantes, como saúde, educação, habitação, ou – na maioria dos casos – acesso precarizado, como hospitais com falta de pediatras, a negação de vagas em escolas públicas justificada pelo histórico de evasão escolar. A respeito

disso, quando chegávamos a fundo nas discussões de caso, ouvíamos dos profissionais que as adolescentes seriam 'prostitutas', que se vestiam de forma que as fazia 'parecer prostitutas', ou ainda que elas seriam 'líderes negativos' da turma. Porém as adolescentes geralmente eram excelentes alunas, terminavam suas atividades rapidamente, contrapondo o que geralmente se pensa sobre as mesmas, de que a violência faz com que elas não consigam se concentrar, ou que não teriam bom desempenho nos estudos. O que demonstra que a escola não está preparada para lidar com essas questões.

Quando se trabalha com pessoas, independentemente da idade, é importante que não nos esqueçamos em momento algum, que as decisões serão tomadas por eles e nós, como profissionais, participamos desse processo. É muito pertinente, nesse sentido, a consideração de Marx (2011, p.25), ao afirmar que 'Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram'.

Considerando esses aspectos, trabalhávamos também na perspectiva do entendimento delas sobre a exploração sexual e sobre as possíveis razões de uma denúncia ter sido realizada, no sentido de problematizar o que são as relações sociais sexuais¹ – é preciso relatar aqui, que muitas vezes a denúncia decorria de entendimentos moralistas, em outros casos, durante os acompanhamentos, os sujeitos expressavam a centralidade de objetos, recursos, coisas que os indivíduos poderiam lhes proporcionar, ou seja, mostrando que havia muito mais uma relação de troca que uma relação afetiva.

As adolescentes afirmavam, contundentemente, que a escolha era delas, que elas decidiam sobre seus relacionamentos, mas durante os acompanhamentos, percebíamos que elas estavam nessas relações por conta de alguns acessos possibilitados por essas pessoas. Na maioria dos casos suas relações duravam geralmente pouco tempo. Outras faziam parte de alguma rede de exploração sexual comercial, ainda que pequena, mas nas quais alguém era 'agenciador', sendo difícil

¹ Aprofundarei no capítulo 2 o uso deste termo, bem como sua centralidade para este estudo, porém é válido ressaltar aqui que esta categoria se refere à totalidade das relações que são sociais e não meramente sexuais, pois apesar de o sexo ter centralidade - e não maior ou menor importância - de forma alguma elas deixam de ser relações sociais. Visto que, desde a formação das sociedades de classes, a divisão social sexual do trabalho implica na inferiorização do feminino, sustento que é parte deste processo a suposta dicotomização entre social e sexual, expressando ainda a pretensa cisão entre a sociedade e o indivíduo.

acessá-las até por questões de risco de vida, já que as redes não permitem que os profissionais as acessem.

Dentro destas questões, meu primeiro questionamento foi no sentido de refletir sobre o que elas entendiam a respeito de sua condição e o que a sociedade entendia como limite entre a exploração sexual, o trabalho sexual e a prostituição, questionando quais seriam, de fato, as determinações destes fenômenos.

Essa inquietação foi suscitada à medida que muitas delas mudavam seu modo de vida quando engravidavam e/ou casavam, as roupas, as atitudes, o modo de falar, pelo menos enquanto estavam nesses momentos. Mas seus modos de vida expressavam ainda os modos de vida de sua condição como meninas e moças da classe trabalhadora. Questionei até que ponto, portanto, aquelas relações eram diferentes das relações que as trabalhadoras do sexo, mães ou não, as mães de famílias monogâmicas, trabalhadoras possuem, as quais são exploradas em seu trabalho ou ainda nas relações sociais sexuais, quando não conseguem, por exemplo, 'dizer não' ao companheiro ou desenvolver seus desejos sociais sexuais, etc.

Em meio a toda a falta de acessos em que as adolescentes estavam, processualmente algumas decidiam realizar cursos profissionalizantes e se inserir no mercado de trabalho. Enfrentaram grandes dificuldades nesse processo, em que diziam que aprendiam a 'ter paciência', não desistir e lutar por transformar a realidade em que viviam. Vemos, nesse sentido, que não há políticas que possibilitem concretamente condições de vida igualitárias, com acessos universais, apenas uma espécie de inserção precarizada, sendo que até mesmo a inserção ocorre em todo o mundo apenas para uma parcela da população.

Contrariamente ao que alguns autores propõem, não há a necessidade de recursos específicos como cuidados paliativos, mas a prioridade por políticas estruturantes, que garantam acessos aos filhos da classe trabalhadora, como educação, saúde, alimentação, habitação, pois, com isso, haveria uma redução no número de crianças e adolescentes nessa condição. Mas ainda não acabaria com este fenômeno, visto que a legislação brasileira é baseada na família, primeiramente, em segundo na sociedade e apenas em último no Estado, portanto, a sorte delas está ligada à família devido à desresponsabilização do Estado.

Em última instância, não podemos esquecer a histórica inferiorização do feminino, que é constitutiva das sociedades de classes e que esse fenômeno

acomete em sua maioria, meninas, moças e mulheres da classe trabalhadora, explicitando que a negação e superação dessa condição é uma necessidade histórica que está guardada na contradição da sociedade de classes, que apenas poderá ser exaurida concretamente com a emancipação humana – o que será aprofundado mais a frente, mas aponto desde aqui que o termo se refere à transformação radical do modo de produção tendo por horizonte o comunismo.

Infiro junto a Netto (2011a), que a sociedade comunista só poderá se realizar plenamente com a supressão da apropriação privada dos meios essenciais de produção, permitindo o desenvolvimento livre da personalidade individual como pressuposto do livre desenvolvimento da personalidade coletiva. Sendo a liberdade coletiva, portanto, condição para a liberdade feminina.

Todo esse percurso reflexivo incitou minha pesquisa, tendo por norte a necessidade de socialização da riqueza e libertação do feminino. A partir destes aspectos é que foi possível adentrar a questão polêmica da exploração sexual, do direito e os limites da emancipação política – essa categoria será aprofundada no capítulo 3, porém vale ressaltar que se refere às formas de emancipação cidadã, ou seja, da conquista formal dos direitos sociais, através das regulamentações do direito, mas que não significam a transformação radical da base material da ordem do capital, ou seja, não finda a desigualdade entre as classes –, chegando a tratar mais especificamente da proposta atual de ‘enfrentamento’ à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ademais, foi feito ainda uma breve análise das propostas de ‘enfrentamento’ no contexto francês, não com o intuito de fazer comparações, mas visando apenas contribuir para com a ampliação do debate com profundidade, percebendo as influências do contexto europeu na cena da política social brasileira.

Apresento como objetivo geral desta pesquisa: Compreender as bases constitutivas da exploração sexual em sua totalidade e desta quando atinge crianças e adolescentes do sexo feminino, e as formas de resistência das mesmas, as quais se dão na contradição da luta de classes.

No que se refere ainda ao processo reflexivo, fundamentado em algumas leituras, evidenciei o fato de que tanto os dados relativos à exploração sexual de crianças e adolescentes² quanto à prostituição demonstram que essa população é

² A proporção entre o número de registros de crianças e adolescentes do sexo feminino e o número de registros relativos ao sexo masculino, com base nos dados até 2010, é de 3,5. Segundo o relatório

majoritariamente do sexo feminino. Num segundo momento, pude perceber que uma das principais falas universais das mesmas, girava em torno de como e quando elas poderiam legitimar-se como mulheres em relações com adolescentes, homens ou mulheres. Destarte, percebi a importância de uma abordagem voltada para as condições de vida dos indivíduos do sexo feminino (crianças, adolescentes e mulheres), por entender que essas opressões nas relações sociais sexuais historicamente pesaram em maior medida para elas, as quais continuam sendo as principais acometidas.

Quando falo de exploração sexual percebo que, no pensamento, os indivíduos tentam ignorar tal fato, ilusoriamente não concebem que ela possa estar ocorrendo com alguém próximo, ou até com eles mesmos.

Com efeito, o papel ideológico da religião na restrição do sexo à reprodução biológica é algo marcante nas sociedades de classes. Afinal, as relações sociais sexuais, nessas sociedades, são marcadas pelas relações de opressão, constituem-se em torno da propriedade privada, da dependência econômica, do fetiche sobre as relações sociais como aspecto necessário às relações sociais de produção e reprodução da vida social. Por isso, vemos os papéis bem-definidos em relações sociais sexuais essencialmente desiguais, em que, por exemplo, o sexo na monogamia é reduzido à reprodução biológica em se tratando do sexo feminino, sendo que, para o homem dispõe-se, ainda que em monogamia, da poligamia.

Dessas relações sociais sexuais, Lessa (2012, p. 10) infere que “A monogamia é a expressão, na vida familiar, da exploração” da força de trabalho, na qual a relação de exploração da classe trabalhadora pela classe dominante se expressa historicamente nos relacionamentos sociais sexuais do homem com a mulher, implicando em sua inferiorização. Desse modo, na totalidade da vida social, em que se evidencia que as relações sociais sexuais são marcadas pelas relações de opressão, ou seja, relações centralmente alienadas³, a reprodução da vida social

da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, entre 2005 e 2010 foram registrados 10.651 casos para o sexo masculino e 37.521 para o feminino. MATRIZ. **Registros de ESCA no Disque 100 – 2004 e 2005/2010.** Disponível em: <<http://matriz.sipia.gov.br/relatorios-de-esca>>. Acesso em 08 Abr. 2015.

³ No entendimento marxista em que alienação remete ao conceito de trabalho alienado, ou seja, com a divisão do trabalho entre aqueles que explorarão a força de trabalho alheia como detentores dos meios de produção e aqueles que produzem para garantir sua sobrevivência, nesse sentido que precisam dessa troca para garantir necessidades mais imediatas, como alimentar-se, vestir-se, etc., ao fazê-lo, sua atividade deixa de ser um trabalho livre e passa a ser alienado, explorado (Marx, 2010b).

tem por pressuposto diversos aspectos, como a negação do gozo à mulher, amplamente difundida por diferentes doutrinas religiosas, e que ainda hoje perpetua suas marcas.

A novela burguesa também possui um papel importante nisso, na qual a exploração sexual é expressa por apenas algumas de suas formas – tráfico de pessoas, cárcere privado, estupro, venda altamente coercitiva de relações sociais sexuais –, sempre vira ‘caso de polícia’ e, ao fim, temos o final feliz hollywoodiano. Todas as formas de exploração sexual que não atendam a esse padrão são ignoradas e/ou o sujeito é culpabilizado. Entretanto, ambas as formas ainda carecem de contextualização efetiva, por conseguinte, não partirei da discussão epistemológica destes fenômenos postos no imediato do debate, busco aqui realizar o caminho inverso, ou ainda, tratar de um momento anterior da exploração sexual, que, na perspectiva de totalidade, emerge como constitutiva das sociedades de classes.

Não pretendo, com isso, dizer que ocorre uma ‘naturalização’, como se a solução pudesse ser simplesmente ‘desnaturalizar’ a questão, mesmo porque, a exploração sexual não é algo que veio ganhando espaço e sendo ‘naturalizada’, ela é constitutiva das sociedades de classes, patriarcal, machista, portanto, é condição pressuposta, no modo de produção capitalista (MPC), baseado na exploração da classe dominante sobre o trabalho da classe trabalhadora.

Para entendermos como a exploração sexual se dá nas relações sociais, no capítulo 1, buscou-se explicitar a barbárie expressa nas relações de exploração sexual, possibilitando ao leitor, realizar o percurso de partir do concreto, realizando o processo de abstração a fim de apreender as mediações postas na realidade e construir mediações, a fim de desvelar a essência desse fenômeno por meio de aproximações sucessivas da realidade. Desse modo, também trouxe as devidas sustentações teóricas para elucidar o que é exploração sexual e as formas de resistências das adolescentes.

No capítulo 2, realizo um percurso meticuloso que se inicia com a transição da sociedade primitiva para as sociedades de classes, processo esse marcado pela descoberta da agricultura e acumulação de excedente.

A partir disso, temos a divisão social do trabalho por sexo, não apenas pela proteção da mulher que não deveria morrer em guerras por seu povo, já que dela poderiam nascer descendentes, mas principalmente, por ela assumir o trabalho

doméstico – o qual não gera excedente –, fato este que determinará a inferiorização do trabalho feminino.

Com o excedente, surge a propriedade privada acumulada nas mãos de uns em detrimento de outros, formando-se, assim, as classes sociais e o antagonismo travado entre os que vivem da exploração da força de trabalho humana e os que são explorados. Do trabalho explorado no MPC temos o trabalho alienado, explorado, que se expressará na vida cotidiana, nas relações sociais e, por conseguinte, nas relações sociais sexuais determinadas centralmente pelo viés econômico-sexual, ou seja, tanto no casamento monogâmico, quanto na prostituição ou atividade sexual e na exploração sexual.

No capítulo 3, trato de modo aprofundado sobre essa polêmica, evidenciando a alienação presente no casamento monogâmico, que é ignorada, ou tratada de modo moralista, já que a família é uma unidade econômica altamente rentável e indispensável para essa ordem societária. Por sua vez, a atividade sexual exercida como profissão é permeada pelo moralismo, pela criminalização, pela perspectiva abolicionista e pela não legalização como profissão. Já a exploração sexual de crianças e adolescentes é entendida como crime hediondo, como culpabilização pelo viés moralista, ou ainda como violência.

Ainda neste capítulo, abordo a questão do caráter protetivo ou do uso da desculpa de proteger que a burguesia faz através do direito como o principal instrumento de luta dos trabalhadores, dizendo que o mesmo possui uma perspectiva universalista, imparcial, portanto, que se exime de considerar a perspectiva de classes, ou seja, um direito igual para indivíduos desiguais.

Obviamente, a classe trabalhadora é a que sofrerá pelos não acessos e precarizações. Ou ainda, por um direito que acaba por proteger a classe dominante da classe explorada, regulando de modo burocrático as relações sociais e criminalizando tudo o que foge aos ditames do postulado burguês.

Mas, alguns estudiosos que se propuseram a estudar a alienação presente nas relações sociais sexuais, na sociedade capitalista, sob as regulações burocráticas do direito, não buscaram de fato por uma análise tendo no horizonte a essência desse fenômeno, historicizando-o antes de qualquer proposição.

O capítulo 4, nesse sentido, versa sobre a existência de uma busca por respostas rápidas, mas não eficazes, pela qual surgem políticas sociais chamadas como propostas de ‘enfrentamento’ a essas questões – no caso, temos as situações

atualmente concebidas como casos de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), sendo que o atendimento é feito via política de assistência social –, como se fosse possível desenraizar alguns elementos e acabar com essas expressões da questão social sem acabar com a própria questão social – embate entre capital e trabalho, ou ainda, exploração do trabalho, que revela, na verdade, a necessidade de acabar com a própria divisão da sociedade em classes sociais. Trabalhei, neste ponto, sobre a ideia de ‘enfrentamento’ tão em voga na atualidade, na busca por desvelar seu fundamento, trazendo a prioridade pelo fortalecimento da resistência das próprias adolescentes.

As análises sobre essa questão foram tecidas por alguns elementos centrais: em primeiro lugar, esse fenômeno acomete em maior proporção a classe trabalhadora, já que tal política se volta para quem dela necessitar, ou seja, aqueles que sobrevivem, vivem ou deveriam viver do trabalho, mas que não o acessam ou o acessam de modo precário e sempre explorado; em segundo, invés de socializar a educação com as crianças e os adolescentes, pensando em políticas estruturantes, tal política cai no engodo da sobrecarga e culpabilização da família, já que toda a proposta, caminhando contra-corrente da emancipação humana, visa simplesmente a manutenção da classe trabalhadora à baixos custos – ou seja, Estado mínimo para a classe trabalhadora e Estado máximo para o capital.

Por este estudo, defendo que o fortalecimento da resistência, com vistas às conquistas de políticas de transição ou políticas estruturantes – no plano mais imediato –, não está vinculado a tais propostas inócuas, que muito mais legitimam a moral dominante na classe trabalhadora que contribuem para o contrário, ou seja, servem à manutenção do modo de produção capitalista e da perpetuação do fetiche nessa classe.

Com o aprofundamento desses elementos elencados como primordiais para o enriquecimento desse debate, passo a tratar da seguinte questão: Qual fortalecimento para qual resistência?

A perspectiva contra-hegemônica está orientada por um horizonte que entende que a fragmentação das lutas apenas desqualifica e fragiliza a luta que poderá realmente nos nortear rumo à emancipação humana, ou seja, a luta pelo fim de toda a exploração do trabalho, pelo fim das classes sociais, a luta pela sociedade comunista. No entanto, isso não quer dizer que devemos descartar as lutas mais imediatas, mas sim, que não podemos ter a ilusão de que políticas fragmentadas,

descoladas da realidade e desvinculadas das políticas estruturantes – como saúde, habitação, educação, garantia de acesso ao trabalho com garantias concretas de direitos trabalhistas – solucionarão a questão e que a luta pela emancipação humana é necessária e é uma possibilidade concreta. Para tanto, busco evidenciar que as relações sociais sexuais são centralmente alienadas, numa contradição entre a condição de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e as formas de resistência que vão sendo constituídas, trazendo em si sua própria negação, a essência constitutiva dessa ordem societária.

Este percurso se faz imprescindível para ampliar o debate acerca das determinações sociais que atingem as crianças e adolescentes em exploração sexual e quais são os limites das ações até o momento propostas e, em quais termos aqui defendo que estejam delimitadas as propostas de fortalecimento das filhas da classe trabalhadora.

Capítulo 1. Ensaio acerca da contraditória relação de resistência com a exploração sexual: partindo da cotidianidade

Na busca por caracterizar a exploração sexual, muitos estudiosos, com a intenção de proteger crianças e adolescentes, até mesmo pretendendo romper com preconceitos, afirmam que este fenômeno não tem classes e que aqueles devem ser reconhecidos meramente como vítimas.

Devido a um reducionismo metodológico, portanto, ideológico, que abordarei no decorrer deste trabalho, o que se espera comumente de um estudo que se propõe a fazer mediações entre a condição da exploração sexual e a perspectiva de classe é que se buscaria afirmar que aquelas crianças e adolescentes encontravam-se em condição somente de miserabilidade.

Com o objetivo de contribuir nesse debate, concebo que é preciso esclarecer, que tratar o tema na perspectiva de classe, não implica afirmar que os indivíduos envolvidos estão restritos à condição de miserabilidade e pobreza. É, contudo, sobre a evidente centralidade que tem o fenômeno na vida cotidiana da classe trabalhadora, que procuro realizar uma análise acerca das distintas expressões da exploração sexual como uma questão que notadamente atinge em maior proporção a classe trabalhadora e o sexo feminino.

Desse modo, reconhece-se comumente, que se trata de relações de intermédio comercial, ou seja, em que há troca material por atos sexuais e, bem como relações em que o sexo é realizado como pressuposto para 'atenção', 'carinho', 'obrigação', ou uma 'relação de namoro' ou 'relação duradoura'. De modo adverso, nega-se – para além de qual classe aquelas crianças e adolescentes pertencem (de modo quase absoluto e com implicações geralmente muito mais explícitas e gritantes, pertencem à classe trabalhadora) – que, se a exploração sexual ocorre na sociedade capitalista em que vivemos, desde já esse tema envolve a luta de classes. Ou ainda, refiro-me ao fundamento do modo de produção, exploração, se expressando nas relações sociais de produção e reprodução da vida social.

Para dar início a argumentação, partirei do cotidiano e das respostas imediatas que os sujeitos encontram, bem como das expressões de suas suspensões da cotidianidade e das formas de **resistência** por elas construídas. Esse percurso pretende permitir que o leitor, desde já possa acompanhar-me neste processo e realizar, construir e apreender suas próprias mediações, pois,

A cotidianidade é caracterizada e característica de cada período e contexto histórico, correspondendo ao “nível em que a *reprodução social* se realiza na *reprodução dos indivíduos* enquanto tais” (idem, *ibidem*)⁴, reproduzindo, segundo Heller, diretamente o indivíduo e indiretamente a sociedade. O cotidiano é portanto um produto histórico, assim como constitui um campo de construção histórica (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p.99).

Para tanto, recontarei duas histórias de vida fazendo as devidas mediações, deixando claro que não pretendo, com isso, abarcar todas as expressões que são identificadas como exploração sexual, mas sim garantir que parto da realidade para fazer os devidos processos de abstração na busca pela essência do real, como concreto pensado, buscando minimamente expor as contradições que expressam esse fenômeno.

Estas histórias foram retiradas do livro *As meninas da esquina: diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil*, de Eliane Trindade, no qual são contadas seis histórias de jovens ou adolescentes que, desde a infância e adolescência, encontraram o fenômeno da exploração sexual como uma alternativa às necessidades imediatas, sendo algo relatado como corriqueiro no contexto de suas vidas. Ressalto que este foi um trabalho jornalístico em que a autora obteve o material a partir de diários escritos ou gravados das adolescentes e jovens, no período de um ano. Apesar de não ser um trabalho acadêmico, a espontaneidade com que os relatos foram feitos permite que sejam feitas análises profundas, mesmo porque, a autora mantém as falas inalteradas no formato de diários e se identifica quando entende que deve fazer alguma interferência para contextualizar algo que estava ininteligível, deixando para fazer as suas análises ao final do livro.

A decisão pelo uso deste material não se deu facilmente, pois a princípio a proposta deste estudo era de acessar adolescentes do sexo feminino em acompanhamento nos Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), desafio este não cumprido, pois para além da já conhecida dificuldade de se acessar essas famílias solicitando a liberação do material, encontrei ainda dificuldades com espaços institucionais, pois com a rotatividade dos profissionais nas instituições executoras dos serviços de PAEFI, o que a princípio foi

⁴ (NETTO, 1989, p. 65). Para maiores informações: NETTO, J.P. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J.P. FALCÃO, M.C. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1989.

elaborado com uma equipe, ao longo do curso de mestrado tornou-se inviável junto à nova equipe que assumiu tais atividades.

Ademais, houve ainda o imprevisto da ausência de parecer do Comitê de Ética e Pesquisa ao longo do período de dez meses, bem como devido ao tempo previsto para o depósito das dissertações de mestrado. Ressalto que existia a possibilidade de prolongamento do curso, mas sem bolsa de estudos, o que para alguém que é da classe trabalhadora e que vive apenas dos recursos de tal bolsa para pagar o curso de pós-graduação (a qual exige dedicação praticamente exclusiva para bolsistas integrais) e sobreviver restringe consideravelmente as possibilidades concretas de realização das entrevistas anteriormente propostas.

Além de obter um conhecimento acumulado sobre a exploração sexual por já ter atuado como Assistente Social com esta realidade, pude ainda contar com este rico material que também já foi utilizado para a realização do filme “Sonhos roubados”. Ademais, no decorrer deste trabalho, os dados quantitativos obtidos a partir de estudo documental por relatórios nacionais, mundiais e franceses, foram sendo utilizados oportunamente com o tecer desta contribuição audaciosa para com o estudo de tal fenômeno no Brasil.

1.1 Menina, adolescente ou mulher: a resistência na imediatividade

Natasha – nome fictício escolhido pela própria jovem, na época do relato com dezoito anos –, aos nove anos tem o seu primeiro contato com a realidade da exploração sexual. Ao sair com algumas colegas e um homem, viu-se assistindo as mesmas ‘trocando’ sexo oral por dinheiro. Relata ter se interessado pelo dinheiro.

*Elas combinaram o preço, foram para a praia e chuparam o negócio do cara. Fiquei olhando assustada e no final vi ele dando dinheiro pra elas. **O que mais me chamou a atenção foi a grana.** Não me lembro quanto foi, era outro dinheiro na época, mas era muito. **Fiquei interessada. Passei um tempo andando com elas, mas não fazia programa. Sabia que minha mãe fazia e ficava incomodada** (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.17, grifos meus).*

Por este fragmento temos que apesar de estar imersa neste contexto de exploração sexual de algumas colegas, ela resiste a partir de um processo de suspensão daquela cotidianidade quando reflete sobre a condição de sua mãe e como e porque isso a incomodava. As atitudes decorrentes da forma de consciência

que ela possuía sobre sua realidade, apesar de não poderem alterar sua condição objetiva de necessidades imediatas, foram no sentido de evitar a exploração sexual.

Mais adiante, ela diz que uma colega encontrou um homem que se ‘interessou por ela’, quando na realidade, ele se interessou por uma criança de nove anos, virgem, dizendo que pagaria bem por isso. Neste momento, determinações objetivas a levaram a ser explorada agora, entre elas o dinheiro. Ela diz que ‘aceitou’, mas que o mesmo não chegou a penetrar e mesmo assim pagou o valor combinado.

A partir disso, a mesma relata o que fez com o dinheiro e como se sentiu ao utilizá-lo e que a vontade por acessar mais era inevitável, se mostrando surpresa pelo homem não ter se eximido de pagar o valor combinado. Já as sensações da relação social sexual realizada – entendendo que não apenas a penetração pode ser assim considerada –, a mesma deixa de comentar, mas diz que sentiu medo.

*Uma das minhas colegas, a Sardentinha, me falou que um cara ia me dar um dinheiro legal. Uns R\$ 200,00 hoje, sei lá. Fui ver como era. Ele se chamava Raul e tinha um carrão branco, desses importados. Fomos em três meninas para um hotel com o cara e um outro rapaz que armou o programa. **Chegando lá, o cara que pagou ficou mexendo em mim, passou a mão no meu corpo todinho. Abriu minhas pernas, viu que eu era virgem e não fez tudo, mas me deu o dinheiro. Fiquei com muito medo de ele querer enfiar aquele negócio todo em mim. Ele não chegou a penetrar. Ganhei a grana, fiquei toda empolgada.** Disse para minha mãe que tinha achado o dinheiro numa carteira que um homem bêbado deixou cair. Levei um pouco do dinheiro para ela e fiquei com o resto. Comprei roupa, sapato e os patins. Ainda dei dinheiro para ajudar na casa da minha amiga. **Aí, bateu a ambição né?** (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.17, **grifos meus**).*

A ‘ambição’, por ela retratada, na verdade representa a busca pela garantia das necessidades imediatas, em que a mesma se encontrava, pois durante todo o relato a mesma expressa a contradição em que se dá seu fortalecimento, a resistência cotidiana enquanto classe trabalhadora e a entrada para a exploração sexual para sobreviver e viver, ou ainda, compreendo nesta análise não apenas as necessidades mais imediatas de alimentação, vestuário, higiene, como também algumas coisas que são usualmente desejadas em nossa sociedade, como os patins por uma criança, entre outras determinações.

O discurso de que um indivíduo que é pobre, ao almejar para seu uso objetos considerados com ou sem grande importância, estaria sendo ambicioso, não cabe a este estudo, já que se trata de uma ideia moralista, opressora, ademais,

emana a forma de racionalidade da classe dominante que tende a negar que a classe trabalhadora realmente necessite de um ou outro objeto, ao contrário daqueles, que tudo podem acessar, afinal, diz o ditado, “quem pode, pode”. Logo, quem pode facilmente comprar, pode querer, quem não pode comprar, não deve querer? De acordo com esta racionalidade, o indivíduo deveria esforçar-se para que a partir de suas capacidades possa conquistar o que quiser.

O processo real da vida de Natasha é, contudo, contraditório, não no sentido de que atitudes aleatoriamente opostas se dariam, mas no sentido de que suas atitudes são marcadas ao mesmo tempo por formas de opressão e pela luta contra tais formas, ou seja, as exigências de respostas colocadas no plano imediato de sua vida e a constante busca pela realização de seu viver de modo a enfrentar as questões particulares de sua vida como indivíduo da classe trabalhadora. ‘Se a realidade do ser social é que determina a consciência, então as determinações de classe (a condição de classe) condicionam, em primeira instância, a consciência dos indivíduos’ (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 100-101).

Tanto que, no que se refere à Natasha, a mesma relata ter deixado de ser virgem com um menino da escola. Após realizar atos sexuais desde seus nove anos, apenas aos dez ‘dar seu primeiro beijo’, de forma segundo ela prazerosa (ou seja, se outros homens a tivessem beijado, isso ainda não significaria seu primeiro beijo) e, aos doze, ainda não ter tido relações sociais sexuais com penetração, diz que queria ‘perder a virgindade’ com um menino da escola. Por esta fala fica evidente que a mesma se via impelida a perder a virgindade pela realidade em que ela estava imersa.

*[...] quem tirou a minha virgindade foi o Paulo, que agora está numa cadeira de rodas. A gente saía, ia para a escola junto. [...] **Nós transamos quando eu tinha 12 anos. Desde os nove, eu era toda safadinha, fazia programas, mas sem penetração. Fazia chupetinha, transava nas coxas, punhetinha. Só brincadeira, entendeu?** Como as meninas com quem eu andava na rua não eram mais virgens, achavam que eu também não era. Paulo era irmão de uma delas. Já fazia um tempo que a gente estava junto, até que um dia, a mãe deles disse para eu dormir no barraco deles. Deitamos na mesma cama, ele virou pra um lado e eu pro outro. Mas, **no meio da noite, a gente começou a se beijar. Era tudo o que eu queria: perder a virgindade, mas com ele.** Rolou. Fui muito fria, não demonstrei que era virgem. Não sangrei nem nada. **Perdi minha virgindade ali, mas era como se tivesse transado com um monte de gente.** Ele não percebeu. Só então contei que ele foi o primeiro (NATASHA apud TRINDADE 2010, p. 46-47, **grifos meus**).*

Natasha relata que todos esperavam que ela já não fosse virgem, até mesmo Paulo, entendimento este correspondente às expectativas machistas quanto ao sexo feminino. Segundo Del Priore (1993), isso se deve às formas estereotipadas que colocam o feminino numa esfera de inferiorização dicotômica, atendendo ou ao papel de ‘santa mãezinha’, ‘virgem’, ‘imaculada’, ou ao da ‘outra’, que remete à prostituta, ‘tentadora’, ‘demonizada’. Ademais, a dicotomia entre as relações sociais sexuais identificadas como exploração sexual e as outras relações sociais sexuais que ela buscou no decorrer de sua vida, ocorrem ao longo de todo seu relato, no qual afirma que nunca teve uma relação prazerosa numa relação na qual houve trocas explícitas envolvidas.

Reitero aqui a processualidade de sua vida, contraditória, diferentemente da ‘proteção’ pretendida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde consta que crianças e adolescentes, por serem indivíduos ‘em desenvolvimento’, não poderiam ‘escolher conscientemente’, ou ainda, que têm percepções que em nada têm relação com as percepções dos que, por essa legislação, portanto, seriam seres ‘já desenvolvidos’. Também não se trata de afirmar que seriam indivíduos ‘pequenos adultos’, ‘dotados de plena consciência de suas ações’. Contudo, a processualidade da qual falo é a impossibilidade concreta de que o processo real de suas vidas sofra uma mudança brusca ao completar, por exemplo, dezoito anos de idade, idade com a qual já se diz que ‘ela pode escolher’, ou um dia antes é adolescente, no dia seguinte ela é mulher. A essa limitação da moral burguesa, expressa em legislações, a sociedade tem respondido com uma grande negativa no plano da cotidianidade.

Esses aspectos são considerados por Marx (2010c, 2012) como evidência da essência burguesa do direito, no qual aspectos pretensamente universais propõem legislações iguais para sujeitos de classes distintas, desconsiderando as condições desiguais determinantes das condições de classe antagônicas – classe trabalhadora e classe dominante.

Do fato de não se sentir bem, emocionalmente/fisicamente, com as relações sociais sexuais caracterizadas explicitamente como de exploração sexual, Natasha busca por outras formas de se relacionar sexualmente, nas quais o dinheiro e outras coisas não se apresentem como mediação essencial, até mesmo afirma que, “Quando fazia só programa não sentia prazer. Quem despertou isso em mim foi um moleque chamado Bidi” (Natasha, 2010, p.46). Ela demonstra uma busca por

suprir padrões afetivos, já que a sociedade a impôs que ‘todos devem ter um pai’, ou alguém do sexo masculino que ‘ajude’ financeiramente e a propriedade privada está constantemente presente em suas relações sociais sexuais, questões expressas em seus relatos, como a seguir:

Depois da aula, passei também na casa do meu coroa, o Gerson, que me deu R\$10, duas meias e uma blusa número 44, grandona. Faz uns dez anos que a gente se relaciona. Ele gosta muito de mim e não é só pelo programa. Também gosto muito dele e não é pelo dinheiro. O que tenho com o Gerson é uma relação que não tive com o meu pai, com quem só fui ter contato quando estava grávida. Quando conheci o Gerson, eu devia ter uns 8 anos e ainda era virgem. Ficava com ele, roçava e tal, mas no começo a gente não fazia tudo. Ele tem 61 anos, a mesma idade do meu avô, mas quer ser um moleção. Vai a baile funk, usa roupa de moleque, dança e se sente o gostoso. Ele tem grana, me ajuda, mas o nosso problema é que ele quer mandar em mim. Saio com outros caras e ele fica sempre me cobrando tudo. Digo que ninguém vai mandar em mim. Se ele paga minhas contas, não faz mais que a obrigação. Ele me comeu mesmo. [...] Ele tentou me tirar dessa vida. Quando ganhei minha filha, fui morar um tempo com ele. Mas nunca senti tesão. O carinho que sinto por ele é de pai, apesar de ter sexo no meio. O sexo sempre foi da parte dele, sempre fui muito fria. Até hoje ele reclama disso. Mas não vou mudar. Nunca abri as pernas para ele. Sempre que a gente vai transar, eu fecho as pernas. Não é uma coisa legal. Mas ele é louco por mim, me dá grana, presente. (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.32, grifos meus).

Por este excerto temos a caracterização de um explorador que, por incrível que possa parecer, chama pouca atenção, sendo esta uma das formas mais comuns de expressão da exploração sexual, que é pouco tratada, mas que é uma das denúncias mais atendidas pelos serviços de PAEFIs. Ou seja, em geral são homens, mas também existem mulheres, com uma condição financeira mais estável que se aproximam das crianças e adolescentes, podendo ser considerados como amigos (as), namorados (as) ou companheiros (as)/esposos (as). As idades variam muito, mas sempre são mais velhos, existem adolescentes de quinze a dezessete anos, mas a questão da estabilidade financeira faz com que os casos ocorram mais com exploradores adultos.

Os casos que mais chamam a atenção, ou os que vêm de imediato, em geral, no pensamento das pessoas quando se ouve falar em exploração sexual, são aqueles casos em que a (o) adolescente está vinculada (o) a uma rede de exploração, pois nessa sociedade a fala do senso comum diz que: ‘é preciso provar que é vítima, do contrário ela está escolhendo’. Por isso, alerta para a prioridade por delimitação do que seria ‘ser vítima’, já que no senso comum esta jovem seria

culpabilizada por suas ações, as quais na realidade são respostas de resistência. Isso significa que, por exemplo, quando a adolescente diz que “Meu negócio é prostituição” (NATASHA, *apud* TRINDADE, 2010, p.45), trata-se de sua resposta perante os julgamentos moralistas da sociedade – a qual desconsidera todos os determinantes que a levaram a esta condição, sendo que, na verdade muitas vezes a adolescente se questiona sobre isso –, uma forma de buscar uma defesa, afirmando-se como mulher para legitimar suas escolhas.

Um nome que aparece bastante nos relatos é o de André, namorado e companheiro – por um período – de Natasha, numa relação retratada por ela com muitas brigas e sexo, mas pouco diálogo, atenção e carinho.

*Voltei para casa e fui direto para onde? Atrás do André. Ele tinha deixado um recado que não ia me encontrar porque estava cansado. Então, fui pra noite. Não zoei muito como faço sempre, não bebi nem fumei maconha. Mas fiquei louca do mesmo jeito. De cara limpa fui de novo atrás do André. Nos encontramos e fomos pro motel. **Gozamos muito. Ele começou a falar um monte de coisa pra mim. Disse que sou uma prostituta. Rebatí dizendo que ele era um psico [drogado]. Nós transamos de novo, mas logo depois recomeçamos a discussão. Ele pediu um tempo. Disse que me ama, mas que faço tudo errado** (NATASHA *apud* TRINDADE, 2010, p. 24, grifos meus).*

A relação entre os dois não era aceita pelo avô com quem a jovem morava. Natasha continuava a buscar manter a relação ‘dicotômica’ para ela, entre sexo por dinheiro e por prazer. Após um tempo, ele decide que pode alugar uma casa para que eles morem juntos e ela aceita, com isso há um rompimento marcado por muita violência com o avô.

*André quer me ajudar a montar minha lojinha de crochê, pois é a única habilidade que tenho, não sei fazer mais nada. O problema é que ele ganha R\$40 por dia traficando. Ele compra tudo para dentro de casa. As coisas que ele não consegue me dar não me fazem falta. Gosto dele, não das coisas dele ou do que ele vai me dar. **Não quero roupa, sapato. Preciso de atenção, de compreensão, de amizade. [...] Saí com André ontem a noite para caminhar na praia, já tinha passado da meia noite e ele nem se tocou. Ele é um tédio. Não fala nada, não se diverte. É o mesmo que ficar falando com bêbado. Fumei dois baseados e lá pelas 3:00 eu comentei que meu pai vinha me ver pelo meu aniversário. Só aí caiu a ficha e ele me deu Feliz Aniversário. Fiquei maior triste. Até discutimos, mas quando chegamos em casa tudo ficou legal** (NATASHA *apud* TRINDADE, 2011, p.43, grifos meus).*

Como companheira de André, Natasha relata sentir muita solidão e relata inúmeras brigas por essa questão. Se, num primeiro momento, André dizia que

Natasha era 'prostituta', brigavam muito, tinham uma relação violenta, quando ela passa a morar com ele, esperava que essa relação mudasse e passaria a receber mais afeto. Na verdade, ela passou a ser e se sentir parte da propriedade privada de André, sendo que isso representava seu afastamento de outras formas de sociabilidade. Lessa (2012) oportunamente nos lembra que, nas sociedades de classes, a monogamia sempre foi direcionada à mulher, por sua vez relegada à esfera doméstica. Outra marca que advém dessa questão é a dependência econômica expressa no excerto abaixo:

Eu não trafico, mas fico por lá porque gosto dele. Só isso. Meu negócio é prostituição, e agora que estou com o André, nem isso. Já roubei, mas tráfico nunca fiz. Pedi ao André R\$10 para ir ao baile. [...] Sexo com ele é muito bom. Outro dia transei com André dentro do baile. Ele tinha comprado um vestido para mim de R\$80. Era uma roupa que não tinha nada a ver com baile funk, era mais legal num casamento. É rosa-choque, bem decotado, cheio de babadinho. Amarrei, dei um nó, deixei ele curtinho e aí ficou com cara de baile funk. Nesse dia, estavam filmando, pois era aniversário do lugar. Nós fomos para debaixo da escada, transamos ali mesmo e a câmera só filmando a gente. No domingo passado, colocaram no telão as imagens da gente se pegando (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.45-46, grifos meus).

Chamo a atenção, portanto, para a questão da dependência econômica feminina como marca da união monogâmica, o sexo, a indiferença, que configuram não apenas as relações nomeadas como prostituídas, mas também permeiam as relações monogâmicas. A alienação se expressa em todas as suas relações sociais sexuais, já que todas as relações sociais sexuais são centralmente alienadas nas sociedades de classes – esse tema será aprofundado no capítulo 2 deste trabalho.

Com isso, não pretendemos fechar a análise, mas pontuar aqui um tema que será priorizado neste trabalho, ou seja, explicitar como a contradição fundante do modo de produção capitalista (MPC), da contradição entre capital (meios de produção apropriados) e trabalho (trabalho assalariado, trabalhador expropriado dos meios de produção), portanto, o trabalho alienado e a propriedade privada (a partir da acumulação de excedente nas sociedades de classes) se expressam de modo central nas relações sociais sexuais. Sobre isso Montaño e Duriguetto inferem que

Ao compreendermos, portanto, o caráter central (e não mais importante) da questão de classe, estamos em condições de melhor compreendermos o papel das classes, da consciência de classe e das lutas de classes, para assim tratarmos do sujeito da transformação social e a emancipação humana (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 127).

Dando seguimento à história, Natasha relata que sua mãe nunca foi muito presente, que era trabalhadora sexual ou estava em condição de prostituição, que convivia com o vírus HIV/AIDS e fazia uso de substâncias psicoativas de modo a comprometer sua saúde, como uma postura ‘destrutiva’. Em alguns momentos diz que elas eram amigas chegando a ‘irem para a rua’ juntas. Diz que ela teve quatro irmãos, dois morreram ainda pequenos, fala de uma mais velha com quem não mantêm muito contato e outra que foi adotada. Ela viveu com uma família durante seus primeiros anos de vida, passou um tempo com a mãe, mas devido a estas questões sua guarda ficou sob a responsabilidade da irmã mais velha, mas como ela classifica a relação como muito difícil, diz que foi morar com o avô.

Na ausência de um aparato que possa de fato corresponder às necessidades econômicas, bem como de educação, socialização, em coletividade, as famílias monogâmicas nucleares são criadas com o surgimento das sociedades de classes, como instituição que é uma das expressões do rompimento com a coletividade com menores custos para a classe dominante. Ela guarda na sua contradição o seu fim, segundo Lessa (2012), que vem a ser a crise da família monogâmica burguesa. Ocorre que àqueles que se recusam a corresponder a essas exigências ou que por tantas expropriações acabam vivendo para sobreviver, não são deixadas muitas alternativas. Nos marcos do acirramento da questão social expressa no âmbito das famílias da classe trabalhadora, acirram-se a culpabilização e, ainda atualmente, ações com tentativas de ‘ajustamento’, sendo raras e até rechaçadas as perspectivas contra-hegemônicas.

O pai biológico aparece pouco no diário de Natasha, já que, de fato, ele sempre foi muito ausente, mais precisamente, no diário, ele aparece no parto de sua filha e no seu aniversário.

*Meu aniversário de 19 anos não está sendo aquela maravilha. **Só foi legal porque meu pai telefonou dizendo que queria sair comigo.** No início da tarde, ele apareceu e fomos pra pracinha e depois pro shopping. **Ele comprou umas besteirinhas pra mim: um brinco, uma pulseira e duas chuquinhas de abelhinhas para o cabelo. Escolhi tudo rosinha** (NATASHA *apud* TRINDADE, 2010, p.43, **grifos meus**).*

É evidente a dificuldade de processualidade na vida de Natasha, ora sendo convocada a ser criança, ora adolescente, ora mulher.

Quando engravidou Natasha relata muito medo e expressa a negação do ‘papel’ de grávida, continuando a frequentar bailes e consumir substâncias psicoativas prejudicialmente, bem como se negava a falar com ou ver o pai da criança. Inclusive negando a paternidade do mesmo para afastá-lo. Ela relata que, com a gravidez, a relação acabou por ela não querer mais saber dele. Após o parto ela foi morar com Gerson por um tempo, como o mesmo tanto sugeriu e sugere até o fim do diário, de acordo com a mesma. Mas, Natasha diz que ele era muito ciumento, que ela não se sentia bem e que não deu e não daria certo, já que, pelos relatos, Gerson sempre foi muito possessivo. Já na FEBEM (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) ela faz uma música que canta em outro momento em seu diário, já fora desta instituição.

Esse rap é pra minha filhona, pra minha sogra e o meu amorzão/ Peço a vocês muita atenção/ Estou aqui dentro, mas com todos no coração/ Quando paro num canto/ Fico lembrando dos bons momentos que passamos juntos/ e da minha sogra falando pra mim sobre o futuro e eu nem aí/ Mas aqui dentro, eu parei para pensar/ e meu passado foi para lá/ Com minha sogrona quero conversar (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.20).

Quando Natasha relatou que cantou na rua essa canção, ela havia deixado sua filha com uma vizinha para sair. Natasha, por seu relato demonstra que alguns profissionais passaram por sua vida, que provocaram algumas reflexões, conta que imaginava que, ao sair da FEBEM, tudo seria diferente, mas que não foi assim. A mesma, expressa desde a gravidez que havia uma expectativa com relação a ela, relativa ao ‘papel de mãe’ e de ‘companheira/esposa’, que em alguns momentos ela diz que já quis e que tentou atender, mas que não conseguiu realizar da forma exigida pelo ‘padrão’, com isso sofreu com a perda da guarda da filha, devido à dificuldade em acessá-la.

O avô aparece em muitos momentos como, segundo ela, sua única família, a mesma exprime muito amor por ele e diz que sabe que ele também a ama, mas fala da dificuldade de manter o diálogo por ela considerá-lo velho. Seu avô, segundo ela, não aceita sua relação com o André e sempre defendeu que ela deveria constituir de fato uma relação com Gerson, já que este poderia sustentá-la e não seria violento com ela. Ainda sobre Gerson, Natasha diz que o mesmo é muito amigo de seu avô, destaco essa como uma possível característica, também

importante da exploração sexual, a proximidade do explorador junto a familiares e amigos.

Em carta ao avô Natasha escreve que:

Queria muito estar junto dos quatro homens da minha vida: primeiramente Deus, depois André. Ainda tem o senhor e o meu pai. O senhor sabe que estou na luta pela minha filha, para ser realmente uma mãe. [...] Também queria estar com o senhor todos os dias, porque com o André é como se eu não estivesse com ninguém. [...] É gosto dormir com ele, sentir o calor dele. Como eu também queria sentir o calor da minha filha todas as noites. Só que o destino dita o que tem que ser. Daqui a pouco é outra coisa, e outra. Não fico com Deus, não fico com minha filha, não fico com meu avô nem com o meu pai, mas fico com André não ficando. Um dia isso vai mudar, tenho fé em Deus que vou ser muito feliz. Vô, não estou fazendo nada de errado, firmeza. Estou com uma pessoa que trafica, mas isso é normal, entendeu? Continuo querendo abrir minha lojinha de crochê. É meu sonho. Se eu fosse rica compraria uma casa bem grande e moraria com a Linda e todos os meus homens. Dormiria com todos os meus amores do meu ladinho. E Deus, com certeza estaria lá dentro harmonizando tudo (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p. 39, grifos meus).

No imediato, a realidade se apresenta fragmentada, em seus sonhos Natasha diz que espera conseguir unir o que lhe faria feliz em todos aqueles que ela ama: a atenção de um pai, a filha, a aceitação do avô de sua relação com André e, este último fora do tráfico, pois ela associa a presença dele no tráfico como a causa da ausência dele em sua vida e, a religião apelada como forma de crença numa transformação de sua realidade, impossível de ser feita por si, pois um Deus criado por ela, se apresenta como quem poderia fazer aquela união por ela.

No entanto, ao fim do diário ela relata que André sai do tráfico, muda-se para a casa dos pais, mais adiante muda de cidade e o contato se torna esporádico. Ela não consegue a guarda da filha, com isso aumenta o seu uso de substâncias psicoativas e, conseqüentemente o retorno à prostituição.

Natasha relata ainda que em um dia que ela estava 'na rua' foi estuprada por dois homens armados, que ao final pagaram pelo estupro como se fosse uma 'relação de prostituição'. Desde já, enfatizo a violência com que são tratadas as trabalhadoras sexuais por muitos homens que buscam por essa atividade. Após este crime, com medo, ela prefere manter-se em prostituição apenas com Gerson, por considerar mais seguro.

Só tenho uma certeza: não vou fazer de conta que tenho uma família pra dobrar o juiz. A família que tenho para oferecer a Linda sou eu e meu

*avô. A última vez que vi a minha filha foi no aniversário dela, dia 12 de julho. Levei um chinelo, um achocolatado em caixinha e um salgadinho. Fiquei uma hora com ela. De resto vou continuar usando meus biquínis bem pequenininhos de crochê e quem quiser que vá reclamar. Esse é o meu diário. **Acho que fiquei nua diante de todo mundo. Mas estou acostumada** (NATASHA *apud* TRINDADE, 2010, p.62, **grifos meus**).*

Todo o relato de Natasha possui tamanha profundidade enquanto expressão de resistência da classe trabalhadora às contradições enfrentadas no cotidiano, mas as duas últimas frases trazem não apenas a nudez de alguém explorado sexualmente, como também a nudez de alguém que se expôs a inúmeros serviços contando sua história, resistindo, lutando e buscando por possibilidades de suspensão dessa cotidianidade. Isso ocorre, por exemplo, quando ela fala de seu sonho de abrir uma loja para vender seus produtos de crochê e ser independente para sustentar não apenas ela como sua filha.

O trabalho, como vemos, emerge centralmente como forma de objetivação para ela, sendo que ela gostaria que fosse com essa atividade que pudesse superar sua condição, por isso ela deposita no crochê o sentido da satisfação, felicidade. Analogamente ao pensamento de Marx (2009), ao transformar a matéria, ela transforma a si mesma.

Como expressões de resistência, Natasha relata as inúmeras opressões pelas quais passou e as tentativas de superação dessas dificuldades, desde a FEBEM por ter participado de um assalto a mão armada, quando criou uma música e, após esse período, realizou no diário a denúncia de que lhe eram receitados remédios em excesso, por se envolver em muitas brigas e que segundo ela, os medicamentos a deixariam 'ligadona'; em outra situação, não deixou de enfrentar a humilhação da polícia questionando sua roupa para ir buscar sua filha, quando enfrentou também o avô paterno da filha; o descaso da defensoria pública recusando o atendimento por ela estar com roupas curtas mesmo ela sendo a primeira da fila e ter passado a noite aguardando pelo atendimento.

Por fim, o único serviço que aparece de um modo distante, mas como um espaço de 'fuga', de suspensão e de atendimento é a ONG (Organização Não Governamental) que a acompanhava, embora a mesma reconhecesse que ali ela não encontrava nada de efetivo, ou ainda, que ela não acessava políticas estruturantes e direitos que lhe garantissem, ao menos, um maior acesso à socialização da riqueza socialmente produzida, como trabalho, habitação, educação,

saúde, entre outros, que de fato contribuíssem para o fortalecimento de sua resistência como classe trabalhadora.

1.2 A relação monogâmica e as estratégias de resistência

Vitória – nome fictício escolhido pela própria jovem –, com vinte anos é convidada para este trabalho de gravar os diários em áudio, e relatando seus dias aos poucos vai também contando sua história, na busca por explicar e entender o motivo pelo qual ela recorre à prostituição sempre que sente a necessidade de fazer algo ou comprar algo.

Seu pai faleceu quando ela tinha cinco anos, vítima, segundo ela, de um assassinato. Ela, sua mãe e seus sete irmãos puderam contar apenas com uma pensão, provavelmente pensão por morte que conseguiram pelo pai. Na oportunidade, sua mãe foi trabalhar como empregada doméstica e deixava todos os filhos sob os cuidados de dona Maria, que os coloca em regime de exploração do trabalho infantil, vendendo rosas das 19 horas às 5 horas da madrugada. Ela especifica que enquanto todas as flores não fossem vendidas ela não podia voltar para casa. Entre seus 12 e 13 anos, sua mãe conseguiu construir uma casa para que ela e os irmãos pudessem morar juntos, no mesmo terreno de sua avó que, segundo ela, era muito doente.

*Essa história de vender rosas foi que me levou para a prostituição. **Eu me prostituía para ter o dinheiro da rosa, era mais rápido.** Jogava as flores fora assim que arrumava um cliente. **Levava o dinheiro para dona Maria e não precisava ficar vendendo mais nada. Podia brincar. No início, não era fácil. Eu não transava, era virgem e só fazia sexo oral.** Nem me lembro direito dos detalhes do meu primeiro programa. **Quem me levou para essa vida foi a irmã mais velha de uma colega minha da favela. Ela me levou pra casa delas e apontou para o pai, que tinha uns 40 anos, e disse:***

- Se você colocar a boca no pinto dele, você ganha um pacote de macarrão e R\$10.

*Eu não fazia a menor ideia do que estava para acontecer. Tinha uns 10 anos. Senti nojo na hora, mas não sabia exatamente do quê. Depois disso, fui perdendo a inocência. Naquela época, comecei a conseguir bastante dinheiro fazendo programa dentro e fora da favela. Podia comprar todos os brinquedos que quisesse. **Com a grana da prostituição, comprei minha primeira Barbie.** Com o tempo. Fui juntando um monte de brinquedo bom, daqueles grandões. Lá em casa, tinha guitarrinha, pianinho, coisa bacana que eu me dava de presente. **Quando fui morar com minha mãe de novo, não precisava mais me prostituir e nem vender rosa para ter o que comer, mas continuei fazendo programa para arrumar dinheiro. É que me deu aquela ambição de querer ter mais e mais.** Já ganhei muito fazendo programa, mas parece que é um dinheiro maldito.*

Nunca consegui economizar nada, gastava tudo no outro dia. (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p.240-241, grifos meus).

Aos 10 anos Vitória tem sua primeira relação social sexual, sendo explorada sexualmente por um homem de 40 anos que utiliza suas filhas para conseguir crianças e tornar a negociação algo mais próximo - devido à forma como se deu a negociação.

Essa é uma forma de exploração sexual que infelizmente não é facilmente visível para se denunciar, pois a criança precisaria ter contado para alguém ou até mesmo o ter denunciado, por isso os serviços⁵ que trabalham com estas questões têm trabalhado bastante na perspectiva da facilitação de espaços de escuta, para tanto se tem buscado sensibilizar escolas e outras instituições que atendam crianças e adolescentes. Entretanto, como se faz um trabalho de prevenção para estes casos? Estas questões têm levado muitas famílias a preferirem que seus filhos fiquem em casa utilizando aparelhos eletrônicos a estarem em espaços com outras crianças, pensando que isso 'acarretaria riscos' aos filhos.

Dessa experiência por 10 reais e um pacote de macarrão, Vitória encontra uma via de resistência ao trabalho infantil ao qual era submetida e, para aumentar seu tempo livre para brincar, começou a se submeter à exploração sexual. No entanto, a mesma não especifica, mas muitas são as investidas, em sua maioria masculinas, sobre meninas que vendem algo nas ruas para que elas façam sexo oral. Como ela teve essa experiência na casa de uma amiga, ela mesma pode ter sugerido ser explorada invés de vender a rosa. Evidencio essa questão para chamar atenção para o fato de ela tratar essas relações como programas e prostituição, deixando-a próxima do entendimento de trabalho sexual, que seria praticado por indivíduos adultos.

Essa forma de expor a questão se deve à dificuldade de entender que mesmo que ela sugira e se entenda como prostituta, na realidade ela foi vítima de exploração sexual e expõe dessa forma a relação contraditória entre o moralismo que permeia esse universo, do qual ela tem consciência e mostrará ao longo de seu relato, bem como por resistência, evidenciando que em um contexto em que ela não tinha alimento, era vítima de trabalho infantil, ela resiste pela exploração sexual,

⁵ Serviços como o do '123 Alô' que oferece atendimentos por meio de ligações ou chat na internet para que de forma sigilosa, crianças e adolescentes sejam orientados e até encaminhados para serviços especializados. Para maiores informações acesse: <<http://www.123alocampinas.org.br/>>.

posteriormente já em uma condição menos precária, o universo de expropriações e de estímulo ao consumismo a acomete.

No MPC, o fetiche⁶ que interpela crianças e adolescentes da classe dominante é o mesmo para os filhos da classe trabalhadora, isso fica evidente pela fala acima, pois o sonho da boneca como propriedade privada, bem como a propriedade de vários brinquedos é de todas as crianças, mas a identificação com a Barbie expressa mais fortemente essa questão.

Vitória relata que sua mãe sempre se desdobrou para que as necessidades mínimas da família fossem garantidas, como alimento, mas que sob muitas expropriações ela vai durante toda a sua história recorrendo à exploração sexual para outras coisas, como roupas, sapatos, cremes, dinheiro para ir a festas ou coisas para seus filhos, ressaltando que nunca deixa que nada falte para os mesmos.

Ao falar disso ela expressa a todo o momento a contradição que a interpela, não aceitando as decisões que toma no imediato para conseguir comprar aquilo que ela deseja. Assim como Natasha no relato acima, Vitória trata dessa questão como ‘ambição’, sendo que ambas são induzidas a essas relações sociais sexuais num contexto de expropriações e de indução ao consumo, o que permite afirmar que a expressão da propriedade privada nas relações desde cedo se apresenta para ela sob algumas faces, como o empobrecimento da mulher e mãe sem um companheiro (NOGUEIRA, 2004), mais adiante a necessidade do companheiro para o sustento. Estas questões não são naturais, mas sim fenômenos do caráter constitutivo da sociedade classista, patriarcal, machista, sendo entendido o ‘... patriarcado como um conjunto de relações sociais que tem uma base material [...]’. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres’ (SAFFIOTI, 2001, p. 16).

Quando eu era mais nova, fazia programa todo dia. Voltava cheia de dinheiro, mas nunca gostei dessa vida de prostituição. Aconteceu e as circunstâncias me levaram a isso. Hoje em dia, só saio com uns caras que conheço, seleciono os clientes. Dá para escolher, marco por telefone. Mas é sempre aquela coisa de não querer estar ali. Tenho vergonha de me expor. Nunca fui de ficar parada na avenida. Se eu tivesse

⁶ A Questão do fetiche é algo que aprofundarei oportunamente, mas é importante desde já apontar que o fetiche é decorrente e inerente ao modo de produção de mercadorias no capitalismo, no qual a partir do processo de industrialização da produção a exploração nas relações de trabalho aparece oculta na esfera imediata, ou seja, é ocultada a alienação do trabalho (MARX, 2013).

um emprego, uma coisa melhor para fazer mesmo ganhando menos, ia ser melhor (VITÓRIA *apud* TRINDADE, 2010, p. 253-254, **grifos meus**).

Faz-se imprescindível, neste momento, atentarmos para a primeira frase do excerto acima, a forma de tratamento e de entendimento de crianças e adolescentes que, de certa forma, os coloca em maior proximidade com a realidade da vida adulta, pois quando ela diz que era mais nova, na verdade ela fala de sua infância e adolescência, o que atualmente tem aparecido bastante sob a forma de apreço de homens até em músicas que falam das ‘mais novinhas’, ou até os velhos jargões machistas e opressores as chamando de ‘cabritinhas’, vale lembrar que o sexo com cabritas ainda é praticado e que tal conexão advém da mesma essência machista de que homens possuiriam um desejo incontrolável, discursos proferidos para justificar até mesmo estupros.

Para as duas meninas, a exploração sexual é forma de resistir e garantir na cotidianidade, ou seja, no imediato, suas necessidades mais imediatas, sendo que por cada uma das jovens será explicada de formas diferentes, mas ambas ora dizem que não ligam para nada, ora falam que era a possibilidade para aquele momento, mas as duas também expressam o moralismo do qual são alvo e, como isso faz parte do modo de vida delas. Ou ainda, como a busca por crianças, adolescentes e jovens de até 20 e poucos anos por homens sempre com dez, vinte ou mais anos de diferença é algo ‘comum’, como Vitória (*apud* Trindade, 2010, p. 242, **grifos meus**) expressa no seguinte excerto: ***‘Apareceu um outro velho lá em casa, também morador da favela, querendo sair comigo. Eu não quis. Ele ofereceu só R\$30. O diabo do velho tem 80 anos e ainda funciona, mas é muito fedido’.***

Explicito esse último ponto para contrapor algumas ideias de que isso seria algo de uma espécie de ‘universo paralelo’, quando na realidade essas expressões fazem parte de uma única realidade, a questão é que as filhas da classe trabalhadora estão em condições de maior expropriação e acesso por estes exploradores devido a uma vivência de tantos não acessos. Além disso, vale ressaltar o aspecto do sexo dos idosos que a sociedade em geral insiste em ignorar.

Vitória relata também que vive trocando de casas e que sua mãe a está ajudando a construir uma para ela e seus dois filhos, o que tem sido difícil e

demorado devido à falta de recursos. Relata ainda que vive dessa forma por uma briga com o padrasto.

*[...] estou triste: vou ter que deixar a casa da minha tia. Já faz tempo que eu e minhas duas irmãs mais novas estamos aqui. Elas duas e os meus filhos vão voltar pra casa da minha mãe. Vai ser o maior sufoco lá, mas é o jeito. Ainda falta muito para terminar o meu quartinho. A obra está parada porque acabou o dinheiro que minha mãe tinha. Ainda preciso de uns R\$ 1 mil para terminar o meu quartinho e o da minha irmã. Mas decidi que não vou voltar pra casa. Não me dou bem com meu padrasto, com quem minha mãe se casou há 12 anos. Ele faz consertos de geladeira e máquina de lavar. **Como ele sustenta a casa, é ele quem manda.** Não gosto dele e faz muitos anos que não nos falamos. Na última discussão que tivemos, mandei ele ir embora de casa, então agora não faz sentido eu voltar. Não ia me sentir bem. É humilhante esta situação, mas o jeito é aceitar o convite da Sabrina e me mudar para casa da mãe dela, que fica aqui perto. Hoje mesmo já vou dormir lá. Por um tempo, minha irmã vai ficar cuidando dos meus filhos. Minha mãe também ajuda. É triste porque queria estar com meus filhos, cuidando deles num lugar só meu. Preciso muito terminar de fazer o meu quarto (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 251, **grifos meus**).*

A frase evidenciada no excerto acima demonstra exatamente uma das faces que estamos tentando retratar da relação monogâmica em que a opressão do homem como 'chefe de família' o coloca numa posição onipotente, devido à dependência econômica dos demais, que se tornam posse do mesmo. De acordo com Saffioti (2001, p. 18-19) 'A base econômica do patriarcado [...] consiste no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva [...]. O controle está sempre em mãos masculinas'.

Em meio a seu relato Vitória conta um pouco sobre suas experiências com relações monogâmicas. Fala um pouco de Rodrigo, pai de sua filha, por quem em segredo revela ser apaixonada, diz que ambos gostaram bastante da gravidez, sua primeira gestação, mas que a relação terminou por ele ter sido preso e que atualmente ele tem outra companheira, no decorrer de seu diário ela diz que ele foi preso novamente.

Marcelo é pai de seu filho, segunda gestação, relata que viveram juntos, mas que não deu certo, diz que ele 'Apesar de ter só 22 anos [...] tem condições e é trabalhador. [...] Ele dá tudo para o filho' (apud TRINDADE, 2010, p. 237). Mais adiante, diz que por terem um filho ele insiste na relação monogâmica, mas que ela não quer e que não gosta mais dele, mesmo assim eles ainda ficam juntos em alguns momentos e mais adiante ela revela o motivo.

*Não gosto de depender de ninguém. É sempre assim: quando namoro, fico parada, não faço nada da minha vida. **Eles não me deixam sair.** Não me dou bem com isso, **me sinto presa.** Isso me incomoda tanto que **acabo desgostando da pessoa.** Gosto mesmo é de sair com minhas amigas, de poder fazer o que quero. Então, não me imagino casada ou amigada com mais ninguém. **Não quero mais isso para minha vida de jeito nenhum** (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 243-244, **grifos meus**).*

A expressão da propriedade privada nas relações sociais sexuais fica evidente pela fala da jovem, mais especificamente nas relações monogâmicas, em que a dependência econômica feminina, histórica nas sociedades de classes (LESSA, 2012) se expressa, ainda que o indivíduo não seja totalmente dependente do companheiro, mas o outro é caracterizado como posse.

No caso de Vitória havia a dependência econômica, o que pode aumentar a incidência da opressão. Entretanto, em seu processo de suspensão daquela cotidianidade, ela fala que não queria mais casar nem depender de ninguém, mas que ela tem que fazer tudo sozinha com relação aos cuidados com os filhos, com isso não consegue trabalhar fora de casa e, que os pais de seus filhos não contribuem com a renda, nem com os cuidados.

Vitória, no entanto, se vê forçada a recorrer em muitos momentos a um dos pais de seus filhos e a estar com ele sem querer, para que ele contribua financeiramente com os cuidados do filho. Como veremos ao longo deste trabalho, esta questão não está distante da relação de prostituição e exploração sexual, ou seja, relações forjadas na dependência econômica, sendo este um aspecto apresentado como cultural de nossa sociedade (DEL PRIORE, 1993), tendo uma conexão direta com a exploração presente na relação social do trabalho alienado. Vitória afirmou, nesse sentido:

*Fui na casa do Marcelo e disse que, se ele não arrumar serviço, eu vou no fórum cobrar pensão ou então vou deixar o menino lá pra ele cuidar. Eu não fiz sozinha. Ele vai ter que me ajudar de um jeito ou de outro. **Já acordo estressada. Tenho que lavar a roupa deles, fazer tudo sozinha.** Ontem fui na casa da minha mãe, deitei no sofá e fiquei horas reclamando do pai do Lucas. Marcelo isso, Marcelo aquilo. **Minha mãe defende ele, diz que eu é que sou descabeçada. É verdade. Mas não é justo ele me dar dinheiro só quando transa comigo. Ele é o pai do meu filho, não um cliente** (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p.256, **grifos meus**).*

Os cuidados com os filhos sempre sobrecarregam as mulheres e se elas reclamam ainda podem ser vítimas do moralismo, o que expressa sua mãe, que defende Marcelo, já que a filha resiste a se manter em monogamia e sobre os

mandos de um companheiro. Vitória expressa ainda sua indignação ao refletir que o mesmo a trata como se fosse um cliente e que não se responsabiliza pela filha, deixando o trabalho com a filha a cargo da jovem, bem como os encargos financeiros.

A partir do último fragmento de seu diário, nota-se que Vitória é tratada, nos dizeres de Del Priore (1993), ora como a 'outra' ora como a esposa. Essa forma de relação se expressa, conforme afirmou Lessa (2012), como contradição fundante da monogamia nas sociedades de classes, na qual a prioridade é o sexo para reprodução ou a manutenção financeira da vida da companheira em que o afeto está sempre condicionado ao aspecto financeiro, por exemplo, quando ouvimos histórias de mulheres que pedem mais atenção aos maridos e eles respondem que dão tudo a elas e mesmo assim elas reclamam.

Destarte, a separação bem definida dessas condições postas ao feminino é, na verdade, uma linha muito tênue, em que muitos aspectos aparecem convergentes – este debate será aprofundado no capítulo 2 e 3 deste trabalho.

Em sua vida cotidiana, em meio à falta de alternativas de satisfação de necessidades básicas dela e do filho, Vitória busca por aproximações com o pai do filho, no entanto a única via aceita pelo mesmo tem necessariamente que ser mediada pelo ato sexual, apesar de Vitória relatar muitas tentativas de conversar com ele sobre visitas ao filho e o pagamento de alimentos para o mesmo. A partir destes encontros com Marcelo é que Vitória consegue que ele pague algumas coisas para o filho.

*Fui na casa do Marcelo e fiquei com ele o maior tempão. Transamos e passei a noite por lá mesmo. Fizemos várias coisas e falamos de vários assuntos, inclusive sobre a nossa filha. **Foi bom, apesar de tudo.** Estava com um pouco de saudade dele (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 258, grifos meus).*

A jovem tenta se aproximar e construir outro tipo de relação com Marcelo, mas seu relato demonstra como é difícil para ela se ver livre do pressuposto do sexo nessas relações, por exemplo, negar o sexo para Marcelo. Ressalto isso, pois analisando o diário, há relatos em que a mesma explicita não sentir prazer na maioria de suas relações e que isso não é importante para ela. Nesse sentido, aparece muito mais por desejo dos companheiros e dos exploradores, mas não desejo dela, conforme podemos verificar abaixo:

*Voltei do encontro com o Renato, foi muito bom, fiz muita coisa com ele, falei sobre tudo. Foi muito legal. Nosso namoro está, digamos, um pouco bom, na medida do possível. Nós só transamos hoje, quase dois meses depois do nosso primeiro beijo. Sexo nunca foi uma coisa que gosto muito de fazer. Perdi minha virgindade aos 14 anos, com um garoto que eu gostava. Não senti nada demais. **Eu me perdi com ele, mas já fazia programa antes, só não rolava penetração. A maioria das pessoas pensa que a gente gosta de sexo só porque faz programa.** Já fui muito apaixonada pelo pai da minha filha, por exemplo, mas nem assim tenho prazer. Era muito bom ficar com o Rodrigo, mas nunca cheguei a fazer. Não conseguia, não sei o que é que acontece. Não sentia esse prazer que todo mundo fala que é maravilhoso. Nunca senti. Nos seis anos que fiquei com Marcelo, foi bom umas cinco vezes e olhe lá. Se eu ficar dois, três meses sem sexo, não vai me fazer falta. Não entendo essa coisa que eu vejo nas novelas, essa loucura por sexo. Para mim não tem o mesmo valor. Não é a coisa mais importante e gostosa da vida. O melhor é viver bem, estar em paz. Fala sério. Ter o que comer e morar numa casa sossegada é muito melhor do que transar. Se eu fosse uma pessoa mais feliz, com menos problemas na vida, acho que teria prazer. Mas não consigo fazer as coisas com problema na cabeça. Mesmo quando estou apaixonada, como agora com o Renato. Gosto mais de beijar. Se eu não estou bem, não consigo transar direito. É por isso que acho que nunca senti prazer. Acho que todo mundo é assim, né? (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 257-258, **grifos meus**).*

Renato é descrito por Vitória como um ‘garoto de família’, religioso e que vive de acordo com as regras da sociedade, da religião, da moral e dos bons costumes.

Renato está me ajudando a ter fé, ele quer ir pra igreja todos os dias. Isso faz com que ele pense primeiro no certo antes de fazer qualquer coisa. Assim, ele combate o errado. Pensa que não pode fazer certas coisas porque Deus não vai gostar. Ele tenta estar certo perante Deus em tudo. Não pode nem sonhar que faço programa, mas sabe que fumo maconha. Já parei de fumar cigarro porque ele pediu. Maconha é mais difícil de largar, mas estou tentando. Essa coisa de programa ele nunca vai aceitar, mas também tenho saído menos para baile. Então, já não preciso mais fazer tantos programas como antes. Se souber dessa parte da minha vida, nunca mais vai me querer (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 263-264).

A criação do ‘Deus’ de Renato demonstra o quão difícil para ele é resistir e sempre fazer o que ele pensa ser correto, torna-se necessária tal externalização, forma criada por ele e que o mesmo apresenta para Vitória como forma de ‘fuga’ das escolhas que podem acarretar riscos para ela, como a prostituição, crimes e uso de substâncias psicoativas. Ela começa a tentar exercer. Quanto mais próxima ela fica dele e de seu modo de vida, mais distante de seu antigo modo de vida ela fica, com isso ela encontra nessa relação monogâmica e na religião uma espécie de ‘fuga’ de

seu antigo modo de vida, mas em momento algum ela revela ao novo companheiro sua história de vida.

Enquanto estava se aproximando de Renato ela se envolveu em um estelionato, também foi presa sem motivo aparente, sofrendo humilhação e abuso de poder quando revistada na cadeia, mas ela não chega a contar nada para Renato.

*Os caras desceram e colocaram uma arma na minha cara. Levei o maior susto. Eles mandaram eu calar a boca, pois eu não era autoridade, e já foram logo dizendo que eu tava passando droga. Não adiantou eu dizer que estava só fumando meu baseado, que era viciada, não traficante. Até tentei mostrar a ponta que eu tinha guardado no maço de cigarro. Eles iam me revistar, eu disse que não precisava e fui tirando tudo dos bolsos, mostrei que estava voltando do hospital com meu filho. **Eles não quiseram saber de nada e me jogaram dentro do carro.** Eram uns quatro policiais. Eles tinham prendido também o Henrique, um menino que estava na boca e trafica. O resto do pessoal conseguiu fugir. **Quando chegamos na delegacia, por volta de 8:00 da noite, eles disseram que eu tinha droga dentro de mim.** Fiquei revoltada, gritava e dizia que tinha que ir embora porque meu filho estava doente. **A policial que ia fazer a revista só foi chegar quase meia-noite e já chegou me mandando tirar a roupa. Tirei a parte de baixo e ela mandou tirar tudo.** Olhei pra cara dela chorando e disse assim:*

- Quem é pra vocês prenderem vocês não prendem. Eu, que não tenho nada a ver com tráfico, to aqui. Perdem tempo com quem não vale nada. Sou uma pobretona, não tenho nada na minha vida!

A policial só ficava gritando:

*- **Vai! Vai! Vai! Dá toda droga que você tem aí, a gente faz um acerto, joga nas costas do Mané que ta preso e você vai embora pra sua casa** (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 265, grifos meus).*

Além do descaso, da humilhação, o abuso de poder parece não ter fim, pois sem motivo aparente decide-se que ela teria drogas escondidas no corpo, como se não bastasse na revista ela ter que ficar nua, mas a suspeita não seria de drogas *dentro* do corpo?

Ademais, Vitória continua seu relato mostrando que mais uma vez estava no lugar errado e na hora errada, conta que nada disse a Renato ou a qualquer outra pessoa sobre o fato, mas o medo de continuar naquele local a faz se aproximar mais ainda de Renato.

Vitória começa uma busca por transformar sua realidade, voltar a estudar, trabalhar, busca ainda creche para os filhos e terminar sua casa, mas ainda está na casa de uma amiga e o trabalho de babá, que ela conseguiu, exige muito de seu tempo, impedindo-a de contribuir na limpeza da casa. Como ela também não podia pagar pela moradia, acaba desistindo do emprego e consegue uma oportunidade

com a mãe de Renato, para vender cocada. As filas pelas vagas nas creches são absurdas, o que também inviabiliza sua autonomia. Os estudos acabam ficando sempre por último. Renato, que possui o ensino médio, começa então a procurar emprego para que os dois possam morar juntos.

Eu não queria mais viver junto nem casar com ninguém, mas decidi ficar com o Renato e ver no que vai dar. Ele é um homem diferente. Eu também quero ser uma pessoa diferente. [...]

*Estou virando uma serva de Deus e minha vida tá ficando melhor. Pelo menos, tenho paz. **O pastor vive repetindo que todos os pecadores podem encontrar um futuro aos pés de Jesus.** Acredito nisso. Mudei de igreja depois que o bispo quis cobrar R\$300 pra batizar o Renato. **Fomos para a igreja da mãe dele, onde não precisa pagar.** Estou praticamente morando na casa dos pais do Renato, apesar de eles não aceitarem essas coisas de morar juntos antes de casar. Ainda passo na casa da Sabrina, pois algumas coisa minhas estão lá. Mas não vou mais para baile funk, não fumo mais maconha nem saio mais de casa à noite para aprontar. Só falta estar perto dos meus filhos, assim que meu quartinho ficar pronto e virar a minha casinha e do Renato. Agora, falta muito pouco. Mais um ou dois meses, vou ter o meu teto. Com Deus na minha frente, tudo vai melhorando. **Não sinto falta de farra, aquela outra vida nem passa mais pela minha cabeça. Estava indo para o buraco de novo. Nunca gostei de fazer esses negócios loucos que os meus amigos fazem.** Estou bem longe daquilo tudo. **O dinheiro da prostituição não me faz falta. Não tenho R\$1 no bolso, só tenho Jesus, mas está bom** (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, 271, grifos meus).*

Vitória acaba se vendo impelida a aceitar tudo aquilo que tanto recusou durante todo o seu relato, mais uma vez ela expressa como as mulheres da classe trabalhadora não possuem muitas escolhas, ou seja, percebendo as adversidades que encontrava sozinha para se fortalecer e transformar seu modo de vida e realidade, no imediato foi impelida a escolher entre ser a 'outra' ou a esposa, desse modo ela encontra na relação social sexual uma possibilidade de satisfação das necessidades imediatas e de uma forma de se relacionar mais afável, embora com condicionalidades, como a adesão à religião e o rompimento com o seu modo de vida.

Esse capítulo se propôs a trazer duas histórias que, obviamente, não abarcam a totalidade das expressões da exploração sexual, embora tragam determinações universais da questão e centrais para o processo reflexivo que esta pesquisa pretendeu realizar. Com vistas a garantir tal movimento de abstração junto ao leitor é que se pensou em partir de histórias imbuídas de particularidades que compõem a pseudoconcreticidade, passando por construir e apreender as

mediações postas na realidade, buscando por aproximações sucessivas, para chegar à essência do real.

Ao abrir o debate expondo toda a barbárie da exploração sexual, fica evidente que o universo do qual aquelas crianças e adolescentes fazem parte não está distante da realidade das relações sociais sexuais monogâmicas, mostrando que a alienação do trabalho se expressa não apenas nas relações de produção, como também nas relações sociais e sociais sexuais. O aspecto econômico-sexual aparece, por conseguinte, como uma mediação destas últimas relações.

Esta forma de análise difere do modo hegemônico de trato da questão da exploração sexual, em que a mesma aparece de forma parcial, descolada de sua base constitutiva, como uma recusa ao reconhecimento desta sociedade como classista, patriarcal e machista e que tal fundamento atingirá todos os sujeitos do sexo feminino, com maiores desdobramentos para as filhas da classe trabalhadora.

A partir destes relatos, portanto, proponho ao leitor que iniciemos uma análise profunda de questões históricas e contemporâneas que esta pesquisa elencou como imprescindíveis para a compreensão do fenômeno da exploração sexual, mais precisamente com o recorte do feminino e de classe, já que estatisticamente são elas que mais serão acometidas por este fenômeno.

Capítulo 2. A centralidade da alienação nas relações: gênese, manutenção e reprodução

Muitos são os textos que, ao falarem do ‘feminino’, afirmam-no como um padrão a ser seguido, ou seja, estabelecem um padrão para o que deve ser ‘feminino’, pautados por um pretense estado do ser ‘natural’. Mas isso se constituiu, na verdade, no processo de inferiorização da mulher, necessário para o desmantelamento da coletividade na transição da sociedade primitiva para a sociedade de classes.

Neste capítulo, procuro fazer um percurso partindo da desmistificação do ‘feminino’ como o entendemos hoje e como o patriarcado, fundamento do machismo, é utilizado para justificar a superioridade do ‘masculino’ em detrimento do ‘feminino’. Para tanto, resgatarei aspectos da história do ‘feminino’ no mundo, conforme a necessidade de argumentação.

Procuro evidenciar, portanto, quais são as amarras que obstaculizam a libertação do ‘feminino’ na sociedade de classes, a qual, como apontara Marx (2010b), apenas poderá ocorrer na sociedade comunista⁷.

As meninas, moças e mulheres das sociedades de classes, bem sabem o que é crescer num universo opressor, que dita a cada momento formas de comportamento, ou seja, uma menina, moça ou mulher, não deve fazer determinadas coisas por serem ‘coisas de meninos, rapazes ou homens’. Com isso, elas são fortemente acometidas e influenciadas pelo machismo, pelas sociedades de classes serem dominadas pelo universo ‘masculino’ em prejuízo do ‘feminino’.

⁷ A esse respeito, Netto (1998, p. 24-25, grifos do autor) ao tratar do comunismo como possibilidade concreta, exemplifica a partir do Manifesto do Partido Comunista e afirma que: ‘O projeto comunista [...] é realizável porque as tendências efetivas e estruturais da dinâmica da ordem burguesa põem problemas tais, e possibilidades tais, que só podem ter a sua resolução positiva com a “passagem do proletariado a classe dominante, [que significa] a *conquista da democracia pela luta*” (cf., neste volume, a p. 29; os itálicos não são originais); é somente esta articulação de **tendências determinadas objetivamente e vontade política (de classe) organizada** que pode assegurar que a queda da burguesia e a vitória do proletariado “são igualmente inevitáveis” (cf., neste volume, a p. 20). Sem esta articulação, não há qualquer garantia de êxito para a classe operária porque, nas sociedades de classes, **sempre** há alternativas para a resolução dos antagonismos sociais [...], as lutas de classes são “uma guerra que sempre terminou ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a destruição das classes em luta” (cf., neste volume, a p. 5; os negritos não são originais). O *Manifesto*, portanto, não absolutiza, deterministicamente, a chance única da vitória proletária e da emancipação pelo comunismo (ainda que, compreensivelmente, dado o seu papel de *manifesto*, também destinado a convocar adesões apaixonadas, privilegie esta alternativa); pode muito bem ocorrer [...], ao invés da conquista da emancipação, a instauração da barbárie’. NETTO, J.P. **Elementos para uma leitura crítica do manifesto comunista**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <pbc.org.br/portal/docs/elementos.pdf>. Acesso em Mai. 2015.

Ocorre que é necessário um forte apelo ideológico para o convencimento de que ‘o ser feminino’ nessa sociedade classista, patriarcal, machista é ser submissa, delicada, recatada, e ao mesmo tempo ser hábil, capaz e dispor de energia para adentrar o mercado de trabalho dominado pelo universo masculino.

De acordo com a classe social, o indivíduo cresce ouvindo e sendo exigido a atender a um perfil que deverá ser adotado para garantir a monogamia e a perpetuação do *status quo*, ou ainda da racionalidade burguesa, ou seja, em todas as classes vemos os traços machistas, mas em cada classe aparecerão particularidades, devido às facilidades de acessos ou às dificuldades de acessos. Mas, em todas as classes, devido ao machismo, a monogamia aparece para a mulher como mais onerosa, já que o cuidado com os filhos é entendido, de modo geral, como de responsabilidade da mulher, pois ao homem cabe o sustento e ‘ajudar’.

A questão torna-se mais conflitante ainda quando pensamos de forma aprofundada, aproximando-nos da condição das meninas, moças e mulheres da classe trabalhadora – já que as da classe dominante podem pagar por serviços, realizados por mulheres da classe trabalhadora – criadas pensando que devem e de fato precisam, dar conta da casa, dos filhos, do marido e trabalhar, ou caso consiga um ‘bom casamento’ (ou seja, dependência econômica), e o queira, poderá ser ‘apenas uma dona de casa’ – utilizo os termos com aspas, indicando que ironizo a inferioridade que essa frase carrega, já que este é um dos trabalhos não pagos mais explorados na ordem capitalista.

Vale aqui contrapor a inferiorização que recai sobre as trabalhadoras do lar não pagas – mais conhecidas como ‘donas de casa’ –, lembrando que este trabalho é altamente explorado dentro do capitalismo, bem como em todas as sociedades de classes⁸. Isso porque, essas mulheres trabalham em suas casas em tempo integral, sem descanso semanal remunerado – muitas vezes, sem descanso algum -, em muitos casos, sem nem ao menos terem esse trabalho devidamente reconhecido na esfera familiar e no nível macro-social⁹. Ademais, essas atividades fazem com que a dinâmica diária de suas famílias se concretize, quando, por

⁸ Lembro-me, nesse sentido, da argumentação desenvolvida por Marx e Engels (2012, pp. 23-24), de que a partir da formação do excedente de produção, existirão as sociedades de classes, ou seja, ‘A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, [...] burguesia e proletariado’ ou capitalista e trabalhador.

⁹ O termo remete ao entendimento de Mészáros (2011) sobre a família como um micro-social.

exemplo, ela faz o café da manhã, passa a roupa da família, depois todos acordam, usufruem do seu trabalho e vão para suas rotinas. Marx e Engels a esse respeito dizem que

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas essas contradições, e a qual por sua vez se assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a propriedade, [17] a qual tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, na qual a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho [*Arbeitskraft*] alheia (MARX, ENGELS, 2009, p. 47).

Em primeiro lugar, por este excerto considerando a eventual possibilidade de gestação da trabalhadora, temos que uma divisão social sexual do trabalho serviu, num primeiro momento, à perpetuação daquela sociedade, a qual produzia para sobreviver, e que, para tanto, *tendia* a afastar a mulher da guerra, da caça, apesar de que isso se deu de forma ainda inconstante e difusa. Com o tempo, com a formação de excedente decorrente dessa divisão social sexual do trabalho, isso passou a implicar na sua expropriação e inferiorização, sendo incumbida processualmente de trabalhos domésticos, que não geram diretamente mais-valia, como se ela não fosse capaz de realizar as mesmas atividades.

Em segundo, essas observações evidenciam o uso da família como *lócus* de organização, em que a mulher é uma trabalhadora escrava. Alguns podem dizer que, no caso de uma família nuclear – pai, mãe e filhos – o homem é remunerado, sendo assim o meio de sustento da família e da mulher. No entanto, basta analisarmos as condições de trabalho – a partir da questão do trabalho necessário à produção e do trabalho excedente, explorado via mais-valia –, para que notemos que nem mesmo o homem está sendo de fato pago integralmente por seu trabalho (MARX, 2013).

É devido a isso, que o machismo nas relações da família, ademais, não pode ser visto como algo que, vez ou outra, implica em determinados atos, já que é aspecto constituinte da relação monogâmica entre o homem e a mulher. Na atribuição de um salário ao homem, pretendendo que este valor seja socializado entre todos os membros da família, desconsiderando o trabalho da mulher realizado

em casa – ideia altamente reacionária que reafirma a opressão da mulher –, impõe-se à mulher a condição de dependente do homem, sendo que, por mais que ela mesma conceba tal relação e que almeje transformar sua condição – o que pode se configurar como uma forma de suspensão da cotidianidade¹⁰ –, aquele é um obstáculo concreto para tal libertação.

Em continuidade a essa ideia, quando a mulher agrega a função de assalariada formal, ainda assim seus vencimentos não são suficientes para tal independência, pois, tendo em vista a explícita desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho, o rompimento de sua relação monogâmica implica, não raramente, em seu empobrecimento, também no aumento de sua jornada de trabalho, o qual poderá ocorrer por meio de trabalhos, quais sejam, formais ou informais.

Analogamente a esta ideia, Saffioti (1976), quando fala sobre a competitividade instaurada entre os sexos, decorrente do adentrar da mulher no mercado de trabalho, coloca que o homem ignora os aspectos sócio-históricos da condição feminina e da sua própria, em que ambos são explorados, para requerer o prestígio de ter sua mulher afastada desse universo, sendo ele, o único provedor. Isso demonstra um aspecto da alienação se expressando na relação social sexual, na qual o homem não percebe que a mulher continua sendo uma trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que a mesma exerce em casa contribui, diretamente, para a manutenção da força de trabalho masculina e feminina, pois diminui a carga referente ao salário mínimo, cujo capital deve pagar.

Assim, o uso da família como unidade de reprodução econômica da sociedade, se constitui numa das mais extensas explorações, por parte das sociedades com acumulação de excedente, ideologicamente aceita até mesmo pelas mulheres. Isso se dá de tal forma, que não ocorre uma simples adoção por parte de alguns indivíduos a esses modos de vida. Afinal, a consciência dos sujeitos é determinada a partir de suas vivências reais, dialeticamente, assim como afirmara Marx, pois,

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os

¹⁰ Nos termos de Heller (1985), esse processo seria a capacidade de construir e apreender mediações que se afastam da imediatividade da cotidianidade, levando o sujeito a pensar no nível do humano genérico, de modo universal.

produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, 1999, p. 37).

Com isso, estamos dizendo que as ideias que constituem a dominação burguesa, como propõe Mészáros (2011), perpassam todas as esferas da vida social, da econômica à sexualidade.

Nesse sentido, a formação do excedente de produção, passa a ser constitutiva da vida em sociedade, em que as relações monogâmicas nem sempre, muito pelo contrário, ocorrem de forma livre, sendo, portanto, relações saturadas de expressões dessa alienação, pois realizam concretamente e acima de tudo, a reprodução da família dentro das sociedades de classes.

A prostituição, dentro disso, surge como meio de sociabilidade, já que surge em caráter de complementaridade, sendo expressão e justificativa da relação alienada dentro da monogamia. Pois, torna-se necessário uma busca complementar por outras formas alienadas de relações, chamadas sociais, mas que, levadas mais à fundo, se tratam também de relações sociais sexuais¹¹, o que se exprime, no que se refere à prostituição, na busca por uma relação que se torna apêndice da monogamia.

Na família, contudo, o sexo toma a forma de condição de reprodução de indivíduos, pois, independente da existência de desejo sexual ou da vontade de ter filhos, isso favorece o aumento da força de trabalho, lembrando que o modo de produção capitalista pressupõe a necessidade do aumento da força de trabalho. Tendo em vista que a formação do excedente se dá com a maior exploração dos

¹¹ A esse respeito, muito se discute entre os teóricos marxistas sobre o ensejo à desarticulação da perspectiva de classe proporcionado pelo termo 'gênero', apontando que a ideia de relações sociais sexuais refere-se a aspectos da sexualidade, do sexo, entre outros. Sistematizando essas pretensões, Devreux (2005) afirma que 'Com o estudo das relações sociais de sexo assistimos a um enriquecimento do marxismo. Reciprocamente, o material é tão importante quanto o ideal, o que rompe com a concepção exposta por Pierre Bourdieu sobre a dominação masculina (1998) [...] Uma terceira razão leva-me a preferir o conceito "relação social de sexo" ao de "gênero". Em francês a palavra "gênero" é polissêmica. Recobre uma definição vaga, incerta do conceito, segundo os pesquisadores ou segundo os atores, ou instituições que a empregam [...] Em francês a palavra "gênero" possibilita que evitemos pronunciar a palavra sexo e de fazer referência ao "sexo" (sex, em inglês), à sexualidade. A sexualidade e o campo das relações sexuais fazem parte do problema das relações sociais de sexo, mas não constituem a totalidade do problema' (DEVREUX, 2005, p 562-564). No Brasil, a polissemia no uso da palavra 'gênero' também é evidente, contudo, ressalto aqui que as conhecidas 'relações sexuais' são essencialmente relações sociais, ou seja, trata-se de relações sociais sexuais. Ver DEVREUX, A.M **A teoria das relações sociais de sexo**: um quadro de análise sobre a dominação masculina. Brasília: Sociedade e Estado, v. 20, n. 3 p. 561-584, set./dez. 2005.

trabalhadores, o aumento populacional é decorrente da acumulação capitalista, mas ele também a reproduz (MARX, 2013).

Por outro lado, nesse conjunto de variáveis inter-relacionadas, temos a condição da 'prostituta', que surge como necessidade dessa forma de sociabilidade, sendo que, para muitas mulheres, aparece como forma de complementaridade da renda advinda de relações sociais sexuais alienadas – vale aqui explicar que as relações sociais sexuais são alienadas tanto na família monogâmica, como em seus apêndices –, enquanto para outras, compreendem sua condição realmente como um trabalho, não menos explorado que qualquer outro na sociedade capitalista.

Contudo, evidencio as formas de desigualdade que justificam a existência da 'prostituição' como relação social sexual centralmente alienada em diversos níveis, exprimindo a ampla dependência econômica da mulher – o que propicia entender neste estudo, primeiramente, que o discurso da prostituição como trabalho ou profissão é na verdade uma forma de resistência; em segundo, que essa condição não se desvincula, ademais, de outras relações, por exemplo, quando a mulher busca constituir relacionamentos como forma de garantia de sobrevivência ou vivência em melhores condições, ou ainda relações que expressem essa noção ainda quando a mulher aparece como 'provedora da casa'.

Por isso, 'libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches' (SAFFIOTI, 1976, p.42), já que a mulher, a partir do advento da propriedade privada, toma muito mais o caráter de um objeto, e no capitalismo, uma mercadoria, ou um produto fetichizado.

Iniciarei o aprofundamento de questões que destaco como essenciais, a partir deste momento, para o entendimento de como se constituem as 'amarras' da opressão de meninas, moças e mulheres, ou seja, o processo de inferiorização do 'feminino' nas sociedades de classes. Começarei, então, pelo mito da inferioridade do 'feminino', lembrando que tais questões são essenciais para entendermos como essas 'amarras' incidem na vida das adolescentes do sexo feminino em exploração sexual.

2.1 A sociedade primitiva: coletividade e o mito da inferioridade do 'feminino'

O mito da inferioridade da mulher é a afirmativa que mais aparece nos discursos machistas, em que os homens seriam naturalmente superiores, por sua força, coragem, por que seriam os provedores, etc. Já a mulher seria inferior por ter

sido condenada pela natureza à condição de mãe. Para tanto, trarei outra versão da história, que não a usualmente contada. Concebo, desde já, que “[...] isto não existiu sempre: possui somente alguns milhares de anos. Os homens não foram sempre o sexo superior, uma vez que não foram sempre os dirigentes industriais, intelectuais e culturais” (REED, 1954, p.2).

Reed (1954) traz em seu trabalho a aproximação ao fato de que, na sociedade primitiva, a mulher e o homem eram tidos em pé de igualdade e a questão da maternidade era vista como um dom da natureza. De acordo com Lessa (2012), devido à maternidade, era inviável colocar a mulher em trabalhos perigosos, pois ela teria a capacidade da reprodução, portanto, eram indivíduos a serem preservados de certas atividades. Tinha-se a prioridade, portanto, de que à mulher não fossem atribuídos aqueles trabalhos. Dentro disso, havia a necessidade muito grande de controle de natalidade pela provisão de alimentos, sendo que muitos bebês poderiam ser deixados para trás, a fim de garantir a subsistência do grupo (LESSA, 2012). Mais ainda: a maternidade e o trabalho estavam unidos, uma vez que havia a necessidade de um aprovisionamento de alimentos, não apenas para um dia.

Com isso, a necessidade da divisão social sexual do trabalho ocorre, com o homem indo à caça e a mulher à coleta de frutos e vegetais. Nessa divisão, de acordo com Reed (1954), é importante frisar que a maior parte da alimentação era composta pelo trabalho da mulher, já que os homens por muitas vezes retornavam da caça sem alimentos e com fome.

Além disso, a autora em seu belíssimo ensaio mostra como a mulher, a partir de sua interação com a natureza vai desenvolvendo a domesticação de animais e a agricultura. Segundo Reed

[...] podia-se contar com as provisões alimentícias que as mulheres recolhiam, e não os homens. Mas as mulheres também eram caçadoras, embora praticassem um outro tipo distinto de caça. Além de desenterrarem raízes, tubérculos etc., recolhiam lagartos, aves, lagartixas, moluscos e outros pequenos animais como lebres, roedores etc. Esta atividade era de fundamental importância, pois parte desta caçada era levada viva aos acampamentos, e foram a base das primeiras experiências com a domesticação (REED, 1954, p.5).

Não ignoro o fato de que tanto homens quanto mulheres poderiam exercer uma ou outra função, mas que, na maioria dos casos, essa foi uma divisão que vem historicamente sendo comprovada.

Houve ainda, de acordo com a mesma autora, o descobrimento pela mulher da agricultura, por meio do uso de uma estaca para, a princípio, desenterrar raízes. O cozinhar também foi uma das técnicas adquiridas pelas mulheres, descobriram ainda plantas e substâncias de animais com propriedades medicinais e ainda a técnica da cerâmica, da corda, do cortume, transportes, também de construção, a arquitetura e a engenharia (REED, 1954). Enfim, muitas foram as contribuições das mulheres desde os primórdios, fatos esses relegados ao esquecimento ou remetidos ao 'homem', na ironia de uma pretensa neutralidade deste termo – como se fosse sinônimo de definição do gênero humano, nesta sociedade voltada para a glorificação dos homens.

Outro grande avanço evidenciado pela autora é a linguagem, na qual o homem teve sua participação, ainda que reduzida, já que suas atividades de caça e pesca requeriam solidão e silêncio, enquanto que as mulheres estavam sempre juntas e falando durante todo o dia. Ainda de acordo com Engels,

O desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividades sociais, fazia necessariamente com que os membros da sociedade se reunissem cada vez mais... A única teoria correta sobre a origem da linguagem é a de que ela nasce e se desenvolve junto com o processo do trabalho (ENGELS *apud* REED, 1954 p.19).

Assim, inferimos junto a Reed (1954) que as mulheres foram precursoras no processo de coletivização nas comunidades, visto que as famílias que surgiram dessa herança social e cultural não podem ser reduzidas, devendo ser encaradas como 'as primeiras fábricas, os primeiros laboratórios científicos, centros médicos, escolas e centros culturais e sociais' (REED, 1954, p.21).

Contudo, devido à formação do excedente de produção, tendo por resultado o sedentarismo, o poder advindo dessas descobertas unidas à procriação, davam à mulher um reconhecimento que lhe foi abruptamente retirado. Isso ocorreu, a partir do momento em que se deixa de ser indispensável a caça e a coleta de alimentos, para se tornar usual a agricultura e a domesticação de animais, pois as comunidades deixam de ser nômades, o homem passa a ficar mais tempo na comunidade e as populações aumentam.

Com o aumento das populações e o desenvolvimento da agricultura, têm-se o aumento do excedente, ou seja, conhece-se uma abundância jamais antes vista. Sobre isso, Lessa (2012) chama a atenção para o fato de que a sociedade primitiva era pautada pela coleta e na caça, já essa sociedade do cultivo conhece novas formas de se reproduzir. Em complementaridade a essa ideia, Lessa analisa que,

Com o passar do tempo, a transformação da natureza foi transformando a própria natureza social dos homens (Marx, 1983:149), até que, há aproximadamente 10 mil anos, o trabalho passou por uma transformação qualitativa (no dizer de Lukács, conheceu um salto ontológico). Descobriu-se a semente e, com ela, a agricultura e a pecuária. Pela primeira vez os indivíduos que trabalham produzem mais do que necessitam para sobreviver. A capacidade de trabalho das pessoas se desenvolveu a tal ponto que elas não mais precisam trabalhar todo o tempo. Está, agora, “sobrando” capacidade de trabalho: isso é o trabalho excedente (LESSA, 2012, p. 21).

No entanto, a queda do matriarcado não foi um processo de simples conformação com essa condição. A formação do excedente funda uma nova relação social, que, paulatinamente vai deixando de lado o aspecto da coletividade, para fomentar a individualização. Tal fato está totalmente atrelado ao próprio surgimento da ideia de propriedade privada. Ainda segundo Lessa,

Todavia, se o trabalho excedente torna possível o surgimento da exploração do homem pelo homem, não faz da exploração algo historicamente necessário. Sua necessidade decorre da carência, isto é, da situação histórica na qual a produção não é suficiente para atender às necessidades de todos os indivíduos (LESSA, 2012, p.22).

Contudo, o surgimento da forma de exploração do homem pelo homem não se deu de uma forma tranquila. Afinal, não seria de maneira submissa, que um indivíduo que trabalha para o enriquecimento coletivo passaria a trabalhar para o enriquecimento de um único indivíduo, que não ele. Esse processo foi sustentado por formas violentas e individualizadas, como por exemplo, o advento da guerra, que passa a ser utilizada não apenas como disputa por sobrevivência, mas também como forma de acumulação, surgindo assim a necessidade dos escravos (LESSA, 2012).

A atividade da guerra, por exemplo, desde sua gênese aparece como uma atividade majoritariamente masculina, mas essa foi uma característica presente

em todas as atividades que estariam a serviço diretamente do desenvolvimento da sociedade, ou seja, que geravam propriedade privada. Dessa forma, as mulheres passam a ser relegadas a uma ideia de esfera privada: ao cuidado dos filhos, alimentação, em prol da reprodução de uma espécie de núcleo familiar.

Essa noção de propriedade privada atrelada a individualização vai ser decisiva, por exemplo, para a questão da criação das crianças, visto que, na sociedade primitiva as crianças eram criadas por todos os adultos e a figura da mãe e do pai não era tida como referência como hoje as temos, mas essa forma de educação já não tem mais espaço na sociedade da concorrência. Dessa noção, advêm inúmeras outras, como a que torna inconcebível um homem arcar com os gastos dos filhos dos outros (LESSA, 2012). A propriedade privada agora se expressa, então, na relação dos pais com seus filhos, sendo os filhos considerados como posse dos mesmos.

A família monogâmica surge a partir disso, pela garantia da herança, pela noção de propriedade privada, da divisão social das tarefas entre os sexos, mas, mais precisamente, a inferiorização da mulher dentro da família tem sua base no entendimento de que as tarefas domésticas não geram propriedade privada, já as tarefas destinadas aos homens, geram.

Por outro lado, sem a reprodução biológica dos indivíduos nenhuma sociedade poderia existir. E, como já vimos, nas sociedades de classe é impossível que a criação das crianças, a preparação dos alimentos, da moradia, etc. continuem como atividades coletivas. Nenhum senhor de escravo, senhor feudal ou burguês criará ou pagará a alimentação dos filhos de seus concorrentes – do mesmo modo que não cuidam dos filhos dos trabalhadores que exploram. Como tais atividades, ainda que fundamentais para a vida social, não geram propriedade privada, elas serão agora exercidas pelas mulheres enquanto parte da vida privada (isto é, não coletiva) de cada proprietário. Caberá aos homens “prover” suas mulheres; estas devem “servir” aos seus senhores. A antiga relação consensual e igualitária é substituída por uma relação de poder (LESSA, 2012, pp. 27-28).

Nesse bojo, aparece a necessidade de certeza de quais serão os proprietários dos frutos da produção, sendo que a herança passa a ser questionada em torno dos descendentes. Nesse sentido, a gênese da monogamia passa a ser justificada pela necessidade de se dar a herança daquilo que seria dos homens – ferramentas, excedente da agricultura e criação de animais –, ou seja, a propriedade privada implicou, para essa sociedade, no advento do patriarcado.

Estes fatos levaram à queda do matriarcado e à transformação da mulher em 'escrava do lar'. Afinal,

No momento em que o homem se apropriou dos meios de produção, a mulher foi relegada exclusivamente a suas funções biológicas de mãe, e lhe foi negada toda forma de participação na vida social produtiva. Os homens tomaram as rédeas da sociedade e fundaram um novo a serviço de suas necessidades. Da destruição do matriarcado, nasceu a sociedade de classes (REED, 1954, p.22).

Essa divisão social sexual do trabalho funda um novo modo de produção, valendo ressaltar ainda, que a sociedade de classes, pós-comunal, surge, mais precisamente, a partir da formação do excedente, pois corresponde à divisão da sociedade em classes antagônicas, em que há opressores e oprimidos. A título de exemplo, temos, 'homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial' (MARX, ENGELS, 2012, p. 23), bem como burguesia e proletariado.

Nestes termos, a divisão social sexual do trabalho na sociedade de classes, vai se propagar com o domínio masculino, sendo amplamente difundida pela noção de propriedade privada, pelo Estado, pela Igreja e pela construção destas instituições familiares que hoje temos, sob um forte apelo ideológico para o monopólio do masculino (REED, 1954).

Com isso, a mulher passa a ser a mãe – atividade animal –, ou ainda esposas ou prostitutas, sendo retirada das tarefas de visibilidade social e colocada como cidadã de segunda classe – na melhor das hipóteses, pois o reconhecimento da cidadania da mulher, por exemplo no Brasil, como sabemos ocorreu em 1934 quando estava Getúlio Vargas na presidência da república –, sob o apelo da santificação da maternidade ou da demonização da 'outra'.

No entanto, como demonstraram Marx e Engels, todas as sociedades, tanto as passadas como a presente, fundamentam-se no trabalho. Não era somente a capacidade das mulheres de reproduzir que teve um papel decisivo, uma vez que todas as fêmeas animais dão à luz. Para a espécie humana foi decisivo o fato de que a maternidade impulsiona o trabalho, e sobre a fusão da maternidade com o trabalho, fundou-se, na verdade, o primeiro sistema social (REED, 1954, p.3).

Surgem, portanto, novas forças e relações produtivas, que consistiram em separar o trabalho agrícola do industrial urbano e o manual do intelectual. Nestes termos, diversas atividades até então femininas passam paulatinamente para os

homens que as aprimoraram em prol de novas descobertas, pelo interesse da expansão e desenvolvimento da acumulação (REED, 1954).

É devido a isso que, nas sociedades de classes, uma das características mais marcantes é a desigualdade entre os sexos, fazendo da mulher, de acordo com Flora Tristan – grande socialista e feminista francesa –, a explorada do explorado, quando disse que ‘O homem mais oprimido ainda pode oprimir outro ser humano, que é sua mulher. **A mulher é o proletário do proletário.**’ (TRISTAN *apud* KONDER, 1994, p. 108, **grifos meus**). Essa colocação nos remete a toda a discriminação e opressão sofridas por meninas, moças e mulheres, ou seja, pelos sujeitos estereotipados em ‘feminino’, fatos que as conduziram a levantar a bandeira feminista em prol de sua libertação.

O mito da inferioridade da mulher, que ronda a cotidianidade nos dias atuais, é alicerçado nos pressupostos expostos até o momento. Tentei perpassar pelos principais aspectos, mas estes adquiriram, contudo, novas expressões dialeticamente ao avanço das sociedades de classes e mais precisamente, na atual sociedade capitalista.

2.1.1 A manutenção da inferiorização do ‘feminino’

*Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Despem-se pros maridos
Bravos guerreiros de Atenas
Quando eles se entopem de vinho
Costumam buscar um carinho
De outras falenas
Mas no fim da noite, aos pedaços
Quase sempre voltam pros braços
De suas pequenas, Helenas*¹²

Nas sociedades de classes, de modo geral, a inferiorização do ‘feminino’ vai aparecer como algo ‘necessário’ ao ‘bom desenvolvimento’ e reprodução social daqueles indivíduos, mas é preciso deixar claro que assim como os escravos foram autores de inúmeras revoltas, as mulheres também não foram submissas a essas investidas de inferiorização. Tanto que muitas são as histórias de mulheres combatentes, de mulheres de forte caráter como as Espartanas, mas como eixo

¹² BUARQUE, C. BOAL, A. **Mulheres de Atenas**. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/chico-buarque/mulheres-de-atenas.html>>. Acesso em 06 Abr. 2015.

universal comum em todas as sociedades de classes, como vimos, a monogamia é a expressão da propriedade privada na família (LESSA, 2012).

Nessas sociedades a educação das crianças passa a ser totalmente voltada para a constituição e manutenção do 'feminino' e do 'masculino', portanto, surgem as diferenças entre o que é para menino e o que é para menina, bem como o que é de moça e o que é para o rapaz, para perpetuar o que é para mulheres e o que é de incumbência dos homens.

O masculino é marcado pela dureza, brutalidade, sociabilidade, provedor nas famílias, a dominação e de um suposto instinto sexual incontrolável. Às mulheres, é destinada a sensibilidade, o amor, a afetividade, o carinho, a submissão, 'o lar é o seu reino', ela deve servir seu marido e, mais importante, ela é mera reprodutora, ou seja, a ela é negado o sexo.

Para o sexo existirá a prostituta, que deverá iniciar a vida sexual destes sujeitos masculinos. Neste momento é exigido destes um retorno a um estágio 'animalesco' para que o mesmo passe por cima de todo e qualquer sentimento, afetividade e se deixe tomar apenas pelo 'instinto sexual' para conseguir a experiência que lhe é exigida pela sociedade (Lessa, 2012), pois 'ele deve ser macho'. Como a prostituição aparece como um viés central deste estudo, faz-se necessário trabalhar essa questão com maior profundidade mais adiante.

Essa noção de propriedade privada sobre os membros da família se desenvolve de tal forma que se desenvolvem os casamentos por conveniência, ou seja, o casamento se torna uma forma de unir riquezas. Para tanto, às moças, mulheres e dependendo do local até crianças do sexo feminino, é dado um dote por seu pai, visando que a mesma faça um 'bom casamento'. Surge daí uma grande inferiorização do 'feminino', já que ao nascer, o pai saberá se aquele bebê lhe trará riqueza ou lhe tomará, ou seja, ter uma filha se torna sinônimo de 'jogar riquezas fora' e mais adiante 'jogar dinheiro fora'. No universo masculino, os primogênitos serão os mais bem quistos, herdeiros incontestáveis.

Toda essa relação de propriedade na família, não se pode esquecer, foi baseada então na monogamia, pela necessidade de a herança ficar para os filhos legítimos, nesse sentido, a virgindade da mulher passa a ter um valor social. Concomitante a essa ideia, vai se desenvolvendo nas sociedades de classes a noção de comercialização, por isso o casamento se torna muito mais um negócio, um comércio, em que a menina, a moça e/ou a mulher é o produto comercializado –

visto que em algumas sociedades elas poderiam se casar ainda crianças ou esperar determinada idade –, mas os ‘arranjos’ do casamento já poderiam ser acertados mesmo quando os interessados ainda fossem bebês.

Esses aspectos apareceram em todas as sociedades de classes, pois foram constitutivos do tipo de relações sociais nessas sociedades. Tais traços já eram visíveis na sociedade ateniense, na disparidade entre a socialização restrita ao lar e aos mais próximos do lar que cabia à mulher, enquanto ao homem estava reservada a decisão sobre o desenvolvimento da sociedade. Expressava-se aí como o desenvolvimento das relações sociais em torno da propriedade privada, nas sociedades de classes baseadas no trabalho escravo, utilizava-se da escravidão como forma de maior acumulação de excedente, tornando necessária a individualização cada vez maior da família em núcleos, significando cada vez mais o agravamento da inferiorização da mulher.

A restrita participação na vida social das mulheres aparece mais aprofundada, tão quanto se desenvolvem as sociedades de classes no período do feudalismo, expressas na arte e na literatura do renascimento, ou seja, desenvolviam-se formas de sociabilidade baseadas no distanciamento entre o ‘eu’ e o ‘nós’, ou ainda, das relações de propriedade privada fundada na relação entre senhor e servo. Afinal, no processo de transição entre as sociedades de classes – senhor de escravos e escravo, senhor e servo, burguês e proletário –, entende-se que se torna muito mais interessante não ser o ‘responsável’ direto pelo trabalhador.

Dessa forma, ao passo em que a própria morte do escravo significaria a perda de riqueza, a relação entre o senhor e servo já não pressupunha tamanha responsabilidade da vida do servo por parte do senhor, pois o servo não representava diretamente a riqueza, é o produtor da riqueza. Tal noção já evidencia a força de trabalho como produtora de valor. Essa noção se desenvolve de tal forma, que chegamos à condição do ‘trabalhador livre’, na qual, se o trabalhador está impossibilitado de trabalhar, pode-se contar com sua substituição por outro. Na mudança do predomínio rural para as indústrias, têm-se também a perda do vínculo da terra por parte do trabalhador, para este estar atrelado ao seu salário, sendo assim, a força de trabalho passa a ser entendida como produto. Sobre o burguês e sua relação com o capital, Lessa aponta que,

Como a nova forma de propriedade privada, o capital, vale aproximadamente o mesmo em qualquer parte do planeta, a identidade social do indivíduo está agora na sua carteira (ou, para o trabalhador, na falta dela). Um banqueiro, como a casa Rothschild, por exemplo, pode deixar Portugal para a Holanda em 1506, depois migrar para Londres quando esta se tornar centro do capitalismo mundial, e bem depois, já no século 20, deslocar-se para Nova Iorque. A propriedade privada burguesa, o capital, diferentemente da propriedade privada feudal ou da escravista, não mais depende de sua conexão direta, imediata, com a comunidade para se reproduzir. O indivíduo burguês pode até mesmo fazer da derrocada do seu país ou de sua comunidade um bom negócio.

Em uma situação inteiramente diversa da do passado, o burguês tem por sua pátria o mercado mundial e se converte em cidadão do mundo: essa é a base social da ilusão de que sua identidade reside em si mesmo – e, por extensão, de que o indivíduo é fundante da sociabilidade.

As necessidades de cada indivíduo passam a ser mais legítimas, verdadeiras e autênticas do que as necessidades coletivas (LESSA, 2012, p.48).

As considerações de Lessa sobre a individualização dos sujeitos expressam um processo que ocorreu ao longo de muitos séculos, repleto de particularidades interessantíssimas, porém, por não ser o tema central desta pesquisa, me ative a tratar mais dos traços universais das sociedades pré-capitalistas, abordando diversas questões conforme foi necessário. Neste ponto vale a pena nos debruçarmos por um momento sobre o aspecto ideológico que envolve fortemente a questão da inferiorização do ‘feminino’ na sociedade capitalista.

O sociometabolismo da ordem capitalista tem por primazia a acumulação de capital, este que nada mais é que trabalho excedente acumulado e convertido em forma de capital. Isso é possível via prolongamento da jornada de trabalho, dividindo a riqueza em trabalho necessário, trabalho pago ao trabalhador via salário, e trabalho excedente, trabalho não pago ao trabalhador que se constitui na mais-valia indevidamente apropriada pelo capitalista – horas a mais trabalhadas. Esse novo modo de produção impulsionou a criação de melhores formas de se gerar a abundância, ou seja, produzir-se mais em menos tempo.

Assim, mais adiante, em um contexto de redução da jornada de trabalho, intensifica-se o trabalho com o uso de capital constante (maquinário, sendo o capital variável a força de trabalho do trabalhador), sendo possível produzir mais, em menos tempo, justificando a redução dos salários pela redução da carga horária. A partir desse acúmulo não apenas a mais-valia absoluta gera o trabalho excedente, como também a mais-valia relativa, que consiste na redução dos valores dos bens de consumo da classe trabalhadora, visando cada vez mais à redução dos salários a serem pagos.

Assim como a exploração do trabalhador pelo capitalista no mundo do trabalho, a exploração da mulher na família é expressão da propriedade privada nas relações. Como a família está totalmente atrelada às necessidades do mundo do trabalho, é preciso deixar claro que a família não muda suas funções no advento do mundo burguês, como muitos propõem ao enaltecer a suposta função libertária da família.

Importante frisar que a família monogâmica, tida como espaço de trocas, quando assim concebida, deve ser entendida como espaço de resistência que deve ser incentivado, no sentido de questionar seu próprio fundamento na monogamia, ou seja, não se partirá do princípio de que a família proporcionará melhores condições à vida de seus indivíduos, à medida que seu padrão monogâmico seja reforçado. Pensa-se, correntemente, que a inexistência da figura paterna deva ser ‘suprida’ ou ‘reposta’, que um ‘fortalecimento de vínculos’ é preciso para reorganizar e encaixar as famílias no modelo familiar atual. Natasha, a quem me referi no início deste estudo, expressa a contradição que a moral burguesa propaga e sua resistência, quando em sua fala, ela diz não ter a ‘família padrão’, mas que ela tem uma família, já que se exige uma família:

Só tenho uma certeza: não vou fazer de conta que tenho uma família pra dobrar o juiz. A família que tenho para oferecer a Linda sou eu e meu avô. A última vez que vi a minha filha foi no aniversário dela, dia 12 de julho. Levei um chinelo, um achocolatado em caixinha e um salgadinho. Fiquei uma hora com ela. De resto vou continuar usando meus biquínis bem pequenininhos de crochê e quem quiser que vá reclamar. (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.62).

O espaço da família, como tento mostrar, é o que o seu fundamento burguês proporciona, ou seja, privado da coletividade o sujeito se vê cada vez mais individualista, a concorrência aparece nesse espaço, assim como nos diversos espaços da sociedade capitalista. Muitos atribuem a esse aspecto a necessária ‘recomposição de valores’ sobre a família, contudo, estes se esquecem de consultar a história da família, que nos mostra que, nas sociedades de classes, o amor nunca foi a prioridade, por isso a monogamia.

Desse bojo, por isso, se caracteriza o que se chama de ‘crise da família monogâmica burguesa’ (LESSA, 2012), já que ela não dá conta de assumir as carências afetivas que as relações alienadas lhe exigem. A individualização da sociedade não deixa de estar presente na família, para além disso, ela não apenas a

permeia, mas é constitutiva e parte da família monogâmica burguesa. Acerca da relação de propriedade e família nas sociedades de classes, Engels esclarece que

Em sua origem, a palavra *família* não significa o ideal – mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas – do filisteu de nossa época; – a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a *família* “*id est patrimonium*” (isto é, herança) era transmitida por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles. “A palavra não é, pois, mais antiga que o férreo sistema familiar das tribos latinas, que nasceu ao introduzirem-se a agricultura e a escravidão legal, depois da cisão entre os gregos e latinos arianos.” E Marx acrescenta: “A família moderna (...) encerra, *em miniatura*, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado. (ENGELS, 2010:78 – itálicos no original)

Essa passagem certamente choca muitos sujeitos, inclusive profissionais da área social, pois ela chama atenção para ao que de fato a família monogâmica serve, ou seja, para que ela surge e para que ela se desenvolve até os dias atuais em nossa sociedade. Atualmente, a família monogâmica burguesa aparece nas definições como melhor forma conhecida de educar, de se reproduzir socialmente, meio de sociabilidade primária, mas de fato ela surge para ser o contrário, ou seja, ela tem sua gênese na propriedade privada do homem sobre seus membros e, dentro disso, a opressão, a inferiorização, o controle, a violência. Como propõe Lessa:

A família monogâmica se constitui, portanto, por um homem e uma ou várias mulheres em uma relação de opressão – nem consensual, nem autônoma. A violência, por mais que seja condenada e condenável, é inevitável: em aspectos decisivos, por vezes na totalidade da relação, o outro se converte em obstáculo ao pleno desenvolvimento afetivo de cada um, já que personaliza e encarna uma relação que é sempre e necessariamente alienada. Não é mero acaso que a violência no casamento seja algo tão freqüente (LESSA, 2012, p. 39).

A família da qual falamos, por conseguinte, monogâmica, nuclear e burguesa, não pode dar conta da afetividade que é dela exigida, pelo simples argumento de que ela não surge para isso e, por isso não poderá atender a essa necessidade, causando diversas inquietações como o entendimento de há famílias ‘desajustadas’, etc.

Essa questão foi percebida desde a revolução burguesa e, pela burguesia mesma, ela foi ocultada, pois de acordo com Lessa,

O individualismo burguês, no seu período progressista, cumpriu esse gigantesco papel no que diz respeito ao peso da afetividade humana na reprodução social: tornou-nos capazes de amar de modo e em uma qualidade inéditos na história. Nossa relação com a totalidade social se alterou para incorporar essa maior capacidade afetiva dos indivíduos. Nunca, antes, a reprodução social contara com individualidades portadoras das possibilidades e das necessidades de desenvolvimento subjetivas, afetivas, trazidas pelo amor sexuado individual.

Todavia, tudo isso é apenas parte da questão. Pois este fantástico desenvolvimento dos indivíduos, com suas não menos fantásticas consequências para a reprodução da sociedade, ocorreu em meio à família monogâmica burguesa e como parte do desenvolvimento da nova forma de exploração do homem pelo homem – que é o capital. O amor do período burguês foi, por isso, portador também das alienações inerentes à nova situação (LESSA, 2012, p.54).

O amor sexuado individual e as possibilidades de desenvolvimento dos aspectos subjetivos, afetivos dos indivíduos são impulsionados, mas, pela necessidade do reforço do controle e manutenção daquela ordem capitalista, a burguesia cerceia esse amor idealizado, dizendo que ele deve se dar dentro do casamento. No caso, a monogamia mais uma vez aparece e como sempre para as mulheres, aos homens as prostitutas continuam a servir, em algumas sociedades a poligamia aparecerá como ‘necessária’ – sob a justificativa do ‘instinto incontrolável’, como já pontuado anteriormente –, desde que o homem possa sustentar todas as suas mulheres (LESSA, 2012).

Em contraste com as famílias do escravismo e do feudalismo, a família monogâmica burguesa desde o seu surgimento já está a gestar as condições de sua crise futura. A mulher continua apartada da vida social; submissa, seu domínio social continua a ser o lar, cabendo-lhe a mediação entre o pai, os filhos e os serviçais – e, no entanto, essas funções sociais vão se tornando cada vez mais difíceis de ser realizadas no dia a dia, à medida que as forças produtivas vão se desenvolvendo. O homem continua sendo o marido, o masculino provedor e dominante, responsável por manter em seu lar uma ordem cada vez mais difícil, agora que o crescimento das cidades facilita a “infidelidade” da esposa, agora que a sexualidade vai penetrando com mais força na vida cotidiana e, no contexto da Revolução Industrial, em que a força de trabalho das mulheres vai se tornando uma gigantesca fonte de lucro. A violência continua a ser fundamental para manter a família monogâmica nos eixos... agora, burgueses (LESSA, 2012, p. 56).

A negação dos preceitos revolucionários burgueses e a naturalização de determinados aspectos ideológicos que foram explicitados até o momento neste estudo, se deu justamente pela necessidade de manutenção e expansão do modo de produção capitalista. Nesse sentido, é importante nos voltarmos aqui para entendermos como e, por que tais naturalizações ocorrem.

Para a manutenção desse sistema de super-exploração, faz-se necessária a criação e readaptação de formas de controle social, como é o caso do apelo ideológico. A burguesia lança mão desse recurso a partir do momento em que, feita a revolução burguesa – em que ela trouxera consigo o proletariado –, esta classe percebe que para manter seu poder hegemônico precisaria romper com seus princípios revolucionários, deixando-os como herança aos proletários e construindo o aparato ideológico sob as seguintes bases: primeiramente pondo fim ao regime de servidão, transformando os servos da gleba em trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho; em segundo, mudando a organização individual de trabalho que antes era artesanal e autárquica, passando agora para áreas de produção no interior de fábricas (COUTINHO, 2010).

O domínio da burguesia, ademais,

Reduziu a dignidade pessoal a simples valor de troca e, no lugar das inumeráveis liberdades estatuídas e arduamente conquistadas, erigiu a liberdade *única* e implacável do comércio. Em resumo, substituiu a exploração disfarçada sobre ilusões religiosas e políticas pela exploração aberta, cínica, direta e brutal [...] A burguesia rasgou o véu da emoção e de sentimentalidade das relações familiares e reduziu-as a mera relação monetária (MARX, ENGELS, 2012, pp.27-28)

Pela perspectiva de totalidade, como nos propõe Kosik (1976), buscando o ultrapassar da pseudoconcreticidade, temos que a ideia de liberdade surge como aprisionamento ideológico, bem como do empréstimo, por parte dos burgueses – e da ciência burguesa – às demais classes, de sua forma de analisar o mundo, pautada estritamente na aparência das coisas, na imediatividade das relações, bem como no empirismo.

Isso se dá fortemente com a atribuição de valores pretensamente universais, porém de essência burguesa, por exemplo, com o desenvolvimento das ciências de controle e da ordem social, as quais geraram a ideia da ‘(re) inserção social’ de indivíduos, então considerados ‘desajustados’ frente ao meio, ou ainda, a ideia de que alguns indivíduos estariam ‘prejudicando’ o progresso da sociedade.

A partir disso é criada a Sociologia, como ciência positivista que analisa a sociedade numa perspectiva a serviço da burguesia. O aspecto ideológico de que falamos surge nesse contexto a partir dessa proposta de método da racionalidade burguesa, pretensamente capaz de agregar os anseios das classes. No entanto, segundo Mészáros (2012), as formas de se analisar o real consistem em uma relação dialética entre os métodos e os posicionamentos, ou ainda, pode-se dizer que há uma intencionalidade em cada método. Neste caso o interesse é a manutenção dessa ordem sócio metabólica, que se propaga, por exemplo, com a exacerbação do individualismo, crenças como a de que todos somos livres para exercer nossas capacidades e assim prosperar, entre outros.

Quanto à seriedade do aspecto ideológico como elemento fundamental no postulado da inferioridade do 'feminino', podemos também tecer análises ricas a partir do papel da religião e de sua disseminação. Oportunamente, Heller (1971) considera a importância do cristianismo como determinante na moralidade e o modo como a ética burguesa se apropria da monogamia proposta pelo cristianismo.

Dentro disso, recorrendo a trechos da Bíblia em Gênesis (1990), deparamo-nos, primeiramente, com afirmações questionáveis, por exemplo, sobre a alegoria do pecado em que se envolvem Adão e Eva. Nesta passagem, Eva não poderia ter sido criada de uma parte da cabeça de Adão, para evitar que, desse modo ela o dominasse, nem mesmo de seus pés para evitar que fosse sua escrava, mas sim de sua costela, para que ficasse ao seu lado. No entanto, uma observação mais atenta não desconsidera o modo como Adão se encontra mais privilegiado perante Deus que a mulher, pois Adão foi criado à imagem e semelhança de Deus, enquanto a mulher foi criada, assim como os outros animais da Terra, para o homem – e foi por ele nomeada, assim como foram os outros animais na terra.

Mais adiante, vemos que a mulher aparece como um ser suscetível à traição, pois a mesma 'deu ouvidos' à conversa da serpente. Isto era algo que não poderia ser feito por Adão, sendo a mulher, portanto, subversiva e aliciadora de Adão, o que pode ser expresso na própria explicação que o mesmo dá a Deus, colocando-se como ludibriado por Eva e pela serpente. A mulher, imperfeita e pioneira na arte de pecar, se torna a responsável direta por todo esse 'mal-estar' gerado frente ao 'criador', bem como pela condenação de Adão, que 'deu ouvidos' ao que sua mulher queria lhe contar.

Ainda de acordo com os excertos, o interlocutor de Deus na terra é o homem, o único a ser chamado para dar explicações sobre o ocorrido. Contudo, é no versículo 16 do Capítulo 3, em Gênesis, que a proposta de dominação do homem pela mulher, que simboliza a desigualdade entre os sexos, dada pela religião é assim apresentada: “Javé Deus disse então para a mulher: “Vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez: entre dores, você dará à luz seus filhos; a paixão vai arrastar você para o marido e ele a dominará”.” (I Gênesis 3:16).

A fim de ilustrar esses pressupostos, ainda em Gênesis, vemos no discurso da multiplicação dos homens na terra, que os homens, que eram filhos de Deus, passaram a escolher como esposas as mulheres, que eram consideradas filhas dos homens, portanto, não de Deus.

Mais adiante, em outro contexto, Ló, irmão de Abraão, ao receber em sua casa os anjos enviados por Deus para castigar o povo pecador de Sodoma e Gomorra, oferece suas duas filhas, ainda virgens, para que alguns homens das cidades pudessem fazer o que quisessem com elas, em troca de não tocar nos enviados de Deus. Isso se deve à lei da proteção daquele que era recebido em sua morada. Após a recusa da oferta de Ló, os homens insistiram em encontrar os enviados de Deus, mas os enviados o ajudaram a fugir de sua residência, justificando que Deus tinha compaixão por ele, já que ele havia se mantido fiel àquela convenção. Porém, nessa fuga junto a sua família, foi-lhes avisado, categoricamente, que eles não poderiam olhar para trás. Dado início à destruição de Sodoma, recai sobre a mulher de Ló, dita por eles certamente muito curiosa e desobediente a Deus, a infelicidade de olhar para trás e ser petrificada.

Nessa fuga, Ló foge para as montanhas e suas filhas, ‘astutas’ e, pensando previamente na dificuldade de encontrar homens para terem relações sociais sexuais com elas, têm a ideia de ‘embriagar’ seu pai, a fim de que pudessem ter relações sociais sexuais com ele e dar-lhe descendentes, ressaltando que, ao ter relações sociais sexuais com as duas filhas em dias distintos, Ló, por estar embriagado, não teria ‘percebido’ o que houve quando elas se deitaram com ele, nem quando se levantaram.

Com isso, longe de propor uma espécie de ‘crítica pela crítica’ aos pressupostos ideológicos do cristianismo, atentamos para o fato de que o homem é o interlocutor mais fiel de Deus na Terra, bem como a mulher é seu objeto constante, estando de nenhuma maneira em pé de igualdade com ele, o qual

carrega todas as potencialidades positivas do pleno desenvolvimento do ser humano.

Apesar de a vida do homem voltada para os homens, de acordo com a concepção de Deus apresentada em Gênesis, ser destituída de fraternidade e apenas poder levar a humanidade à barbárie, vemos como a reafirmação dessa pretensa barbárie se dá, contraditoriamente, na reprodução das crenças religiosas, sob a naturalização da opressão na relação entre os sexos. Como aponta Heller, 'na humanização do contato entre os sexos, e, inseparavelmente, na simples supressão do instinto sexual, o cristianismo desempenhou um papel de destaque, já que, por mais de mil anos, foi a ideologia dominante e dirigiu a moralidade' (HELLER, 1971, p. 221).

Nas aparências, dentro do conjunto de normas morais da monogamia, o sexo é dotado, para ambos, homem e mulher, de princípios ideológicos de notada igualdade perante a questão da procriação e 'continuação da espécie', mas de grande represália em torno da ideia do pecado do gozo e da traição. Obviamente que, na prática, o machismo cumpriu seu papel em invalidar essa moralidade para os homens e algumas mulheres em condição de prostituição.

Contudo, e para além disso, é possível analisar, como o faz Heller (1971), que há um paradoxo conceitual na ética burguesa, sendo que a mesma resgatou na ética cristã o trato com relação à mulher, ao passo que a desigualdade entre os sexos passava a ser também adotada como regra de conduta, o que não era afirmado categoricamente pela Igreja. Nas palavras de Heller (1971, p. 222): 'a monogamia tornou-se abertamente associada ao bordel'.

Trazendo essa questão para a discussão da igualdade de direitos entre homens e mulheres, pontuamos que o aspecto ideológico atua massivamente sobre as mulheres pela via cultural ou ainda dos costumes, favorecendo à mulher um conformismo e uma estagnação que faz com que a mesma reproduza a ideia de sua inferioridade, consentindo de tal forma, que elas se vêem mais incapazes que os homens, sendo ainda esta ideologia propagada pela própria mulher-mãe para seu filho e/ou filha, não necessitando, por muitas vezes, da intervenção masculina, criando assim o patriarca e a mulher defensora do patriarcado. Vitória refere-se nas gravações a uma fala de sua mãe, quando esta defende o ex-companheiro de Vitória, chamando-a de descabeçada, pois ela não quer mais viver em união estável

com ele, sendo que ele insiste em tal questão; ela, se vendo fora dos padrões morais, acaba sucumbindo e ratificando a fala:

Fui na casa do Marcelo e disse que, se ele não arrumar serviço, eu vou no fórum cobrar pensão ou então vou deixar o menino lá pra ele cuidar. Eu não fiz sozinha. [...] Ontem fui na casa da minha mãe, deitei no sofá e fiquei horas reclamando do pai do Lucas. [...] Minha mãe defende ele, diz que eu é que sou descabeçada. É verdade. (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p.256).

Sobre isso Saffioti nos traz que

As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença. Com relação a crianças e a adolescentes, também as mulheres podem desempenhar, por delegação, a função patriarcal. Efetivamente, isto ocorre com frequência. [...] mães, professoras, babás, para mencionar apenas alguns destes agentes, exercem a função do patriarca (SAFFIOTI, 2001, p.116).

O processo de construção e legitimação do ‘feminino’ que hoje conhecemos, como vimos, foi marcado por processos de complexificação do social, à medida que o trabalho torna-se cada vez mais produtivo, portanto, a transformação direta da natureza pelos trabalhadores vai sendo menos requerida e o trabalho como categoria central na vida dos sujeitos vai se tornando cada vez mais voltado para os serviços. O trabalho vai também transformando os indivíduos. Nesse sentido, a feminização do mundo do trabalho também apresentará marcas para o universo ‘feminino’, por isso, passo agora a tratar deste marco da Revolução Industrial – com relação a sua possibilidade de participação no macro-social –, buscando agregar elementos que incidiram no ‘feminino’, ou seja, nas meninas, moças e mulheres da sociedade capitalista.

2.1.2 Mundo do trabalho: a mulher trabalhadora e suas implicações ao ‘feminino’

Por um longo percurso a casa foi o único lugar possível concretamente para a mulher, as sociedades de classes patriarcais, através do machismo, trataram de propagar esta ideia, presente no senso comum até os dias atuais.

Entretanto, a partir do processo de reestruturação produtiva impulsionado pela crise capitalista de superprodução dos anos 70 foi preciso um reordenamento

no mundo do trabalho, chamado de ‘acumulação flexível’¹³, momento em que o desenvolvimento tecnológico de maquinário permitiu que se produzisse mais, em menor tempo, com menor esforço físico, ampliando o acesso ao trabalho, por exemplo, de crianças e mulheres, o que gerou o aumento do exército de reserva e aumento da exploração do trabalho. Nessa época marcada pela crise do taylorismo/fordismo e advento do toyotismo (o modelo de produção ‘em células’, diversificação produtiva que implica no barateamento dos custos da produção), temos a entrada massiva da mulher na esfera macro-social na maioria dos países.

As diretivas neoliberais, expressas nas intervenções do Estado mínimo para a classe trabalhadora, nesse sentido, articulavam a diversificação do consumo, por exemplo, recorrendo à queda da qualidade de produtos, tornando os bens menos duráveis, flexibilizando, assim, o acesso ao consumo por parte da classe trabalhadora.

Como vimos acima, ainda nas sociedades pré-capitalistas ocorre a divisão social sexual do trabalho relegando a mulher à esfera doméstica, seja ela escrava ou ‘livre’ – o termo está entre aspas por já termos abordado que dentro deste universo classista, patriarcal, machista, portanto, opressor, a liberdade da mulher é sempre cerceada. A família para a mulher deixa de ser um âmbito de reconhecimento e passa a ser sua mortalha, sendo ela escrava do lar, surgindo assim, o primeiro antagonismo de classe na história (ENGELS, 2010).

Neste momento, por conseguinte, penso ser importante pontuar os aspectos mais marcantes da entrada da mulher para o mundo do trabalho em seu processo histórico, para evidenciar quais foram os pontos positivos e negativos de tal fenômeno, visando abordar a atual condição da mulher no mercado de trabalho.

A Revolução Industrial é historicamente conhecida como um marco que impulsionou o desenvolvimento do capitalismo, com relação ao seu modo de produção, visto que anteriormente sua acumulação se dava a partir da mais-valia absoluta – baseada no aumento da jornada de trabalho, diminuição do tempo de trabalho necessário e aumento do trabalho excedente –, passando agora para a mais-valia relativa – uso do maquinário para produzir mais em menos tempo, redução da jornada total de trabalho, redução do trabalho necessário e aumento do

¹³ Modo de produção no capitalismo desenvolvido que surge atrelado ao toyotismo, se destacando pela flexibilização: dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e do acesso ao consumo. Sobre isso, consultar: HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

trabalho excedente sob o escopo de que agora qualquer um pode fazer este trabalho e, também pelo barateamento dos produtos tornando a classe proletária consumidora, ademais, temos a possibilidade do aumento de postos de trabalho devido à redução das jornadas e à redução salarial.

Com isso, todos os membros da família do trabalhador podem entrar para o mercado de trabalho e devem fazê-lo, já que os salários são reduzidos e o movimento sindical masculino, ainda nascente, é fortemente desarticulado pela possibilidade do fácil descarte do trabalho masculino, devido ao emprego do trabalho feminino e de crianças.

Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores, transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família (MARX, 2013, p 468).

A entrada da mulher no mercado de trabalho é marcada, portanto, pelo acirramento da competitividade, fazendo com que a manifestação do machismo se apresente violentamente, já que os homens que conseguem manter suas mulheres no âmbito doméstico começam a ser tidos em alta conta e as mulheres trabalhadoras demoram a conseguir articular suas lutas.

Ainda que a incorporação do trabalho feminino ao mercado de trabalho tenha se dado de forma totalmente precária, servindo massivamente para o acirramento da questão social, desarticulação da classe trabalhadora e desenvolvimento do capitalismo, concordamos com Engels (2010) que tal saída do universo do lar possibilitou um processo de suspensão da cotidianidade, ao passo que a mulher entra para um espaço majoritariamente masculino. Essa nova condição abre a vida política para a mulher.

Na classe dominante, diferentemente da classe trabalhadora, o caráter opressivo do homem ocorre via detenção dos recursos familiares, já que as mulheres continuam 'cuidando do lar', em geral contando com o trabalho de mulheres assalariadas – classe trabalhadora – para realizar os serviços domésticos e, mesmo quando estas mulheres da classe dominante trabalham, estas o fazem sem a necessidade de sobrevivência por seus ganhos – salvo algumas que podem contar com uma herança, cargos importantes e empresárias –, em suma, elas vão

se inserir em trabalhos menos desgastantes e que exigem maior nível de escolaridade.

Não obstante, para as mulheres da classe trabalhadora, temos o fenômeno da dupla jornada de trabalho, ou ainda, o trabalho realizado assalariadamente no mercado de trabalho e o trabalho doméstico realizado em turno contrário a jornada formal de trabalho e não assalariado. Tal condição configura estas como exploradas dos explorados, como já disse anteriormente. Para ilustrar tal questão trago aqui o relato de Vitória contando sobre sua condição de trabalhadora e responsável pela família:

Graças a Deus, agora eu arrumei um serviço de babá. [...] Vou ganhar o salário-mínimo, R\$240, e trabalhar um dia sim, outro não. As crianças já são grandinhas, uma tem 8 anos e outro 10. Fico com elas para a mãe poder trabalhar. Minha obrigação é ficar olhando as crianças, mas acabo limpando a casa também. [...] Só trabalhei de babá umas duas semanas. Não deu para continuar no serviço, porque tenho que ajudar na casa da Sabrina, onde moro de favor. Não dá para ficar de visita na casa dos outros, então resolvi procurar outro trabalho. Minha sogra, a mãe do Renato, está me ajudando. Estou vendo um esquema de vender eletrodoméstico de porta em porta [...] até agora não vendi nenhuma (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, pp. 267 – 269).

Outro fenômeno que decorre dessa nova condição feminina é o aumento de famílias dependentes somente dos rendimentos da mulher, quando ocorre a separação da relação monogâmica ou estas são mães solteiras. Sobre isso Vitória conta que: *'[...] Ando muito triste também porque tenho tido muita dor de cabeça com o Marcelo. Eu não quero chegar a ir para a justiça para poder fazer ele pagar as coisas para a filha, mas vou ser obrigada. Sofro pra caramba.'* (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 168).

Dentro disso, temos ainda a expressão da necessidade de socialização dos serviços domésticos como a educação dos filhos, a partir disso aparecerá outra demanda de custos para essas famílias, como a creche – sabendo que a oferta de creches públicas, em geral, é irrisória frente ao número de famílias que precisam de tal serviço, assim, tal custo fica a cargo destas famílias.

Cabe lembrar que quando o trabalho produtivo é realizado no espaço doméstico, o capital, ao explorar a mulher enquanto força de trabalho, apropria-se com maior intensidade dos seus “atributos” desenvolvidos nas suas atividades reprodutivas, vinculados às tarefas oriundas de seu trabalho reprodutivo. Desta forma, além do capital intensificar a desigualdade de gênero na relação de trabalho, ele acentua a dimensão dúplice da sua

exploração, ou seja, explora o trabalho feminino tanto no espaço produtivo, quanto depende deste no espaço reprodutivo (NOGUEIRA, 2003, online).

Nestes termos, fica explícita a importância tanto do trabalho doméstico relegado à mulher quanto do trabalho feminino no mercado de trabalho, ambos explorados.

Com o desenvolvimento e a expansão do capitalismo, em 1973 temos o acirramento da crise do modo de produção taylorismo/fordista, dando espaço para elementos do toyotismo, desenrolando o fenômeno da acumulação flexível (NOGUEIRA, 2004).

Essa crise do modo de produção é remetida à crise estrutural do capital, causada pelo decréscimo da taxa de lucro. Tal questão gera uma exigência de reorganização do sistema ideológico e político de dominação do capital (NOGUEIRA, 2004).

No contexto dessa crise capitalista, criada pelo próprio sistema em prol de estimular o crescimento da taxa de lucro, o neoliberalismo se apresenta como uma alternativa, sendo fortemente implantado paulatinamente em diversos países a começar pela era Thatcher na Inglaterra e de Reagan nos Estados Unidos da América do norte. Tal alinhamento se traduz em ações de privatização estatal, desregulamentação de direitos trabalhistas e o desmonte do aparato produtivo estatal (NOGUEIRA, 2003, online).

O neoliberalismo, por conseguinte, passa a atingir diversos países, deixando para trás as negociações até então feitas que culminaram no Estado de bem-estar social (Welfare State) e nos direitos sociais, visto que a redução do Estado ou Estado mínimo é uma das principais características neoliberais.

Ao que nos compete, com relação aos direitos sociais ocorre o desmonte dos direitos trabalhistas que passam a sofrer de uma intensiva 'flexibilização', traduzida como o crescimento da informalidade, a precarização das condições de trabalho, o aumento de jornadas de trabalho, os empregos em tempo parcial, a exemplo disso, temos indivíduos levando trabalho para casa e a necessidade de o profissional estar conectado com o mundo vinte e quatro horas por dia, ou seja, a cobrança de disponibilidade total do sujeito para atender imediatamente às necessidades de explorá-lo que possam surgir.

A associação dos elementos reestruturação produtiva, neoliberalismo e flexibilização do mundo do trabalho, abriram caminho para o fenômeno da terceirização do trabalho, mais conhecido como setor de prestação de serviços. Essas empresas vendem força de trabalho às empresas maiores, como um 'serviço' – oferecem um lucro maior quando os custos dos encargos trabalhistas dos funcionários ficam para essas primeiras, e os salários e as condições de contratação são mais precários –, causam uma desarticulação entre os trabalhadores, pois os indivíduos perdem seu vínculo institucional – podendo estar a cada dia em um local de trabalho diferente.

Para as mulheres, este setor representa um crescimento no número de postos de trabalho, pois os cargos são majoritariamente direcionados às mulheres, claramente por expressões machistas e classistas, atividades estas ligadas, por exemplo, aos serviços de limpeza, telefonia e venda de produtos a domicílio. Analogamente a essa ideia Nogueira diz que:

[...] o trabalho terceirizado, freqüentemente possibilita a realização de tarefas no domicílio, concretizando o trabalho produtivo no espaço doméstico. Beneficiando, desta forma, os empresários que não têm a necessidade de pagar os benefícios sociais e os direitos vinculados ao trabalho de homens ou de mulheres. Direitos esses que mesmo os trabalhadores formais (com carteira assinada) estão ameaçados, como bem demonstra a discussão política a respeito da flexibilização da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) nos últimos anos no Brasil (NOGUEIRA, 2003, online).

O trabalho masculino, em um movimento contrário, vem se apresentando desde os anos 90 com dados cada vez mais regressivos e estagnados, dados estes provenientes da Ásia, Europa e América Latina (HIRATA *apud* NOGUEIRA, 2003, online).

O mundo do trabalho, portanto, se apresenta com mudanças marcantes tanto no plano nacional como internacional, sendo expressivo o acirramento da questão social, justificado via diretrizes neoliberais.

A mundialização, nessa cena, é colocada como norte, sendo altamente incentivadas via políticas de governo como a liberação de trocas comerciais, a desburocratização, a abertura dos mercados e novas lógicas de desenvolvimento das empresas multinacionais e a externalização dos produtos. Nesse sentido, concordo com Hirata quando a mesma afirma a existência do uso da mulher trabalhadora como instrumento pelo capital, a fim de desregular ainda mais as

leis trabalhistas, o que incide com toda força sobre a classe trabalhadora como um todo (HIRATA *apud* NOGUEIRA, 2003, online). Embora, para a mulher a sobrecarga seja sempre maior.

O capitalismo, portanto, permite a entrada da mulher no mercado de trabalho, mas não o faz de forma igualitária à condição dos homens, pois obviamente socializar a riqueza socialmente produzida e/ou emancipar a mulher não é o seu foco, pelo contrário, o interesse é justamente estimular a competição entre homens e mulheres, fazendo com que aquela esteja agora tão atingida pela alienação do trabalho quanto o homem, com relação aos meios de produção, ao resultado de seu trabalho e a mais-valia que gera o excedente sobre o seu trabalho.

Ambos estão imersos, por conseguinte, no engodo da luta por igualdade entre homens e mulheres apenas nas leis. Muitos justificam essa desigualdade no senso comum ou até mesmo por acadêmicos¹⁴, dizendo que homens são naturalmente mais racionais, que trabalham melhor, fatos estes que evidenciam o quanto grande é o aspecto ideológico construído a partir desse processo de inferiorização e de flexibilização do trabalho. Sobre essa questão Marx contribui brilhantemente quando diz que:

Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que um estamento [Stand] se afirme como um estamento de toda a sociedade, é necessário que, inversamente, todos os defeitos da sociedade sejam concentrados numa outra classe, que um determinado estamento seja o do escândalo universal, a incorporação das barreiras universais; é necessário que uma esfera social particular se afirme como o crime notório de toda a sociedade, de modo que a libertação dessa esfera apareça como uma autolibertação universal. (MARX, 2010a, p. 154).

Tal análise nos permite ainda afirmar que a libertação da mulher, que está literalmente atrelada com a libertação da classe trabalhadora, não poderá se dar senão numa sociedade sem classes, ou seja, na sociedade socialista, comunista.

¹⁴ Obviamente que a inferiorização do feminino, como vimos, surge a partir da acumulação de excedente, da formação das sociedades de classes e do desenvolvimento do patriarcado, marcando o trabalho feminino como não gerador de riquezas, o que será ratificado neste contexto de flexibilização do trabalho, por exemplo, pela tese neoliberal da 'busca das vantagens individuais', que supostamente permitiriam, portanto, que mulheres fizessem melhor o trabalho doméstico que os homens, e que sua 'produtividade' seria alta em determinadas áreas. Permitiria ainda aos neoliberais dizer que a discriminação nos setores de produção e a segregação no mercado de trabalho, ocorreriam por não ser permitido ao mercado a auto-regulação. Sustentando essa tese, diz Hayek (1983, p.93) que "Nada, contudo, é mais prejudicial à reivindicação de um tratamento igualitário que partir de um pressuposto tão obviamente falso como o da igualdade de fato de todos os homens". Ver HAYEK, F. V. **Igualdade, Valor e Mérito**. In: Os fundamentos da liberdade. São Paulo: Visão, 1983.

A transição da ideia da mulher ligada intimamente e até obrigatoriamente ao âmbito doméstico, para a mulher trabalhadora, pode ser traduzida pela ontologia do ser social como um salto ontológico, mas as expressões deste acontecimento, como vimos acima, dentro do sistema capitalista, não se voltam em momento algum para a libertação da mulher. Exemplo disso é o fato de que sua entrada no mundo do trabalho não significou seu rompimento com o trabalho doméstico, mas sim configurou uma dupla jornada de trabalho.

A mulher, entretanto, passa a participar da vida política, luta por melhores condições de trabalho e educação, fatos estes que vão contribuir para seus processos de suspensão da cotidianidade, mas que não geram sua emancipação, já que o caminho para tal questão é longo e a lógica do sistema capitalista, visando à manutenção da ordem, vai se ocupar em turvar as lentes da classe trabalhadora como um todo, dificultando cada vez mais os processos de suspensão.

A título de ilustração do que pontuo como possibilidade concreta para o comunismo, vale aqui evidenciar, ainda que brevemente, a experiência do socialismo soviético, na qual, após a revolução, o partido bolchevique articulou alterações legislativas justificando o uso da legislação por ser aquele um período de transição, a fim de consolidar os preceitos revolucionários: amor livre, independência econômica da mulher, socialização do serviço doméstico e da educação das crianças, fim da família monogâmica e fim do Estado (GOLDMAN, 2014).

Nesse bojo, houve um claro processo de socialização do trabalho doméstico por meio de restaurantes comunitários e lavanderias, da educação socializada em torno das creches e escolas, ao passo em que se facilitou o divórcio e liberou-se o aborto (GOLDMAN, 2014). Com o direito de família mais igualitário, esperava-se que, com o tempo, se tornasse supérfluo falar em família monogâmica, já que não haveria a necessidade do casamento frente ao rompimento da relação conjugal em torno da propriedade privada.

Porém, o que aquela experiência em uma sociedade majoritariamente agrícola, machista, tentara garantir foram algumas mudanças, mas que, de fato, não acompanharam os usos machistas dessas ideias. Goldman (2014), pautada por Trotsky, aponta que era necessário um amadurecimento cultural que possibilitasse esse rompimento com o machismo – como abordaremos com maior profundidade mais adiante. Mas, o que é importante aqui evidenciar é que, com a retomada conservadora da família monogâmica por Stalin, as mulheres mostram um processo

evidente de suspensão da cotidianidade, quando passam a se questionar sobre os porquês das tarefas domésticas retornarem ao 'âmbito do lar' e porque deveriam elas realizar essas tarefas.

Afinal, delas havia sido retirada a responsabilidade pelo âmbito doméstico, sendo assim elas não queriam voltar a sua condição anterior, nem agregar duplas jornadas de trabalho, ou seja, essa recusa pode ser vista como um salto ontológico, que aqui cito visando contribuir com a luta das mulheres contra a precarização ocorrida a partir do processo de feminização no mercado de trabalho capitalista.

A experiência da mulher trabalhadora atual demonstra que quanto mais atenta e ligada ao mercado de trabalho, tanto mais podem ocorrer as retomadas pela família monogâmica burguesa e suas implicações. Isso ocorre pela necessária desarticulação da mulher das lutas trabalhadoras e de fragilizar seus processos de suspensão da cotidianidade, bem como pela prioridade do uso da família monogâmica burguesa como uma esfera economicamente rentável de reprodução dos indivíduos, desresponsabilizando assim o Estado e o setor privado de grandes encargos do trabalho doméstico e, permitindo a super-exploração da mais-valia relativa sobre a condição da mulher trabalhadora.

Contraditoriamente, com a atenção voltada agora também para o mercado de trabalho, muitas são as lutas feministas, pois a mulher trabalhadora desperta para inúmeras questões, uma delas é lutar pelas garantias em lei da igualdade entre homens e mulheres, portanto, lutar pela igualdade de acesso, salários e condições de trabalho entre mulheres e homens – obviamente que a barreira para tal questão está na garantia apenas formal desta igualdade (discutiremos isso no segundo capítulo deste trabalho).

Falo dessas questões, portanto, para podermos compreender de quais mulheres estamos falando e quais construções sociais foram criadas para o 'feminino', feitas para serem 'seguidas' pelas mesmas de modo alienado, já que as mães, que serão chamadas pela política de assistência social para o acompanhamento da família, bem como suas filhas, sob suspeita ou confirmação de exploração sexual, estão imersas nessa realidade.

Considero que essas reflexões são indispensáveis para compreender como se dão os processos de opressão de meninas, moças e mulheres, ou seja, sujeitos do sexo feminino na sociedade capitalista, como são úteis à manutenção

dessa lógica, para que mais adiante possamos refletir sobre como tais aspectos incidiram violentamente sobre crianças e adolescentes do sexo feminino, bem como sobre as crianças e adolescentes em exploração sexual. Não quero, com isso, desconsiderar as questões que repercutirão no sexo masculino, pelo contrário, reafirmo aqui que o machismo é constitutivo das sociedades de classes, na medida em que, historicamente articula a inferioridade do ‘feminino’.

Dentro desse interesse, continuando na perspectiva de trabalhar os aspectos que constituem o ‘feminino’, relegado a essas meninas, moças e mulheres, começo agora a fazer uma argumentação mais aprofundada sobre a exploração sexual, acerca da centralidade da alienação nas relações sociais sexuais – o que, portanto, engloba tanto relações heterossexuais como homossexuais.

2.2 As relações sociais sexuais nas sociedades de classes são centralmente alienadas: um ‘limite’ interessante à racionalidade burguesa.

*Ele é razoável. Todos o compreendem. Ele é simples.
 Você, por certo, não é nenhum explorador. Você pode entendê-lo.
 Ele é bom para você. Informe-se sobre ele.
 Os idiotas dizem-no idiota e os porcos dizem-no porco.
 Ele é contra a sujeira e contra a estupidez.
 Os exploradores dizem-no um crime,
 mas nós sabemos
 que ele é o fim dos crimes;
 ele não é a loucura e sim
 o fim da loucura.
 Não é o caos e sim
 uma nova ordem.
 Ele é a simplicidade.
 O difícil de fazer.¹⁵*

Brecht tinha clara noção sobre o modo como se dá a disputa entre os projetos societários. Trotsky em *A moral deles e a nossa*, evidencia como a moral dominante disfarça os seus interesses e se vale da desqualificação da moral revolucionária para se colocar como inquestionável.

A moral desses senhores consiste em regras gerais e procedimentos oratórios destinados a mascarar seus interesses, seus apetites, seus temores. Em sua maioria, estão prontos a cometer todas as baixezas – a abjuração, a perfídia, a traição – por ambição e lucro. Na sagrada esfera dos interesses pessoais, para eles, o fim justifica qualquer meio. É por isso mesmo que necessitam de um código moral particular, prático e ao mesmo tempo elástico, como um bom par de suspensórios. Eles detestam quem

¹⁵ BRECHT, B. Elogio ao comunismo. Disponível em: <<http://mepr.org.br/cultura-popular/poesias/96-coletanea-de-poemas-de-bertolt-brecht.html>>. Acesso em 21 Jan. 2015.

quer que seja que revele perante as massas seus segredos profissionais. Em tempos de “paz”, seu ódio exprime-se por meio de calúnias, vulgares ou “filosóficas”. Quando os conflitos sociais assumem forma mais aguda, como aconteceu na Espanha, esses moralistas se põem de acordo com a GPU para exterminar os revolucionários. Depois, para justificar-se, repetem que “trotskismo e stalinismo são a mesma coisa” (TROTSKY, 2006, p.70).

Pode-se inferir das mediações feitas por esses dois autores que curiosamente a moral dominante sempre possui respostas prontas, com o intuito de apresentar coesão, já a moral revolucionária se apresenta contra o monopólio da verdade e explicita seu horizonte.

Dessa feita surgem o que chamamos de visões moralistas, sendo uma das mais conhecidas e elemento fundamental para esse estudo a defesa de que a relação social sexual presente nas relações de prostituição seriam alienadas e que no casamento elas podem ser alienadas, como se houvessem pesos e medidas definidos para tal questão.

Nesse sentido, vemos que, nas relações sociais sexuais como um todo a financeirização está presente e nada mais é que a expressão do tamanho individualismo em que vivemos, ou da incapacidade de socialização de uns com os outros, que é, por sua vez, expressão dos modos de produção das sociedades de classes e a forma de reprodução da vida nessa conjuntura.

Oportunamente, Heller elucida tal questão dizendo que:

Numa sociedade de classes, só excepcionalmente o amor atravessa os limites e classes sociais. [...] As relações amorosas são inseparáveis das relações financeiras, tanto na prostituição quanto no casamento, onde a mulher é geralmente mantida. [...] É claro que a superficialidade ou profundidade do amor é somente uma manifestação da profundidade ou superficialidade da essência humana. [...] Quanto mais substancial for o indivíduo (emocional, ética e culturalmente), tanto mais substancial será o amor de que é capaz. Quanto mais vazia, quanto mais alienada for uma pessoa, tanto menos significativo, tanto mais superficial e acidental será o amor (HELLER, 1971, p. 223-224).

Por este fragmento, alguns podem entender que há uma hierarquia de valores entre aquele que é mais ou menos alienado, mais ou menos superficial, mas na realidade, falar da unidade entre subjetividade e objetividade não é algo fácil. Devido a isso, entendo que haja um invólucro, que dificulta aos indivíduos como um todo fazerem suspensões da cotidianidade em suas atividades humanas, portanto, objetivadoras e perceber que estamos, todos, em um contexto alienante, de atitudes alienadas, e sabê-lo não retira o caráter alienante no qual estamos imersos.

Apenas a partir desse entendimento, pelo qual a práxis, nos termos de Vásquez (1977), não necessariamente aporta um caráter positivo com relação à atividade do homem, nem dicotômico entre teoria e prática, ou teoria e práxis, nem mesmo unicamente atrelado ao trabalho, mas sim o tendo como categoria ontológica prioritária das formas de objetivação humana (ou seja, significa dizer que o trabalho é eixo fundante para o ser social, ontologicamente falando) é que poderemos discutir a essência daquilo que seria uma atividade orientada à transformação da realidade, realizando concretamente uma práxis revolucionária.

Discutirei com maior profundidade essas questões mais adiante, mas é preciso deixar claro desde já, que, pensar a nível humano-genérico é algo desestimulado nos marcos da racionalidade burguesa, já que ela visa romper com a ideia de coletividade, procurando sempre abordar as questões na esfera individual, pois bem sabem a força expressa na coletividade.

No que diz respeito à inferiorização do feminino, entendo agora ser imperante passar a apontar como a questão não é sexo contra sexo, pois na sociedade burguesa a liberdade individual se utiliza da inferiorização da classe trabalhadora como um todo, para dizer que tudo é 'possível', dependendo da vontade de cada um, lembrando que nas sociedades de classes escravistas e feudais a ascensão social não era algo a se considerar.

O conceito de alienação¹⁶, aqui utilizado, quando afirmo que as relações sociais sexuais nas sociedades de classes – compreendendo então a sociedade capitalista – são centralmente alienadas, é referente ao conceito marxista de trabalho alienado, pelo qual não se tem mais a noção de produto e sim de mercadoria, onde a força de trabalho torna-se mercadoria, e o trabalhador expropriado dos meios de produção não se reconhece na mercadoria que ele mesmo produz.

¹⁶ Por um dicionário comum da língua portuguesa a palavra alienação significa: 1 Ação ou efeito de alienar; alheação. 2 Cessão de bens. 3 Desarranjo das faculdades mentais. 4 Arrebatamento, enlevo, transporte. 5 Indiferentismo moral, político, social ou mesmo apenas intelectual. *Antôn* (acepção 5): *engajamento, participação. A. mental*: loucura. Já a palavra alienar significa: 1 Tornar alheios determinados bens ou direitos, a título legítimo; transferir a outrem: *Alienar bens. Alienou de si todos os seus bens. Assiste-lhe o direito de alienar. Antôn: conservar, manter. vtd e vpr* 2 Alucinar(-se), perturbar(-se): *Alienar o juízo. Bebia até alienar-se. vtd* 3 Indispor, malquistar: *Sendo aluno indisciplinado, alienou o ânimo da professora. vtd* 4 Afastar, desviar: *Alienou tudo que pudesse influir no julgamento. Alienou de si a confiança do eleitorado. vpr* 5 Endoidecer, enlouquecer: *O prisioneiro alienou-se. vpr* 6 Desvirtuar-se: *O objetivo, que era nobre, alienou-se.* Dicionário Michaelis Online. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 06 Fev. 2015.

Segundo Mézaros (1981, p.76) 'A atividade produtiva é, portanto, a fonte da consciência, e a 'consciência alienada' é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho'. Marx, quando falando da alienação do trabalho que repercute na vida cotidiana, portanto também na criação e necessidade da religião, diz que a partir dessa condição chegamos

[...] à dominação universal e fazer do homem alienado e da natureza alienada objetos *alienáveis*, vendáveis, sujeitos à servidão da necessidade egoísta e do negócio.

O ato de vender constitui a práxis da alienação. Enquanto o homem estiver religiosamente tolhido, só conseguirá reificar sua essência, transformando-a em uma essência fantástica e *estranha a ele*; do mesmo modo, sob a dominação da necessidade egoísta, ele só conseguirá exercer uma atividade prática, produzir objetos na prática, colocando seus produtos, assim como sua atividade, sob a dominação de uma essência estranha a eles e emprestando-lhes a importância de um ser estranho a eles – o dinheiro (MARX, 2010b, p.59-60).

O trabalho como componente da essência humana, atividade humana e objetivação humana, apesar de não resumir as formas de objetivação dos indivíduos, possui uma prioridade ontológica na constituição do ser enquanto ser social, portanto, frente às formas de práxis (ANTUNES, 2009). Contudo, o trabalho constitutivamente explorado, ou seja, o trabalho alienado faz com que a alienação se expresse em todas as esferas da vida cotidiana. Analogamente a essas assertivas Heller lembra que:

A influência da propriedade privada nas relações familiares e sexuais desenvolveu características permanentes – visíveis em todas as estruturas de costumes existentes – que a despeito de sua persistência, não representam valores humanos universais, pois estão inseridos no processo de alienação. **A alienação é a discrepância entre a essência e a existência humanas, o desenvolvimento do poder material da humanidade às custas do esvaziamento da essência humana dos indivíduos e da totalidade das classes e estratos sociais** (HELLER, 1971, p. 217, **grifos meus**).

Nesse sentido, por conseguinte, é que utilizo tal conceituação que permite a afirmação de que as relações sociais sexuais no capitalismo e nas sociedades de classes anteriores são centralmente alienadas.

Para explicar o porquê do uso da palavra **centralidade** recorro a Montañó e Duriguetto, pois quando falam da centralidade da contradição de classes não

pretendem com tal categoria compreender todas as mediações postas na realidade, já que:

Trata-se de compreender com ela os *fundamentos* da sociedade capitalista, do MPC, aquilo que peculiariza esse modo de produção e o diferencia de outros.

Na verdade, a exploração de uma classe por outra é *fundamento* da sociedade capitalista. Não é mais “importante”, mas é fundamento. O fundamento que explica a sociedade e que lhe confere caráter central na (s) luta (s) pela emancipação social.

Por isso usamos a palavra “centralidade” da questão de classe, e não a palavra “importância”, “relevância” ou “primazia” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 126-127).

A questão que trago, portanto, volta-se para evidenciar como a propriedade privada expressa-se com centralidade nas relações, ou seja, incide nas relações e, como tal incidência poderia ser superada por uma sociedade que preze pela emancipação humana. No entanto,

Não haverá emancipação da “trabalhadora-mulher” numa sociedade machista e patriarcal, assim como não haverá emancipação da “mulher-trabalhadora” numa sociedade capitalista. Não haverá emancipação do “trabalhador-negro” numa sociedade racista e xenofóbica, assim como não haverá emancipação do “negro-trabalhador” na sociedade capitalista.

A luta anticapitalista não deve caminhar separada da luta contra o machismo e a desigualdade sexual, contra o racismo e a desigualdade racial e étnica, contra as diversas formas de segregação, desigualdade preconceito.

Ela deve reunir todos estes campos de batalha, orientados no curto prazo contra a forma específica de desigualdade (para a emancipação política específica), e no longo prazo contra a ordem burguesa, a sociedade de classes (para a emancipação humana) (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 132).

A partir do esclarecimento destes termos, vale lembrar ainda que as relações da classe dominante, nessa cena, não deixaram de sofrer com a inferiorização e exploração da qual falo, mas elas surgem como expressão tanto da histórica inferiorização do feminino, já aprofundada acima, quanto da questão da financeirização nas relações sociais sexuais, ou seja, aquele que na relação não é o detentor primeiro da maioria da propriedade privada do casal, poderá ser inferiorizado e o contrário também pode ocorrer, mas no imaginário popular isso se configuraria como ‘a grande sorte’ ou ‘o golpe do baú’. Fato é que essas questões têm se expressado durante toda a história das sociedades de classes, como vimos acima.

Ocorre que, toda sociedade tem uma moral, mas na sociedade capitalista há mais de uma moral, no caso a que corresponde à classe dominante que acaba por ser hegemônica, ficando os posicionamentos contrários pormenorizados, embora estes estejam vivos no embate ideológico. Sobre a moral e o moralismo Barroco nos diz que

[...] os valores morais surgem das necessidades históricas dos homens. Uma vez instituídos, passam a se estruturar como sistema normativo: conjunto de normas morais que visa à regulação do comportamento dos indivíduos, tendo por finalidade atender às necessidades de sobrevivência, de justiça, de defesa etc. da comunidade. As normas e valores também servem de *orientação de valor*, de parâmetros para os **juízos de moral**, que visam nortear a consciência moral dos indivíduos, compondo um *código moral* não escrito, cuja reprodução é realizada na vida cotidiana, pela repetição formadora do hábito e dos costumes (BARROCO, 2010, p.60).

A conceituação em que existe apenas uma moral se refere a comunidades primitivas, pois com a complexidade das sociedades capitalistas não teremos apenas uma moral, o que gera conflitos e uma necessidade constante de legitimação das mesmas.

O que vemos, portanto, são relações sociais sexuais cada vez mais atreladas a interesses financeiros, o que se deve à própria lógica da sociedade burguesa. Entretanto, é importante ressaltar que, no modo de produção capitalista, estamos todos imersos nesse contexto alienante da cotidianidade, no qual as relações são marcadas por características da competitividade, por exemplo, o fetiche de ter poder sobre o outro.

Em outras palavras, a condição de exploração imposta pelo modo de produção capitalista à classe trabalhadora se revela constitutiva, com centralidade nas relações entre os indivíduos, de tal modo que somos induzidos a crer que somos manifestantes totalmente autônomos de nossas vontades – ou seja, falo de uma autonomia relativa –, o que identifico aqui como forma explícita de resistência dos indivíduos.

Devido a isso, é importante o discernimento entre ideais, pois são formas de pensar determinadas, e as razões de tais formas. Por exemplo, a ideia de liberdade ligada à realização da vontade individual é uma criação da sociedade burguesa. Como afirmou Heller

A liberdade só veio a conseguir um lugar importante e cada vez mais significativo no núcleo da ética na época em que assumiu essa mesma importância na própria realidade; quando as comunidades naturais, de tipo antigo, se dissolveram, a sociedade capitalista empreendeu o caminho do seu desenvolvimento e, com isso, esgotou-se a inserção incondicional e natural do homem numa situação dada; por conseguinte, pelo menos de modo abstrato, e de acordo com a mera possibilidade, o homem pôde já escolher seu lugar no mundo e, com ele seus costumes e suas normas, o que tornou desnecessária uma ética desvinculada ao código dos costumes (HELLER, 1985, p.7).

Portanto, o surgimento da ideia de liberdade, por mais que revele um salto ontológico sobre a possibilidade de escolha dos indivíduos, tem como fundamento a liberdade individual, ou seja, se, por um lado, foi a partir da ideia de livre-arbítrio que emanara o sentido da liberdade, essa ideia pretende romper com a ideia de coletividade e sobrepor a essa o âmbito privado, individual.

A liberdade individual, que defende que cada um tem a sua liberdade – expressa em discursos propagados no senso comum, provenientes, por exemplo, da teoria liberal de John Locke, que defende que, a liberdade de alguém termina onde começa a do outro (BARROCO, 2010) –, transforma as capacidades humanas, as quais são construídas histórico-dialeticamente, não mais em aspectos atuantes em prol das necessidades que surgem a partir da vida dos indivíduos, mas sim das necessidades do desenvolvimento econômico, ou seja, tudo gira em torno do mercado, prova disso são as manchetes dos cadernos de economia dos jornais brasileiros, que chegam a personificar o mercado, dizendo ‘ele está mal’, ou ‘ele foi aquecido’ com a alta dos juros, entre outros.

Segundo essa ideia o ‘eu’ e o ‘outro’ vivem apenas em conflito, ou ainda, vivem em ‘choque de vontades’. Tal entendimento de liberdade se apresenta no plano da cotidianidade como naturalizada, sendo fruto de uma ideia individualista. A própria distinção que cinde o ‘eu’ e o ‘outro’ tem um fundamento não dialético, para o qual um indivíduo pode constituir-se como tal sem a existência do outro. Essa forma de pensamento ilustra a essência da racionalidade burguesa, na sua pretensão de justificar o que seria do âmbito privado e do comum entre todos, ou ainda, sua nítida relação com o positivismo, quando prevê uma cisão entre teoria e prática. Uma ‘teoria’, formulada na esfera da consciência, nesse sentido, supostamente se comprovaria pela sua atividade ‘posta em prática’ pelo indivíduo.

Porém, na pretensão de articular uma cisão entre o que seria do âmbito subjetivo e aquilo que diria respeito ao objetivo, perde-se o movimento dialético que constitui a ação consciente dos indivíduos. Ou seja, incorre-se no erro de não dar atenção ao caráter indissolúvel da unidade objetiva e subjetiva dessa questão (VASQUEZ, 1977).

Infero junto a Lukács (2012) que as capacidades humanas de dar significados e de ressignificar as coisas, seja uma construção social importantíssima que envolve a unidade entre objetividade (produção social, base material, prioridade ontológica do trabalho) e subjetividade (formas de consciência e organização), pois estes não se apresentam descolados no plano ontológico.

Esses elementos estão claramente ligados aos componentes da essência humana. Segundo Heller,

[...] as componentes da essência humana são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. A essência humana, portanto, não é o que “esteve sempre presente” na humanidade (para não falar mesmo de cada indivíduo), mas a realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano (HELLER, 1985, p.4).

No modo de produção capitalista, entretanto, tais componentes da essência humana serão apresentadas hegemonicamente pelas lentes da racionalidade burguesa. A título de exemplo, se é concebida a falsa possibilidade de separação entre ‘corpo’ e ‘mente’, essa ‘crença’ se legitima no senso comum não por uma postulação, mas é constitutiva das formas pelas quais o aspecto destrutivo do capital se legitima na vida, provocando nossa necessária conformação de que, na realização do trabalho, tal unidade seja falsamente apresentada como fragmentada, ou seja, para resistir ao caráter desumanizador do trabalho alienado, o que resta é tentar afastar todo o pensamento, a ‘mente’.

A impossibilidade de obtermos êxito nessa demanda tem se expressado através de uma das ‘doenças do milênio’, da qual mais se têm falado que é a depressão, em que se evidencia muitas vezes uma condição atrelada ao necessário entorpecimento para a atuação na cotidianidade.

Por isso, as interpretações liberais dos componentes da essência humana não surgem a esmo, pois elas refletem um modo de pensar. De acordo com Marx (2010a) esse é norteado pela razão burguesa, ou seja, não expressam todos os

indivíduos, ou ainda, não vão representar os interesses da classe trabalhadora, o que não impede que haja a defesa desses posicionamentos por sujeitos pertencentes à classe trabalhadora. Ainda de acordo com Marx e Engels (2009, p. 67) 'As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes'.

A racionalidade burguesa e mais adiante o advento do neoliberalismo legitimam a moral dominante via ideologia. Nesse sentido, a fim de contextualizar e conceituar a questão da liberdade, busco trabalhar a partir desse momento alguns elementos centrais dessa forma de leitura da sociedade.

Iniciando a discussão pela propriedade privada, que consiste na garantia de posse de terras, meios de produção, mercadoria – produto final do trabalho –, apropriação da força de trabalho – como mercadoria principal desse modo de produção –, entre outros, como a maior parcela dos recursos produzidos em sociedade e até mesmo de indivíduos – como a mulher oprimida pelo homem, em relações heterossexuais, ou a mulher oprimida pela mulher, ou ainda o homem oprimido pelo homem, pois a estereotipação dos sexos se expressa em todas as relações sociais sexuais, independente da orientação sexual, como já foi dito acima.

Heller (1971) sobre isso se debruça na análise do casamento monogâmico alienado, que é um dos fatores geradores desta necessidade do homem ter a 'outra', na obrigatoriedade moralista de manter uma união que nunca teve ou que em algum dado momento deixou de ter razão de existir e persiste por mera convenção.

Heller (1971) nos apresenta ainda o outro viés que envolve o sentimento de posse nas relações familiares e nas relações sociais sexuais entre homens e mulheres, ou entre mulheres e mulheres, ou ainda entre homens e homens, deixando claro que, pela dominação do homem oprimindo a mulher na monogamia, existe no imaginário das pessoas a fórmula genérica de que uma delas pode adotar uma postura entendida como do universo masculino ou no caso dos homens, quando um deles pode também adotar uma postura entendida como feminina. De fato pode existir a inferiorização nas relações homossexuais, como nas heterossexuais, tanto que, surge dessa estereotipação a noção de que haveria um indivíduo 'passivo' e o outro 'ativo'.

Com vistas à maior concentração de riquezas, por conseguinte, a racionalidade burguesa é um modo de pensar que constitui o *ethos* da moral dominante, ou seja, quando busco esse conceito, não estou analisando questões

'lógicas' ou 'ilógicas', 'racionais' ou 'irracionais', mas sim, tratando desse ideário que possui valores e interesses da classe dominante, que consegue legitimá-los na classe trabalhadora por sua tendência universalizante¹⁷, presente em todos os seus discursos, que, no entanto, não passa de mera falácia.

Com vistas a analisar as 'disfunções sociais' e 'corrigi-las por meio de reformas' surge a tradição positivista, esta que vai embasar a racionalidade burguesa. Esse pensamento ascende sob a égide das revoluções burguesas ocorridas na Europa com maior presença no século XIX. Essa junção vai se dar pela perda do caráter revolucionário burguês contra o absolutismo-feudal por parte da burguesia, que ao assumirem o posto de dirigentes da sociedade, ou classe dominante, deixam seu legado revolucionário para a classe trabalhadora, assumindo o conservadorismo necessário para controlar a classe trabalhadora e se manter no poder.

A marca legitimadora de que tanto falo aqui, nada mais é que uma tênue alteração na condição dos sujeitos que vivem do trabalho, nos marcos da transformação para o modo de produção capitalista, pois no feudalismo e/ou no absolutismo/feudal haviam servos da gleba que deixam de ser assim considerados para se tornarem trabalhadores livres, mais fidedignamente chamados de capital variável no ciclo de produção – cabendo aqui a crítica de que estes passam a ser livres para vender sua força de trabalho, esta que se torna mercadoria principal, sendo demandada em larga escala para produção no sistema fabril (COUTINHO, 2010).

Não se pretende dizer, com isso, que essas mudanças foram, ao todo, deletérias, pois reconheço o altíssimo nível de aparato tecnológico que foi construído a partir das necessidades da produção, mas cabe aqui apontar o fato de que a força de trabalho continua a ser explorada, só que, sob novas vestes, agora na sociedade

¹⁷ Como tendência universalizante desse postulado, tomamos a tese central de Hayek (2010) em O caminho para a servidão, quando o mesmo afirma que a ascensão social deve depender exclusivamente das capacidades e habilidades individuais. Contrariamente ao sentido de capacidades que explicamos acima, aqui este conceito toma o sentido de que a concorrência no livre mercado seja a forma ideal de realizar a liberdade, a qual dependeria apenas da vontade de cada um. Dentro disso, o mesmo defende que a desigualdade é fruto da desigualdade entre as vontades dos homens, em que a intervenção Estatal oprime o desenvolvimento pleno e individual ao gerar o ócio para alguns indivíduos, ou seja, como um indivíduo não compete em mesmo nível em que o outro por estar ocioso, o não ocioso estaria prejudicado, pois é desestimulado à competição. Isso pode ser ilustrado pela polêmica do Bolsa Família, na qual alguns sujeitos que recebem o recurso se sentem inferiorizados e, sujeitos da classe trabalhadora, vão defender o discurso de que eles trabalham e acham absurdo o 'estímulo ao ócio'. É o cúmulo do posicionamento da classe burguesa ecoando na outra.

de classes capitalista. Essa nova ordem produtiva turva as lentes na cotidianidade do trabalhador, dizendo-lhe que agora ele é livre, que somos todos iguais, o que servirá à reprodução ideológica da qual falo.

No plano da cotidianidade, a classe trabalhadora tem plena noção da exploração a que é submetida, ou seja, da discrepância entre o salário que recebem e o dispêndio de força de trabalho ao qual se submetem. No entanto, a essência dessa noção de liberdade está nas relações burguesas, tomando forma na burocratização estatal, nos marcos do esgotamento da emancipação política¹⁸ feita pela burguesia, na qual ela passa a ditar de modo universalizante os parâmetros democráticos e as formas legais de resistência e de manifestações, por exemplo, quando ditado pela racionalidade burguesa que atuar politicamente significa atuar apenas em partidos políticos, desconsiderando as demais esferas e até mesmo criminalizando-as, gerando perseguições aos movimentos sociais, movimentos sindicais e partidos políticos de esquerda que atuam alijados desta lógica.

Nessa cena, o senso comum adota o entendimento de que a ordem capitalista é a única e é a melhor possível, já que seríamos ambiciosos, competitivos, com a necessidade de desenvolvermos capacidades individuais, como propõe Hayek (2010).

A ética burguesa é composta, por conseguinte, por valores próprios de sua condição de segurança econômica, que ideologicamente são transferidos a classe trabalhadora sob o escopo de pensar no interesse universal. Desta feita, a reificação dos valores é constitutiva da sociabilidade burguesa, até mesmo visando à total recusa dos objetivos do projeto societário comunista, nos marcos das propostas de transição, com vistas à superação do esgotamento da emancipação política.

Nesse momento, vale lembrar as polêmicas relativas às tentativas de proteção via legislação, nas quais formalmente mulheres e homens são iguais, mas

¹⁸ Nos termos de Marx (2010c), em *Sobre a Questão Judaica*, emancipação política é a emancipação cidadã, ou seja, ela se dá nos marcos da sociedade burguesa pelas garantias formais àqueles considerados cidadãos. Nesse sentido é que se configura a crítica a emancipação política em que as garantias são formais e para que de fato elas se materializem os sujeitos devem lutar única e exclusivamente pelas vias das regulamentações burguesas, nas quais posicionamentos de resistência, como o projeto societário comunista, que luta pela emancipação humana, que é amplamente desacreditado e até mesmo criminalizado. Ou ainda, a emancipação política é contraditória, por isso, fala-se no esgotamento da mesma, pois ela não tem a pretensão de responder às demandas de todos os cidadãos, gerando a desigualdade no acesso aos direitos sociais, humanos – e a própria criação dos direitos humanos, que é contraditória, mas este tema será melhor aprofundado mais adiante. Ainda segundo Marx: ‘A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral’ (2010c, p. 54).

as desigualdades de condições de vida, de salários e de setores empregatícios, comprovam que o próprio conteúdo das proposições brota com ideais que têm por limite o teto das relações burguesas, ou seja, as condições de classe trabalhadora não são contempladas. No plano das relações sociais sexuais alienadas, em que as famílias se apresentam como núcleo econômico, essa condição desigual para as mulheres vai causar a dependência econômica. Ou ainda, com relação à vida sexual, quando a mulher não se sente à vontade para negociar o uso do preservativo.

O Estado burguês – questão que será aprofundada mais adiante –, portanto, se abstém de intervir em determinados aspectos sociais chamados de apolíticos, anulando ‘à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral [...] ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional [...]’ (MARX, 2010b, p. 40), sustentando ideias como a de que a justiça é cega, como se isso fosse algo natural, provocando o questionamento: Justiça de quem e para quem?

Vale evidenciar, que um tratamento superficial da questão remeteria esse debate a certa inocuidade, ‘pintando’ a classe dominante como aqueles que são maus, inescrupulosos, quando na realidade, busco trazer aspectos relevantes que comprovem essa argumentação, justamente dizendo que existe uma lógica imperante, na qual a classe dominante luta para manter seus privilégios e os sujeitos da classe trabalhadora, lutam por compor a classe dominante, ou seja, a igualdade social é matematicamente impossível pelo modo de produção capitalista, pois de fato tal lógica nada tem de despreziosa.

A luta, portanto, é não só contra os privilégios de classe, mas pelo fim da própria existência das classes e do modo de produção capitalista, pois se baseia na exploração da classe trabalhadora. Nesse sentido, oportunamente Barroco contribui nos lembrando que

Na sociedade de classes, já não é possível uma unidade em torno de valores e necessidades comuns a todos os membros da sociedade, embora as classes dominantes busquem a integração da sua orientação moral e a abstração das diferenças reais que – brotando dos interesses socioeconômicos – perpassam pelos valores e modos de ser. Nesse contexto, tendo em vista a existência de valores heterogêneos, a possibilidade de transgressão, por parte dos indivíduos, das normas morais e dos costumes dominantes e a presença de códigos morais alternativos, a moral se revela como *exigência de subordinação dos indivíduos singulares*

– de suas necessidades, desejos, paixões, necessidades singulares – às *exigências de integração social à moral dominante* (BARROCO, 2010, p. 61).

Essa forma de integração se expressa à medida que, para a manutenção do capital, são necessárias articulações para recuperação em momentos de crise.

Tais fundamentos liberais foram incorporados às ideias que justificaram a queda do Estado de Bem-Estar Social na Europa nos anos 70 e as diretrizes daí decorrentes, que impulsionaram o capitalismo e mais tarde adentraram, nos anos 90 no Brasil, na vida social e econômica, no movimento da ascensão neoliberal.

Entre os teóricos fundamentais do neoliberalismo está Frederich August Von Hayek, que defende a necessidade do Estado proporcionar apenas condições mínimas de participação dos indivíduos dentro do mercado, esse último considerado o único meio para os indivíduos realizarem suas capacidades. O autor aborda ainda as ideias de segurança e liberdade existentes na sociedade capitalista, buscando precaver o leitor sobre a ‘castração das vontades’ e da liberdade individual a que a vida voltada ao âmbito social e à segurança econômica fatalmente ocasionariam. A livre concorrência, em sua concepção, instiga o indivíduo à busca do que realmente lhe satisfaz e afasta a ociosidade (2010).

De acordo com esse entendimento, a existência do outro é vista como uma barreira ao exercício da liberdade. Os argumentos de Hayek (2010) têm total confluência com a ideia da propriedade privada estendida à liberdade, sendo assim um forte apelo à liberdade como uma propriedade privada. Dentro dessa relação de posse, chamo a atenção mais uma vez a um dos temas centrais desse trabalho, que é a relação de posse nas relações sociais sexuais alienadas, nesse sentido, o feminicídio é uma expressão que evidencia o caráter agravante dessa questão, o que pode ser visto pelas estimativas de que 40% das mortes de mulheres no mundo são cometidas por um parceiro íntimo, só no Brasil são 5.000 por ano¹⁹.

Ignorando a lógica desumanizadora do capital, entretanto, a moral dominante justifica a impossibilidade do indivíduo na realização de suas necessidades na sociedade capitalista através do discurso de sua ‘incapacidade’.

¹⁹Esse dado revela a perversidade de uma sociabilidade baseada na posse expressa nas relações sociais e, para além disso, dado nosso tema, nas relações sociais sexuais alienadas. Foi retirado da pesquisa **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**, porém faltam dados referentes ao número total de homicídios contra mulheres no mundo. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em 10 Jan 2015.

Desse modo, aqueles que não participam dessa liberdade individual, em geral são os mesmos que não participam da maior parcela da riqueza socialmente produzida.

Essa sociedade que se mantém pela exploração, conduz ao estado de competitividade que gera o sentimento de que todos são rivais entre si, culminando no fato de que ninguém consegue acessar a tal 'liberdade individual', pois mesmo o indivíduo que possui segurança econômica, ainda sim não é livre, já que a ilusão dessa liberdade individual pressupõe a exploração do outro.

Concebo, por outro lado, que a liberdade apenas pode se realizar tendo em vista os pressupostos relacionados ao fim da alienação, ou seja, quando a liberdade passa a ser pensada para a sociedade em sua totalidade e nos indivíduos como ativos partícipes da riqueza socialmente produzida de forma igualitária em todos os sentidos. No entanto, tais pressupostos estão intrinsecamente relacionados com o fim da propriedade privada, entre outros princípios já levantados que visam à superação desta ordem dentro da sociedade comunista, ou seja, a conquista da emancipação humana²⁰.

Partindo de Lukács (2012), temos que a liberdade resulta da atividade humana mediada pelo trabalho, sendo esta a categoria ontológica fundante da sociabilidade, ou seja, é elemento central da capacidade socialmente desenvolvida de dar valor às coisas, definindo a importância das mesmas na vida social. Como vimos, no capitalismo, invés de valorarmos baseados nas necessidades que surgem na sociedade, passamos a valorar pelos aspectos constituintes do mercado.

Contudo, para atuar com vistas a um projeto societário diferente daquele proposto pelo ideário burguês, faz-se necessário ultrapassar as visões inebriantes desta moral, num percurso que permita a transcendência da cotidianidade para alcançar o humano-genérico (HELLER, 1985), fomentando discussões para que a racionalidade burguesa, ou seja, a forma de leitura da sociedade propagada pela classe dominante seja realmente compreendida, no sentido de que a sociedade está assim, mas nem sempre foi assim e não precisa continuar sendo assim. Portanto a luta é por algo que se apresenta com tamanha simplicidade, que acaba sendo desacreditado de modo sorrateiro que se transpassa por desprezioso.

²⁰A emancipação humana, nos termos de Marx (2010c, p.54), '[...] só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas "*forces propres*" [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*'.

A partir dos elementos levantados até o momento, faz-se necessário recuperar, ainda que brevemente, aspectos particulares da história brasileira, a fim de articular como as relações sociais sexuais centralmente alienadas vão se perpetuando, para, aí sim, podermos avançar rumo à discussão polêmica da prostituição.

2.2.1 As particularidades do Brasil: relações sociais sexuais centralmente alienadas e mais alguns elementos

Num contínuo decrescente de rendimentos, os homens brancos vêm em primeiro lugar, seguidos das mulheres brancas, dos homens negros e, finalmente, das mulheres negras.²¹

No Brasil, onde constituir o capitalismo pressupunha a sociabilidade perversa com o negro em prol da exploração no trabalho ‘livre’, o aspecto da discriminação com a cor da pele apontada por Bruschini vai marcar fatalmente as relações sociais, como expressão da forma de manutenção e reprodução dessa sociabilidade até o tempo presente.

O machismo é constitutivo das sociedades de classes, por conseguinte, das relações sociais como um todo – compreendendo as relações sociais sexuais tanto na família, quanto fora dela, sendo um aspecto fundamental na reprodução das desigualdades. Contudo, sua articulação na sociedade brasileira se dá, claramente, em torno do modo como o racismo, que constitui e dá forma ao nosso legado escravista²², fez com que a expropriação da população negra se expressasse na formação da classe social trabalhadora – especialmente no que diz respeito à mulher, a adolescente e a menina negra – como meio de legitimação da exploração no trabalho, portanto, também na lógica capitalista a discriminação aparece como constitutiva.

Isso fica evidente na questão do fetiche e do afeto arraigado sobre o ‘tipo’ de mulher a se buscar, em que os homens brancos procuram preferencialmente as brancas para casar, as ‘mulatas’ para o sexo e as negras para sexo ou para o trabalho doméstico – por isso, comumente as mulheres não brancas acabam sendo

²¹ BRUSCHINI, C. LOMBARDI, M.R. **Instruídas e trabalhadeiras**: trabalho feminino no final do século XX. In: Cadernos pagu (17/18), 2001/02. pp.157-196. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a07>>. Acesso em 19 Mai. 2014.

²² MARTINS, T.C.S. **O negro no contexto das novas estratégias do capital**: desemprego, precarização e informalidade. Serviço Social e Sociedade, no.111, São Paulo July/Sept., 2012.

foco, ao menos no Brasil, de investidas masculinas desrespeitosas, ou até mesmo abusivas, sendo que o mesmo fator vai incidir sobre a prostituição e na exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo determinante no momento de valorar o preço da atividade sexual. Sustento essa ideia tendo em vista os ranços históricos da escravidão (PRIORE, 1993).

Para aprofundar estas questões, levanto aqui alguns elementos determinantes para essa pesquisa presentes na história do Brasil colônia. Parto da historiadora Mary L. M. Del Priore (1993), que possui várias obras comprometidas em retratar como se constituiu no Brasil 'o papel' da 'santa-mãezinha' e da 'outra' – como ela denomina. Este ranço de pressuposta dicotomia se expressa na fala de Natasha quando ela diz: '[...] *estou na luta pela minha filha, para ser realmente uma mãe* (NATASHA *apud* TRINDADE, 2010, p. 39).

Del Priore pontua que essa distinção vem desde o Brasil colônia, em que havia a necessidade de criar diretrizes para uma nova ética sexual em que

A interdependência estreita entre as estruturas sociais e aquelas sexuais e emocionais mostrava que os comportamentos femininos não podiam estar dissociados de uma estrutura global, montada sobre uma rede de tabus, interditos e autoconstrangimentos sem comparação com o que se vivera na Idade Média. **Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização** (PRIORE, 1993, p.27, grifos meus).

O corpo feminino era um universo a ser desmistificado, a maternidade que no passado era tida como fator de reconhecimento para a mulher, nas sociedades de classes é utilizada como sua mortalha. Analogamente a esta ideia, Priore contribui retratando o modo como a mulher era vista no Brasil colônia, pois

[...] Seu sexo assemelhava-se a uma voragem, um rodaminho a sugar desejos e fraquezas masculinas. Unindo, portanto, o horrendo e o fascinante, a atitude ameaçadora da mulher obrigava o homem a adestrá-la. Seria impossível conviver impunemente com tanto perigo, com tal demônio em forma de gente (PRIORE, 1993, p.35).

O discurso médico alicerçava o discurso religioso, de que a mulher tinha a função natural de procriar, argumento este utilizado até os dias atuais contra, por exemplo, a legalização do aborto. Por outro lado, Priore (1993) entende que a maternidade nesse aspecto teve caráter de refúgio da mulher em detrimento da exploração sexual, doméstica, também de todo abandono e solidão vividos no Brasil colônia.

Heleieth Saffioti (1976) nos fala também acerca das vidas das mulheres do Brasil colônia, quando as brancas de famílias ricas eram doutrinadas para a virgindade até o casamento e eram constantemente vigiadas; já as mulheres negras eram escravas, sendo assim, estupradas e exploradas sexualmente, desmedidamente, incluindo a comercialização de seu sexo para possíveis interessados; as mulheres brancas pobres ficavam a sorte do pai e de um marido ou se tornavam prostitutas.

Analogamente a esses apontamentos, é importante evidenciar como as meninas, as adolescentes e as mulheres escravas – literalmente possuídas pelos Senhores –, mais adiante serão a classe trabalhadora, compondo o ciclo de exploração da força de trabalho, exploração sexual e inferiorização do feminino na sociedade classista, patriarcal, machista brasileira até os dias atuais²³.

A outra alternativa, estaria mais próxima da realidade das mulheres da classe dominante, ou seja, um ‘casamento arranjado’. É claro que as diferenças presentes na cotidianidade, entre a vida sem privações de recursos financeiros e a vida da mulher da classe trabalhadora são bastante diferentes, já que a mulher da classe trabalhadora, ou trabalhará fazendo os serviços domésticos de sua casa, ou fará isso e mais os serviços domésticos da casa de uma família da classe dominante.

Destarte, fica confirmada nossa explanação até o momento sobre a alienação presente em todas as relações sociais sexuais em sua centralidade, ou seja, o feminino utilizado como moeda de troca, e/ou de inferiorização nas relações.

Para explicar, ademais, a crença cultural da mulher ‘feita para casar’, Priore (1993) diz que foi necessária a construção da ‘outra’, uma mulher que fosse o oposto²⁴. A ‘outra’ era então marcada pela luxúria, reconhecida como ‘mulher da

²³ Interessante ver a matéria ‘Racismo tem CEP e gênero’, realizada através de entrevistas com moradoras do bairro da Maré (RJ) e assistentes sociais do Centro de Referência de Mulheres da Maré (CRMM) sobre o machismo e o racismo sofrido pelas mulheres das favelas, onde 70% das mulheres atendidas são negras. Obviamente que o racismo não se limita à população que vive em situação de pobreza, mas vale ressaltar como a discriminação com o negro no trabalho no Brasil reproduz as condições de vida da população negra, especialmente no que se refere à mulher negra. Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/?cat=43>>. Acesso em 10 Jan 2015.

²⁴ As contribuições de Gilberto Freire em **Casa Grande e Senzala (1933)** foram notórias para a distorção da realidade à qual estavam submetidas as escravas no período colonial, com sérias implicações posteriormente. Apesar de seus apontamentos sobre o corrente adoecimento das mulheres negras por contaminação de sífilis, decorrente da relação sexual com senhores contaminados, refutando a ideia racista de ‘degeneração presente no sangue do negro’, a exploração sexual a qual eram submetidas era vista pelo autor como decorrente das ‘belezas’ de seu corpo, com as quais os senhores não ‘resistiam’, pois muitos tinham prazer apenas com as negras. Isso sustenta,

vida', 'mulher do mundo', para ela havia o pecado não apenas de ter relações sociais sexuais (que, de acordo com a doutrina da Igreja é um pecado absolvido quando voltado à procriação, desde que não haja o prazer, pois aí sim podia ser algo pecaminoso por parte de uma mulher), mas por realizar o ato sexual por prazer (dela mesma, ou apenas do homem, justificando assim a existência da 'meretriz'). Isso ocorreu pelo interesse da Igreja e do Estado em colocar, nas palavras de Priore (1993, p.83), 'o corpo feminino a serviço da sociedade patriarcal e do projeto colonizador'.

A tentativa por parte dos poderes institucionais de tolerar o sexo transgressor materializou-se na elaboração de um conceito moral sobre a mulher que transgredia – a puta, a manceba, a solteira – e na fabricação de uma mulher que tinha permissão institucional para transgredir: a prostituta. Mas houve um momento histórico em que putas, mancebas e prostitutas se confundiam no convívio das famílias que elas simultaneamente sustentavam, dando ao núcleo familiar e às relações entre mães e filhas um tom peculiar. [...] as mães e filhas venais foram sumamente úteis para a construção e valorização do seu oposto: a mãe sem mácula, identificada com a Virgem Maria, vampirizadora de qualquer tolerância em relação à sexualidade feminina (PRIORE, 1993, p. 83).

Esse universo, como a autora acima nos mostra, expõe que a prostituição foi de grande contribuição para o doutrinamento do 'feminino' na sociedade brasileira.

Aproveitando o ensejo, vale ressaltar a presença de mães e filhas neste universo desde o Brasil colônia, como meio de valorizar a descendência, pois na época, apesar do posicionamento da Igreja, o 'meretrício' não era motivo de constrangimentos e seu desenvolvimento, como afirma Priore (1993, p. 86) foi justificado por uma supostaperda do controle da igreja e escassez de mulheres brancas 'para casar' – ranço da cultura escravista presente até a contemporaneidade, discussões presentes em estudos sobre a mulher negra no Brasil que mostram a opressão racista ligada ao apelo sexual, em que estas eram exploradas como objeto em razão de sua imagem sexualmente inferiorizada (SAFFIOTI, 1976). Sobre isso, Saffioti complementa que

até os dias atuais, a ideia de que as escravas eram 'mulatas fáceis', tratando o tema como uma espécie de 'jogo da sedução' – a esfera das relações sociais sexuais pretensamente neutras –, ocultando a relação de propriedade e racismo, ou seja, de **exploração classista e inferiorização**, que autoriza a exploração sexual da mulher negra até o tempo presente.

É óbvio que a prostituição da negra continuaria; não mais, porém, em virtude de sua condição de escrava e sim por motivos em grande parte econômicos, [...] e que constituem, até hoje, um dos elementos mais significativos do comércio do sexo (SAFFIOTI, 1976, p. 176).

Perpassar por estes apontamentos acerca da história do Brasil colônia é imprescindível para pensarmos na história do corpo da mulher, ou ainda, em como se deu violentamente a opressão de sua sexualidade e o seu aprisionamento ao âmbito do lar ou sua expropriação, em que a prostituição vai aparecer de braços dados com o casamento 'monogâmico'.

Nestes termos, temos que a 'santa' não vivia sem a 'outra', enquanto no modo de produção capitalista esse ranço permanece, mas se apresenta sob novas roupagens, pois atualmente temos posicionamentos de repúdio à prostituição por argumentos moralistas; temos também a defesa da incorporação da prostituição ao mercado de trabalho formal; ou ainda o enquadramento das prostitutas como vítimas – essa polêmica será aprofundada mais adiante. Porém, desde já esclareço que a exploração da classe trabalhadora vem nos evidenciando que a incorporação ao mercado nada tem de protetora, de legitimadora social ou de garantia real de direitos, nem de distribuição de renda, por outro lado, o posicionamento abolicionista da prostituição seria uma postura autoritária, já que existem movimentos ferrenhamente contrários a essa perspectiva, em defesa da prostituição como um trabalho sexual.

A partir do levantamento desses aspectos históricos, pelo necessário ir e vir proposto pelo método materialista dialético, arriscar-me-ei também, a desconstruir a questão da prostituição, politizando-a e trazendo-a para o método de análise marxista.

Afinal, como conceber essa polêmica, a prostituição deve ser incorporada ao mercado de trabalho ou não? A prostituição deve ser abolida ou não? Qual é o fortalecimento de luta necessário para essa questão? Mais adiante, chego a um ponto central para o presente estudo: há coerência em legislar visando à **proteção formal** de crianças e adolescentes até os 18 anos, entendendo que após essa idade elas podem escolher?

Essas questões permeiam os pensamentos cotidianos de profissionais, de prostitutas, de militantes, etc., mas quanto mais as lutas são apresentadas de

forma fragmentada, mais turvas ficam as lentes dos que buscam traçar um horizonte de luta com vistas à liberdade.

Nesse sentido, as lutas se apresentam também cada vez mais fragilizadas e desacreditadas, posto que elas estão descoladas do eixo estruturante dessa sociabilidade, ou seja, buscam acabar com as expressões da questão social nos marcos da sociedade capitalista e não com a própria questão social. Isso sem muitas vezes perceber o quão próximos estão os elementos constitutivos desse modo de produção, que são geradores e perpetuadores dessa lógica perversa. Reitero aqui, portanto, a prioridade pela articulação das lutas, já que a questão não é apenas acabar com a inferiorização do feminino, solucionar a questão da prostituição, da exploração sexual de crianças e adolescentes, ou do racismo, pois todos que aqui estamos necessitando viver da venda de nossa força de trabalho somos classe trabalhadora e sofremos com as expressões dessa desigualdade, dessa exploração histórica classista.

Capítulo 3. Prostituição, Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e a questão da emancipação política e emancipação humana

Neste capítulo, procuro tratar de elementos determinantes da condição de vida das filhas da classe trabalhadora em exploração sexual. Como proposta de trabalho, começo tratando do tema da prostituição, buscando evidenciar quais elementos aparecem tanto na prostituição como na exploração sexual de crianças e adolescentes. De fato, existem muitas falas que afirmam que esta exploração sexual é ‘prostituição infantil’, ‘trabalho infantil’, mas ela nada mais é que uma expressão da exploração do sexo de dependentes econômicos numa sociedade fetichizada, dentro da esfera maior que é a exploração da classe trabalhadora. Tanto que, ela é um fenômeno das sociedades de classes.

Por conseguinte, na sociedade de classes capitalista, o Direito surge como aparato estruturante fundado na racionalidade burguesa.

Dado que é do Direito que partem as normativas legais de como proteger ou punir os indivíduos em nossa sociedade, farei, uma breve análise sobre a infância e adolescência na vigência dos códigos de menores no Brasil e acerca da gênese do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sobre o que ele representa hoje. Vou trabalhar com o ECA, já que se propõe a legislar em favor da proteção de todas as crianças e adolescentes. Contudo, como todo direito burguês, se ‘exime’ de considerar as classes, sendo, destarte um aparato jurídico altamente punitivo para filhos e filhas da classe trabalhadora – lembrando que aqui priorizo fenômenos que se voltam para o feminino – deixando a desejar em seu texto quanto ao caráter protetivo para com os mesmos, no sentido de que a parte em que trata dos direitos e da prevenção dos crimes contra crianças e adolescentes é irrisória, tem perspectiva classista ao deixar de explicar: Como desiguais acessarão tal direito igual como iguais?

Volto as atenções, por isso, para a utilização do termo Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) no Brasil, por profissionais e alguns pesquisadores: desde quando, por que ele começa a ser utilizado e qual a perspectiva desse conceito. Em seu fundamento, busca romper com o moralismo presente que incide sobre a prostituição. Contudo, isso ocorre e é efetivo? Não. Principalmente porque no senso comum, não importa a idade, se criança, se adolescente, se mulher, ela será chamada de ‘vagabunda’, prostituta, se do sexo masculino heterossexual será chamado de ‘ganhão’, ‘galinha’, etc, lembrando que

nas relações homossexuais ocorre um conjunto de preconceitos homofóbicos – referentes à prostituição, à homossexualidade, à condição de classe social, etc.

Essa proposta, por conseguinte, se dá num viés distinto de outros trabalhos que tratam da exploração sexual de crianças e adolescentes, pois entendo que o tema está intimamente ligado às expressões da exploração da classe trabalhadora, nunca excluindo a possibilidade de que isso ocorra na classe dominante, pelo contrário, considerando que a alienação do trabalho se expressa nas relações, mas que devido à grande dependência econômica das filhas da classe trabalhadora e as insuficiências de acessos, estes sujeitos são os mais atingidos por esse fenômeno.

Lembrando que, nessas relações, ocorre uma situação não raramente ligada a uma situação de dependência econômica, derivada da alienação do trabalho presente nas relações sociais sexuais. Contudo, na classe trabalhadora, se expressa com maior peso e acomete indivíduos em maior proporção, já que a relação de dependência é muito maior, sua inferiorização é constante, ou seja, são expressões da exploração do indivíduo pelo indivíduo – classe dominante explorando a classe trabalhadora, como também e mais precisamente, a noção de propriedade privada se manifestando na vida cotidiana.

3.1 Relações sociais sexuais, prostituição e/ou trabalho sexual: polêmicas e retóricas

A polêmica que envolve a definição da palavra prostituição, bem como sua história é tamanha, tanto que no Dicionário crítico do feminismo, feito por estudiosas francesas, há dois verbetes divergentes, evidenciando as duas principais vertentes de entendimento da questão no contexto francês da época, sendo eles:

O primeiro, escrito por Claudine Legardinier, define a prostituição como "uma organização lucrativa, nacional e internacional de exploração sexual do outro" (1980) e critica a expressão "trabalhadoras do sexo" que legitimaria "a ideia de que a mercadoria sexo se tornou um dado indiscutível da economia moderna" (2000). Por outro lado, Gail Pheterson, autora do segundo verbete, define a prostituição como uma instituição de regulação das relações sociais de sexo, procurando mostrar que há um *continuum* de trocas econômico-sexuais entre homens e mulheres, no qual a prostituição seria somente uma de suas modalidades (ABREU, 2011, p. 407 – 408).

O primeiro ponto de vista critica o entendimento da prostituição na economia contemporânea como algo banal, na qual o sexo é apresentado como uma mercadoria como qualquer outra. Já o segundo verbete a concebe de modo

‘natural’, ou seja, adota um posicionamento pautado pela significação da prostituição em seu conjunto de relações postas no mundo imediato.

A noção de que a prostituição é um tema ‘naturalizado’, no entanto, é um entendimento fragmentado de um contexto alienante, pois, dado que o capital é uma relação social (MARX, 2013) implica dizer que as relações sociais como um todo no capitalismo tomam a forma de mercadoria. A exploração sexual é, portanto, partícipe da exploração da classe trabalhadora, é constitutiva das sociedades de classes, como relações econômico-sexuais e, na sociedade capitalista aparece em relações mercantilizadas, chamadas de prostituição ou não.

Sobre o segundo entendimento, evidencia o ponto central do debate realizado aqui, ou seja, existe uma troca econômico-sexual entre homens e mulheres nas sociedades de classes, fato esse que legitima minha afirmação de que as relações sociais sexuais nas sociedades de classes são centralmente alienadas, pois a dependência econômica, a inferiorização do feminino, para além disso, o machismo, são aspectos da luta de classes determinantes para essa discussão, sendo fatores que configuram a prostituição como um fenômeno que atinge as meninas, as adolescentes e as mulheres da classe trabalhadora vorazmente, seja na prostituição ou na família monogâmica.

No decorrer deste capítulo, trabalho aspectos analíticos a partir da história, apresentando determinantes universais, a fim de garantir a compreensão processual da prostituição e da inferiorização do feminino. Neste momento, portanto, passo a avançar em alguns aspectos buscando retratar a polêmica contemporânea sobre esse debate no Brasil.

Nesse sentido, inicio tratando da análise de Margareth Rago (2008), autora consagrada entre as prostitutas e movimentos sociais das trabalhadoras do sexo, por ser entendida como alguém que escreveu a história das prostitutas em seu livro: ‘Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930).

Rago (2008) traz várias visões sobre a prostituição, mas critica bastante aqueles que tratam a prostituta como vítima, ou ainda os que colocam que ela é culpada, o que hora a reduz a mero sujeito passivo nessas relações, hora a aponta como responsável pelo moralismo que recai sobre sua condição.

O trabalho de Rago (2008) contribui na compreensão do processo de organização e luta por direitos sociais de uma parcela de mulheres prostitutas de

nossa sociedade, que tem uma significância histórica na cena contemporânea, em que a prostituição aparece sob novas expressões, sendo condição partícipe da vida de muitas mulheres que não se encontram em condição de pobreza, bem como homens, travestis, entre outros, como transgêneros, recorrendo à prostituição como trabalho ou por necessidade.

No tocante a minha proposta, dado que é escassa a literatura sobre o tema e, mais escassa ainda a literatura de maior repercussão na sociedade, o diálogo com a autora se torna necessário, ao passo em que a mesma identifica uma espécie de incompatibilidade entre as análises marxistas que se debruçaram sobre o tema e a real condição das prostitutas, pois, num dado período da história foi essa a vertente ideológica que desarticulou teoricamente o entendimento da prostituição como trabalho²⁵.

Um equívoco de interpretação sobre a perspectiva marxista, realmente atribuiria o papel de agente revolucionário único e exclusivamente aos operários. No entanto, o que evidencio é a centralidade daqueles que produzem diretamente a acumulação capitalista, ou seja, a superação do modo de produção capitalista tem como condição a classe trabalhadora em sua totalidade direcionada ao projeto societário comunista, contudo é imprescindível a organização enquanto classe daqueles que têm sua força de trabalho diretamente explorada, entenda-se, representam o trabalho produtivo para o capital.

Obviamente que o objeto do livro mencionado não é uma análise sobre a prostituição em sua totalidade, a qual notadamente é marcada pela condição de classe trabalhadora mais pauperizada, um apêndice dessa condição entendendo-a em seus limites, como decorrência do desemprego, dos baixos salários femininos, da complementaridade da renda, implicando não mais em duplas, mas triplas jornadas semanais. Contudo, vale dizer que o fato de uma considerável parcela de mulheres prostitutas não se encontrar na condição de pobreza atualmente, ou de trabalhadora considerada com 'boa' remuneração, não retira o caráter de que a

²⁵ As marcas desse entendimento se apresentam no desenvolvimento dos capítulos, sendo que, ainda no prefácio à segunda edição de seu livro, Rago assim elucida essa questão: 'No início do século XX, ou nos anos 1970, as feministas atacavam radicalmente as prostitutas pobres e as "garotas de programa" mais ricas, por aceitarem a desprezível condição de meros objetos sexuais masculinos. Não raro, recusavam qualquer tipo de contato ou aliança com esses setores sexuais, considerados, **na perspectiva marxista**, como "lumpen-proletariado", o que vale dizer, absolutamente desnecessários à "revolução social", para não dizer presas fáceis do pior reacionarismo' (RAGO, 2008, p.11).

dependência econômica do feminino seja constitutiva de sua condição e se expresse nas relações.

Lembro-me neste momento da fala de Vitória, expressando sua indignação com sua condição ao dizer que:

Fui na casa do Marcelo e disse que, se ele não arrumar serviço, eu vou no fórum cobrar pensão ou então vou deixar o menino lá pra ele cuidar. Eu não fiz sozinha. Ele vai ter que me ajudar de um jeito ou de outro. Já acordo estressada. Tenho que lavar a roupa deles, fazer tudo sozinha. Ontem fui na casa da minha mãe, deitei no sofá e fiquei horas reclamando do pai do Lucas. Marcelo isso, Marcelo aquilo. Minha mãe defende ele, diz que eu é que sou descabeçada. É verdade. Mas não é justo ele me dar dinheiro só quando transa comigo. Ele é o pai do meu filho, não um cliente (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p.256).

Esse fato, porém, não pode ser excluído da perspectiva de luta por direitos sociais imediatos. A alienação presente nas relações sociais sexuais como um todo no capitalismo, tanto na família monogâmica como na prostituição, é dado que expressa a universalidade de aspectos da prostituição na vida de todas as mulheres da classe trabalhadora, mas também na classe dominante, apesar de que para as últimas seja ainda possível explorar as mulheres das classes subalternas.

Certamente que, nas relações sociais sexuais, existe uma busca por acessar alguma essência humana, afinal, estamos falando de uma relação que envolverá mais de um ser humano, mas torna-se agravante pensar no fetiche que envolve essas relações, pois claramente evidencia o quão tamanha é a barbárie em que vivemos, na qual um ser humano, para acessar um toque ou até o sexo, se vê mais confortável em obter o outro como mera posse. Heller, ao refletir sobre isso fala da importância da humanização das relações sociais sexuais e não de seu afastamento, pois

No relacionamento entre os sexos, o afastamento dos limites naturais aparece teoricamente, contudo, sob forma diferente da de todos os outros tipos de contato humano, simplesmente porque é a única relação humana baseada no instinto biológico (natural). [...] O instinto sexual é, [...] uma absoluta e ineliminável base para o contato entre os sexos. Ele não pode ser afastado, mas sim humanizado (HELLER, 1971, p. 221).

Por esse apontamento de Heller, temos que a forma como as relações estão sendo apresentadas cada vez mais, com o viés econômico-sexual, possui em sua essência a desumanização decorrente da ideia de liberdade individual, do

individualismo exacerbado, sendo que na verdade a centralidade das relações deveria ser a humanização e não a mercantilização.

Entendo aqui ser importante a ressalva de que em nenhum momento desqualifico aqueles que se definem como trabalhadores sexuais, pelo contrário, entendo que essa seja uma resposta de resistência ao descaso para com a exploração da classe trabalhadora. Busco analisar a essência das relações sociais sexuais que, em nossa sociedade são constitutivamente mediatizadas pelo aspecto financeiro. Além disso, viso aqui evidenciar minha inquietação para com o que Saffioti já elucidara, ou seja, '[...] a prostituição no regime de mão-de-obra livre desnuda sua natureza exclusivamente comercial e, portanto, sua essência enquanto exploração de uma classe social por outra' (SAFFIOTI, 1976, p. 177).

A desigualdade da qual falo, se expressa fortemente no mercado de trabalho brasileiro, claramente devido à discriminação com o trabalho feminino que já venho abordando. Atualmente, as mulheres brasileiras encontram-se equiparadas com os homens em relação à taxa de escolarização até os 25 anos de vida²⁶, sendo que, de acordo com o conceito neoliberal de emprego, de que habilidades iguais e vontades iguais resultariam em oportunidades iguais em um contexto de Estado mínimo (HAYEK, 2010), nesse sentido, elas deveriam ocupar, assim como os homens, cargos altos e bem remunerados. Porém, na realidade, as mulheres são a população mais atingida com as taxas de desemprego em todas as regiões do país de modo geral e recebem salários mais baixos que os homens²⁷.

Outro aspecto muito relevante é a ampla participação das mulheres no serviço doméstico²⁸. Contudo, a manutenção das mesmas em setores precarizados é fruto, sem dúvidas, das discriminações no mundo do trabalho²⁹, em que o

²⁶ Ver IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 2012. Tabela 3.7 - Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o sexo - 2011-2012.

²⁷ Ver DIEESE. A inserção das mulheres nos mercados de trabalho metropolitanos e a desigualdade nos rendimentos. 2013. Apesar do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, "As mulheres continuam a estar em menor proporção entre os ocupados e são a maioria dos desempregados em todas as sete regiões que abrangem o Sistema PED" (DIEESE,2013). Ver também Tabela 2 Taxas de desemprego - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2011 e 2012.

²⁸ Ver IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 2012. Tabela 4.8 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e que procuraram trabalho na semana de referência, por sexo, segundo algumas características - Brasil – 2012, na qual é apresentada a realidade em que se inserem as mulheres em busca de emprego: 43% dos entrevistados eram mulheres, destes, aproximadamente 95% daqueles que já trabalhavam com o serviço doméstico são mulheres.

²⁹ Posição da qual partilha até mesmo o DIEESE, na pesquisa aqui já referida.

machismo justifica os níveis de exploração por parte do empregador. Contudo, a permanência das mulheres no mercado de trabalho, bem como sua ‘inserção’, vale ressaltar, é atravessada pela resistência frente às possibilidades restritas de melhores condições de trabalho e mudanças de cargo.

Segundo Lessa, em contrapartida, os processos de resistência sempre se fizeram e se farão presentes, pois

Todos os processos alienantes que brotam da propriedade privada têm em comum o fato de obrigar os indivíduos a reagirem em face deles de algum modo. O impacto sobre os indivíduos é sempre brutal, mesmo quando ainda são historicamente insuperáveis (como ocorria, por exemplo, com os complexos do Estado, das classes sociais, da propriedade privada e da família monogâmica entre a Revolução Neolítica e a Revolução Industrial). Isso vale tanto para os dominadores como para os dominados, tanto para os maridos como para as esposas e as prostitutas. Toda alienação do tipo de que estamos tratando – isto é, fundada na exploração do homem pelo homem – é acompanhada, ao longo da história, da reação dos que são alienados, com todas as mediações cabíveis caso a caso, indivíduo a indivíduo.

Do mesmo modo como os escravos resistiram à exploração, ainda que não contassem com as condições históricas para superar revolucionariamente o modo de produção escravista, as esposas e as prostitutas também reagiram, por vezes se rebelaram, contra a degradação da função social da mulher. (LESSA, 2010, p. 36).

Chamo atenção, então, para o Projeto de Lei (PL) Gabriela Leite (PL 4211/2012), projeto este sob a autoria do Deputado Federal Jean Wyllys do PSOL/RJ construído, segundo o documento, junto aos Movimentos Sociais das prostitutas organizadas pelas lutas de reconhecimento de seus direitos como trabalhadoras e cidadãs. O PL Gabriela Leite nada mais é que uma expressão da força de resistência³⁰ que a classe trabalhadora possui, pois em meio a este universo opressor, machista e classista, as mesmas se organizaram em prol de lutas entendidas como de urgência para garantir a proteção dos indivíduos que exercem essa atividade. Buscando, nos limites da sociedade burguesa, pelas leis burguesas, por seus direitos, procurando assim por um deputado que se empenhou em

³⁰ Sobre a violência combatida diariamente pelas trabalhadoras do sexo citamos um trabalho realizado durante a Copa do Mundo de 2014 pelo Observatório da Prostituição, em que a fala de uma trabalhadora expressa uma denúncia: “‘*Tá vendo isto?* [Gesticula para indicar a polícia] *Isto tudo é pra gringo ver. Na hora em que todos os turistas forem pra casa, vai ‘tchau, adeus, bye-bye’ e a segurança vai voltar a ser uma merda.*” - Priscila, 35, discursando sobre a presença policial na Praça do Lido.’ Já um policial quando perguntado sobre isso claramente evidencia que a denúncia procede: “‘*Estamos aqui para proteger vocês.*” - Policial militar para pesquisadora estrangeira na Praça do Lido’ (LEMETRO/IFCS-UFRJ, 2014, p.15).

compreender suas bandeiras de luta e condições de vida e trabalho, visando a partir disso construir propostas.

No entanto, pelas aproximações que pudemos realizar até o momento, a contribuição que se pode fazer para tal causa é a de indicar alguns elementos centrais, priorizando a perspectiva de resistência desses movimentos.

Primeiramente, a prostituição é um setor majoritariamente feminino e a história vem nos mostrar que estes tendem a ser inferiorizados, super explorados, precarizados³¹ ainda mais que os estereotipados como masculinos, lembrando ainda que a prostituição de forma autônoma, como o PL propõe não gera mais-valia, pelo menos diretamente³², como o trabalho doméstico, no entanto, não gerando mais-valia, ainda que diretamente, este trabalho tende a ser precarizado e desvalorizado.

Em segundo lugar, vale lembrar que vivemos em um contexto de desregulamentações, de precarização das condições de trabalho, ataques aos direitos trabalhistas, ou seja, regulamentar a prostituição como um trabalho por meio do direito não garantirá tais acessos pretendidos e pelo forte moralismo presente, isso será cada vez mais dificultado, haja vista a persistência do trabalho informal, também visto aqui como mecanismo de resistência à falta de empregos, precarização e exploração.

Em terceiro, o alerta é no sentido de que inserir a prostituição no mercado nada mais é do que burocratizar a prostituição e dificultar ainda mais o acesso a prostituição, pois o viés mercantilista tomará essa atividade como toma todas as outras, implicando na super exploração e desregulamentação, precarização da proteção.

Em quarto, defendo que tal inserção da prostituição, não lhe garantirá ainda o respeito pelo qual luta, assim como os feminismos que desconsideram a perspectiva classista não puderam garantir a libertação da mulher, já que em sua maioria pensam dentro dos limites da sociedade capitalista. A moral não é alterada

³¹ Referente a precarização, adicionamos também o preconceito citando um excerto também da pesquisa realizada pelo Observatório da Prostituição: “*Só tem argentino aqui e eles são racistas pra cacete. Dizem que devo cobrar menos porque sou ‘negrita’. Aqui, ô!*” - Natasha, 20, Praça do Lido, Copacabana. (LEMETRO/IFCS-UFRJ, 2014, p.20).

³² Este tema tem sido levantado por alguns estudiosos, ainda que não tratando exatamente da prostituição ele continua a ser polêmico, todavia não o aprofundarei pela prioridade deste estudo, apenas faço a menção por lembrar que este é um fator determinante no modo de produção capitalista. O tema do trabalho produtivo e improdutivo pode ser aprofundado em: ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

com legislações e a moral dominante não é facilmente percebida, é preciso a união das lutas da classe trabalhadora, por sua luta maior, contra a exploração da força de trabalho, por políticas estruturantes, por lutas não apenas imediatas.

A partir desses apontamentos, é que me permito afirmar que os trabalhadores do sexo ou indivíduos em prostituição são da classe trabalhadora, pois em sua própria luta reivindicatória pretendem sua autonomia, mas como trabalhadoras e trabalhadores liberais, identificando assim à qual classe pertencem. Isso pode parecer simples, mas é importante ressaltar para desmistificar, por exemplo, a questão da prostituição de luxo, pois a classe trabalhadora é composta por todo aquele que depende da venda de sua força de trabalho, do salário, ou ainda de se submeter ao jogo mercantil para viver ou sobreviver.

Ressalto a prioridade pelo estabelecimento do diálogo, da união e da resistência da classe trabalhadora, lembrando que isso não possui data marcada e não pode ser impulsionado senão pela própria classe em si e para si organizada.

As contribuições aqui feitas para com essa luta visam adensar não apenas esse PL, mas todas as lutas que se limitam aos marcos da emancipação política, emancipação com vistas à cidadania, pois esta já foi feita pela burguesia, ou seja, o direito é sua base, portanto uma garantia irrisória que estará eternamente em dicotomia com a realidade. Isso se deve à própria essência do direito que diz que ‘somos todos membros da sociedade’, que ‘todos somos iguais perante a lei’ e, o ‘direito é igual para todos’. Marx ao tratar da emancipação política alerta,

[...] não tenhamos ilusões quanto ao limite da emancipação política. A cisão do homem em *público* e *privado*, o *deslocamento* da religião do Estado para a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a *realização plena* da emancipação política, a qual, portanto, não anula nem busca anular a religiosidade *real* do homem.

A *dissociação* do homem em judeu e cidadão, em protestante e cidadão, em homem religioso e cidadão, essa dissociação não é uma mentira frente à cidadania, não constitui uma forma de evitar a emancipação política, mas é a *própria emancipação política*; ela representa o modo *político* de se emancipar da religião (MARX, 2010c, p. 42).

Em face ao exposto, temos que a emancipação política é a negação do que o indivíduo é ou faz no âmbito privado, desde que não seja contra a lei e que ele siga as normativas para garantir seu estatuto de cidadão – na esfera pública –, ou seja, é uma emancipação ilusória, pois apenas nos aspectos formais o indivíduo se emancipa, no âmbito privado ele continua alienado. Pela relação entre Estado e religião apresentada por Marx, temos o exemplo do tamanho antagonismo do qual

falamos, pois como pode o Estado se emancipar completamente da religião enquanto o cidadão na esfera particular continua sendo judeu, cristão, etc.

Nestes termos, a contradição presente no direito igual não surge a esmo, ela está atrelada a essa lógica da cidadania, pois com o avanço burguês da ideia das trocas por meio de mercadorias equivalentes, a noção de equivalência aparece no direito, pelas diretrizes dos direitos e das obrigações, continuando a ser direito burguês por princípio (MARX, 2012). Ocorre que, 'para as mercadorias, a troca de equivalentes só existe em média e não em cada caso individual' (MARX, 2012, p. 105). O direito igual, portanto, vai se pautar pelo conceito do 'apolítico', ou seja, ele desconsiderará a perspectiva das classes sociais e todas as desigualdades que dela emanam, dizendo ser possível legislar para todos como iguais numa sociedade de classes. Segundo Marx,

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. [...] Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele (MARX, 2010c, p. 39-40).

O Estado, então, pressupõe 'determinadas diferenças', mas para atingir sua proposta de universalidade ele as ignora, no entanto, essas mesmas diferenças são a gênese da necessidade reguladora, ou ainda, do próprio Estado.

Ainda que brevemente, entro nessa questão para demonstrar mais claramente quais são os limites da emancipação política, fator esse que escamoteia as lutas e fragiliza a resistência, pois, além de determinar como, onde e quando podemos lutar, por sua essência ela nega aspectos imprescindíveis para a garantia de fato da igualdade à qual diz se dedicar.

Desta forma, a inserção da prostituição no mercado de trabalho, atende inevitavelmente mais ao viés mercadológico que a garantias reais de direitos sociais para essa população, ou seja, a luta peca pela falta de coesão ao ignorar esses fatores em suas demandas, pois tornar um trabalho regulamentado, formal, incorre nos limites da emancipação política, da qual toda a classe trabalhadora formal também sofre, levando a direitos e condições de trabalho precárias, ou ainda, os direitos trabalhistas existem – ainda que estejam sofrendo ataques

desregulamentadores a todo momento -, no entanto, o trabalho informal no Brasil continua se expressando de forma gigantesca.

A chave para a coesão nas propostas de resistência, ou seja, pela luta coesa por direitos e políticas públicas de transição, já foi brilhantemente debatida na Rússia pelos feitos do partido Bolchevique visando combater o individualismo, impulsionar a coletividade e libertar a mulher – esse foi chamado de fator determinante para a liberdade coletiva da sociedade –, sendo eles, fim da família monogâmica, pressupondo não o fim dos relacionamentos, mas o amor livre, ou seja, relações livres da dependência econômica, das obrigatoriedades conjugais; a socialização da educação dos filhos – buscando retirar a carga da família, já que os filhos são para a sociedade e não para seus pais, fator esse que sempre sobrecarregou muito mais a mulher; socialização do trabalho doméstico e estímulo ao trabalho feminino – visando a possibilidade concreta do aumento da participação da mulher na vida comunitária.

As lutas que não se atentaram para essas questões e que se ativeram aos limites da emancipação política, como vimos durante esse trabalho, não obstante, geraram o fenômeno da **dupla jornada de trabalho** para as mulheres da classe trabalhadora em sua totalidade. Mas para muitas mulheres exercendo a atividade da prostituição, ou ainda como trabalhadoras do sexo, na realidade, o que encontramos é uma **tripla jornada de trabalho**, pois muitas além do trabalho doméstico, do trabalho com os filhos, alegam se prostituir para complementar a renda, ou exercem essa atividade e outras também para complementar a renda.

A esse respeito, com relação à realidade brasileira, cito aqui uma fala colhida por um estudo sobre o impacto da Copa do Mundo de 2014 na prostituição³³, no qual uma mulher relata: “Geralmente levo uns 700 reais para casa, toda semana. Nas duas últimas semanas [de junho], ganhei um total de somente 500 reais, e olha lá! Nem consegui pagar a matrícula de meu filho”. Também nesse sentido, temos o caso das vendedoras de suco na Rodovia Marechal Rondon que faziam programas com caminhoneiros, configurando dessa forma uma tripla jornada de trabalho, pois

³³ LEMETRO/IFCS-UFRJ. Observatório da prostituição. **Relatório Copa do Mundo**. LeMetro/IFCS-UFRJ, pp. 1-43. Disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.files.wordpress.com/2014/09/observatc3b3rio-da-prostituic3a7c3a3o_relatac3b3rio-copa-do-mundo_03-set-2014.pdf>. Acesso em 20 Jan 2015.

não podemos nos esquecer do trabalho doméstico³⁴. Ou seja, os casos de triplas jornadas são muitos, podendo as mesmas estar trabalhando em diversas áreas.

Para aqueles que criticam a prostituição dizendo que é um ‘trabalho fácil’ e, com isso, desqualificam as lutas e o reconhecimento das mesmas como cidadãs, aqui temos um exemplo de resistência e de reivindicação:

É um absurdo. A mídia e o governo falavam tanto da prostituição antes do evento, Estava em todo jornal! Ah, os gringos estão chegando! Ah, o turismo sexual! Ah, vai ser uma orgia e tanto!

Todo aquele blá-blá-blá sobre a putaria... E nada – absolutamente nada – de preservativos. Ninguém distribuindo camisinhas. Nada! Temos que ir, nós mesmo, para os postos conseguir.

OK, tudo bem, legal se você tiver tempo. E para as mulheres que não têm? E para as ignorantes que estão começando agora e nem sabem onde ficam os postos, muito menos como colocar camisinha direito? Puta também paga impostos e a gente quer fazer nossa parte, mas parece que o Ministério da Saúde esqueceu da gente (Lana, prostituta que trabalha numa casa no Centro) (LEMETRO/IFCS-UFRJ, 2014, p.38, **grifos meus**).

A reivindicação feita expressa como a preocupação com as garantias da emancipação política se dão na prática e como o direito é igual para desiguais, bem como um alerta para as questões referentes ao Ministério da Saúde, mostrando como a luta contra a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis se encontra.

Acerca da desigualdade salarial entre homens e mulheres exercendo a mesma atividade, também a desigualdade de acesso aos setores com melhores salários, e a garantia de tetos salariais são fatores que geram o empobrecimento das mulheres, por receberem salários menores que os homens, por assumirem os custos e despenderem maior tempo para com os filhos quando em família monogâmica ou monoparental feminina – mulher com os filhos – e, quando se separam dos companheiros, perdem a parcela de renda deles, recebem pensões irrisórias e, em geral ficam com os filhos.

A experiência russa comprovava isso, num momento de evidente desmantelamento das conquistas socialistas, como retratara Trotsky sobre a prostituição:

³⁴ G1, com informações do programa ‘Fantástico’. **Vendedoras de suco se prostituem em rodovia de São Paulo**. Data da reportagem 17 Jan. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1451428-5605,00-vendedoras+de+suco+se+prostituem+em+rodovia+de+sao+paulo.html>>. Acesso em: 07 Abr. 2015.

No outono passado, o *Izvestia* revelou de súbito que “cerca de mil mulheres que se dedicavam nas ruas de Moscou ao comércio secreto do seu corpo” acabavam de ser detidas. Entre elas, cento e setenta e sete operárias, noventa e duas empregadas, cinco estudantes, etc. O que as lançava para as ruas? A insuficiência do salário, a carência, ou a necessidade “de arranjar algum suplemento para comprar sapatos ou um vestido”. Em vão tentamos conhecer, mas só conseguimos em aproximação, as proporções deste mal social. A pudica burocracia soviética impôs o silêncio à estatística. Mas este silêncio constrangido serve para provar que “a classe” das prostitutas soviéticas é numerosa. E aqui não se trata de uma sobrevivência do passado, uma vez que as prostitutas são recrutadas entre as jovens. Ninguém sonhará em censurar particularmente o regime soviético por esta praga tão velha como a civilização. Mas é imperdoável falar no triunfo do socialismo enquanto subsistir a prostituição. Os jornais afirmam, na medida em que lhes é permitido tocar neste delicado assunto, que a prostituição decresce; é possível que seja verdade em compensação com os anos de fome e de desorganização (1931-1933). Mas o retorno às relações fundadas sobre o dinheiro leva, inevitavelmente, a um novo aumento da prostituição e da infância abandonada. Onde há privilegiados, há também párias (TROTSKY, 1980, p. 104).

Não quero, com isso, realizar uma ‘crítica pela crítica’, ou relegar ao fatalismo as lutas dos movimentos das prostitutas em torno da regulamentação da prostituição como um trabalho autônomo ou em cooperativas, pois as identifico como resistência a esse contexto de exploração da classe trabalhadora, expropriação e fragmentação das lutas.

Afirmo, nesse sentido, que todas as lutas em prol da libertação da mulher em nossa sociedade devem irremediavelmente levar em conta os aspectos universais aqui abordados, tendo em vista que a prostituição, como mostrara Trotsky, aparece como uma resposta àquelas situações de miserabilidade, ou ainda de não acessos, expropriação, sendo, destarte, uma forma de resistência à exploração da classe trabalhadora como um todo, apontada pelas próprias prostitutas como uma forma de trabalho mais lucrativa, portanto, mais viável estrategicamente. É preciso explicitar a luta da qual estamos falando, a fim de que não deixemos frestas que permitam a imposição das duplas e triplas jornadas aqui já mencionadas (por mais que apenas saber dessas questões não nos exima de sofrer as mazelas dos rumos destrutivos do capital, o fortalecimento da resistência é imprescindível)³⁵.

³⁵ No contexto de desregulamentação dos direitos trabalhistas atual, dadas as maiores barreiras de acesso, por exemplo, ao seguro-desemprego, devido à crise previdenciária, vemos a tentativa plausível de regulamentar a aposentadoria especial para as trabalhadoras do sexo, ou seja, com 25 anos de contribuição, tendo em vista a atividade de alta periculosidade e insalubridade da prostituição. Contudo, tal conjuntura expressa a inviabilidade do deferimento de tal demanda, pela proposta atual da previdência social, cada vez mais promovendo a desregulamentação, mas também em razão do forte moralismo que marca a sociedade brasileira como um todo que demoniza a

Não é devido a qualquer moralismo, portanto, que frisamos a relação da necessária união dessas lutas. Pensar qual tipo de sociedade pretendemos não pressupõe agir em prol da abolição da prostituição ou da abolição da família, ambos posicionamentos insuficientes na luta contra o capitalismo, pois não ultrapassam os limites das relações sociais sexuais alienadas e da monogamia alienada, não rompem com o fundamento da sociedade burguesa.

Não se contribui para com a transição para o comunismo por meio destas discussões, ou seja, em prol da emancipação humana – que só pode se dar numa sociedade comunista - e sim trabalhando em cima das formas de resistência, possibilidades concretas de luta e transição, como exemplificado acima pelas lutas do partido bolchevique na URSS.

Verdade é que,

Enquanto a sociedade não estiver em condições de suportar os encargos materiais da família, a mãe não pode desempenhar verdadeiramente uma função social, a não ser que disponha de uma escrava, de uma ama, ou boa cozinheira, ou outra coisa do gênero. Das quarenta milhões de famílias que formam a população da URSS, 5\$ ou talvez 10\$ baseiam direta ou indiretamente o seu bem-estar no trabalho de escravas domésticas. Seria mais útil conhecer o número exato de criadas, para apreciar sob um ponto de vista socialista a situação da mulher, do que toda a legislação soviética por mais progressista que seja. Mas é precisamente por isso que as estatísticas escondem as criadas na rubrica das operárias ou dos “diversos”! ou dos “diversos”! (TROTSKY, 1980, p. 109).

Por isso, embora, a questão da prostituição, da exploração sexual, seja alvo de grande polêmica no sentido de discutir se seria escolha ou não, exploração ou não, trabalho ou não, e se sim que tipo seria, infiro que não compensaria aqui nos atermos a estas discussões epistemológicas. Penso que, como temos nos desviado esses assuntos em demasia, acabamos perdendo a essência da luta que nos une e que nos garantirá na verdade o fim da exploração sexual, a qual está totalmente vinculada à existência das formas de exploração da classe trabalhadora, pois

A prostituição é somente uma expressão particular da prostituição universal do trabalhador e, posto que a prostituição é uma relação na qual entra não só o prostituído, mas também o prostituidor – cuja infâmia é ainda maior – assim cai também o capitalista etc., nessa categoria (MARX, 2010, p. 107).

prostituição e elucubra as relações monogâmicas de forma idealizada como se esta estivesse livre da alienação que marca as sociedades de classes, bem como a burguesa.

A leitura desse excerto descolado do restante da obra marxiana pode levar a incorrer em equívocos. Na verdade, acredito que o interesse neste excerto é, primeiramente, o de resistência não apenas contra a banalização da exploração da classe trabalhadora, mas contra o modo de produção capitalista, já que a exploração é constitutiva do mesmo. Ou ainda, pela experiência profissional, pelos estudos que venho realizando a nível internacional, infiro que o trabalho sexual ou a prostituição é um fenômeno que tem sua essência na mesma questão que faz com que vendamos nossa força de trabalho para sobreviver e viver, acreditando e defendendo muitas vezes essa relação mercantil, gostando ou não da atividade que executamos. Lembrando do que disse Marx (2010b), devido à alienação do trabalho, exploração e precarização, os indivíduos passam a fugir do trabalho como quem foge da peste.

A partir desses elementos, passo agora a tratar a fundo da associação da mulher da classe trabalhadora e trabalhadora do sexo e da criança ou adolescente do sexo feminino em exploração sexual, sendo taxadas ambas como prostitutas – no sentido moralista –, como se a trabalhadora prostituta tivesse o mesmo significado de ‘impura’, ‘vagabunda’, ‘perdida’ e a adolescente, a ‘piriguete’, a ‘menina perdida’, ou seja, como se existissem indivíduos predestinados à prostituição, não a cogitando como uma profissão, mas pela ideia de que os sujeitos já nascem ou vão se tornando de ‘má índole’.

Apondo esses discursos propositalmente aqui, depois de feitos diversos esclarecimentos, visando explicitar logo de início que o fato de existir uma legislação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dizendo que crianças e adolescentes são considerados indivíduos de até 17 anos, 12 meses incompletos, ou seja, torna o limite entre a adolescente e a mulher muito tênue.

Por fim, se falo que a exploração do trabalho é algo constitutivo do capitalismo, logo o fim do trabalho explorado só é possível concretamente com a conquista da emancipação humana na sociedade comunista. Ao falar em trabalho explorado, atividade explorada, portanto, atividade sexual explorada, volto à ideia de que o trabalho sexual é um fenômeno que assolará majoritariamente a classe trabalhadora, então, falarmos de fim da prostituição – relação econômico-sexual – nas sociedades de classes é no mínimo incoerente.

Mas, numa sociedade comunista, obviamente não cabe saber ou tentar dizer como se dará essa relação, podendo existir, por exemplo, o trabalho sexual ou

não, mas o que é concretamente possível afirmar é que o sexo livre é uma bandeira de luta socialista, bem como o fim da necessidade das trocas econômico-sexuais, ou seja, relações sociais sexuais centralmente alienadas, dentre elas o casamento monogâmico, poligamia, o paradigma da família monogâmica e a exploração sexual. Ou ainda, tomo por base aqui o método de análise pelo qual não é incumbência determinar, mas sinalizar a possibilidade concreta de superação das fragmentações, do individualismo exacerbado e da barbárie, pela centralidade da coletividade e socialização.

3.2 Infâncias, adolescências e o controle social exercido sobre as filhas da classe trabalhadora: direito de quem e para quem

A fim de problematizar a associação da mulher da classe trabalhadora e trabalhadora do sexo e da criança e da adolescente do sexo feminino em exploração sexual, recupero, neste momento, a ideia de controle social, no sentido de que o modo desumanizado da relação entre os indivíduos, portanto, com a natureza como um todo, implica na forma como as meninas e adolescentes do sexo feminino da classe trabalhadora são centralmente atingidas pelo controle social do sistema capitalista. Segundo Mészáros,

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição. Ironicamente, porém, a tendência objetiva inerente ao desenvolvimento do capital em todas as esferas – da fragmentação mecânica do processo de trabalho à criação de sistemas automatizados, da acumulação local de capital à sua concentração na forma de um sistema mundial em contínua expansão, da divisão parcial e local do trabalho à vasta divisão internacional do trabalho, do consumo limitado ao consumo de massa artificialmente estimulado e manipulado, a serviço de um ciclo de reprodução cada vez mais acelerado da sociedade de mercado, e do “tempo livre” restrito a poucos privilegiados à produção em massa de uma bomba social, na forma de “lazer”, em escala universal – traz consigo resultados diametralmente opostos ao interesse do capital. Pois, neste processo de expansão e concentração, o poder de controle conferido ao capital vem sendo *de fato* retransferido ao corpo social como um todo, mesmo se de uma forma necessariamente irracional, graças à irracionalidade inerente ao próprio capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 991).

Como venho desenvolvendo ao longo deste trabalho, a alienação presente no trabalho se expressa nas mais diversas esferas da vida, pela evidente influência da noção de propriedade privada nas relações sociais. O controle social

atingido por essas mesmas categorias é expropriado do ser social e regido pelo capital a serviço de sua expansão. Destarte, tudo aquilo que é entendido socialmente como passível de regulação passa a ser pensado de um modo positivista e funcionalista, ou seja, como fazê-lo melhor adequar-se a esta ordem social, de acordo com os interesses da classe dominante, já que esta se apresenta como última e melhor forma de se pensar a sociedade (MARX, ENGELS, 2009).

Esse controle social, no entanto, expressa-se claramente no modo como a noção de infância, que emerge no capitalismo é marcada pelo fundamento do individualismo decorrente do modo de vida privado burguês, de modo que houve um rompimento explícito com as formas de socialização das crianças e adolescentes até então correntes.

Se observarmos a partir de Áries (1986), a atenção da família e da sociedade como um todo, voltada para o que hoje chamamos de infância é fruto de um longo processo, mas sua marca mais evidente nos modos de vida é muito recente, podendo ser datada do século XVIII. Na antiguidade e até mesmo na idade média, as particularidades com relação à infância e adolescência eram desconhecidas, sendo que os mais jovens eram socializados desde muito cedo nos modos de vida adultos.

A idade de uma pessoa não carregava os mesmo valores sociais a ela atribuídos que nos dias atuais, como também não se distinguia a idade da infância, da adolescência e da fase de juventude como atualmente. As crianças passaram de 'pequenos adultos' para indivíduos que têm um processo de desenvolvimento, ou seja, com esse entendimento elas passam a ter importância central na família, preocupa-se com um indivíduo que se tornará adulto.

Nesse movimento, a moralidade, o cristianismo e o progresso científico aparecem como aspectos disciplinadores da sociedade burguesa, tendo em vista que as atenções da família se voltaram para a educação direcionada a uma função na racionalidade burguesa. As crianças eram afastadas do 'mundo dos adultos', passavam pela escola para, mais à frente, adentrarem este universo. Com isso, os cuidados se voltaram para a moralidade, para o pudor e para a decência das crianças, para o mercado de trabalho – no caso dos filhos da classe dominante, como dirigentes, e no caso dos filhos da classe trabalhadora, a preocupação era garantir o mínimo de educação para os mesmos, sendo que seu trabalho era demandado pelo capital, no século XIX, período da flexibilização da força de

trabalho, na época da segunda revolução industrial (MARX, 2013) – algo impensável anteriormente.

Com relação à adolescência, é observado por Áries que a mesma nunca foi bem delimitada em termos de idade, primeiro conheceu-se a infância e mais tarde a adolescência. Desde a idade média não havia espaço para a adolescência, confundindo-a com a infância. Contudo esse período da vida detinha no imaginário social algumas particularidades como uma idade de ‘força’, beleza escultural, força viril, época do amor nascente, alegria de viver, espontaneidade, a ponto de culminar uma ideia ainda presente nos dias de hoje, de buscar talvez precocemente, o mais rápido possível, chegar à juventude e nunca mais sair dela (ÁRIES, 1986).

A respeito disso, também a necessidade de incorporação de força de trabalho no capitalismo foi e é um fator que determina o ‘encurtamento’ das distâncias entre as chamadas ‘fases da vida’, acelerando a passagem da infância para a vida adulta ou retardando-a, de acordo com as capacidades materiais de reprodução da vida de uma família, marcando também culturas distintas e concepções divergentes nas famílias sobre a infância³⁶. Nestes termos, quanto mais tempo as crianças, adolescentes e jovens demoram para adentrar o mercado de trabalho, mais oneroso se torna para a família o sustento dos mesmos, com raras exceções.

Trazendo essa discussão mais próxima ao objeto deste trabalho, Lessa (2012) chama a atenção para a diferença que existia entre as formas de socialização do feminino e do masculino, aludindo à história de duas crianças da classe dominante que brincavam juntas no período da infância e, após suas histórias se darem de maneiras muito distintas, pois os rapazes iam para internatos realizarem a vida política e as garotas eram relegadas ao âmbito doméstico, ao se encontrarem, ambos não reconheciam seus antigos companheiros. Isso expressa o modo como as formas de controle social que recaíam sobre as meninas, moças e mulheres privaram-nas da vida política, dos estudos, etc.

Para as meninas, moças e mulheres da classe trabalhadora àquela época, a prioridade não era a educação, mas sim aprender os afazeres domésticos e complementar a renda familiar quando necessário. Tais marcas têm permanências

³⁶ Em O Capital, ao tratar sobre a incorporação do trabalho feminino e infantil na indústria, Marx cita os casos de demanda por garotos crescidos o bastante para se passarem por garotos de 13 anos, para atingir as condições necessárias de contrato.

mais agudas, tanto que, ainda lhes pertence a realidade mais geral da busca pela educação básica, atualmente conhecido como 'Ensino médio' no Brasil e 'sonho' do ensino superior, o que aponta o aspecto constitutivo da dependência econômica do sexo feminino.

Tendo em vista, ademais, o caráter centralmente alienado das relações sociais sexuais no capitalismo, a busca pela independência econômica de meninas e moças da classe trabalhadora com relação à família, significa também a dependência econômica de um companheiro, em geral mais velho, que possa garantir a sua sobrevivência ou melhores condições financeiras.

Nessa cena de dependências econômicas, a exploração sexual vai se expressar, então, como busca pela independência econômica ou por acessos. Nesse sentido, nos sentimos mais esclarecidos para tentar aqui contextualizar o fenômeno da exploração sexual. Não é possível dizer que esse fenômeno se manifeste de uma única forma, aliás, devido a essa especificidade muitos profissionais podem se confundir ao classificar ou não certo contexto como relacionado à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), por buscar uma classificação absoluta, ou pior, despolitizar a questão no que tange a todos os determinantes sociais que a envolvem, tratando-a como relação econômico-sexual meramente por uma 'questão de escolha' ou tratando-a como vítima.

3.2.1 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: a história de um termo novo para um antigo fenômeno

Assim como a prostituição é um tema repleto de polêmicas, a ESCA como termo que emana da mesma essência também o é. Nesse sentido, a inquietação por solucionar essa questão e contribuir para com o chamado 'enfrentamento' à ESCA tem mobilizado a atenção de muitos autores nas últimas décadas, mas ainda assim a literatura encontrada sobre o tema é escassa.

A partir das análises de Leal & Leal (2002) temos que essa questão passa a ganhar espaço no Brasil com as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que começaram a ocorrer no Brasil sobre esse tema na década de 90, suscitadas por denúncias que geraram grande mobilização em torno da questão. A autora ainda pontua, que anteriormente não se tinha tanta preocupação com a exploração sexual, não sendo esta pauta de grandes mobilizações sociais. Por isso, a autora destaca a relevância dessas CPIs para o 'enfrentamento' da questão. Houve a CPI do

extermínio de meninos e meninas de rua no ano de 1991; a da violência contra a mulher no ano de 1992 e a CPI da prostituição em 1993. Essas CPIs agitaram a cena brasileira e explicitaram a prioridade da criação de políticas sociais de 'enfrentamento'.

A exemplo dessas tentativas foi realizado em 1996, em Estocolmo na Suécia, o I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, sendo considerado um marco na perspectiva de alinhar os conceitos e propor a inclusão do tema nas agendas públicas dos países que estavam participando do evento (FALEIROS, 1995). Nesta oportunidade, é definido que o termo prostituição infanto-juvenil, utilizado até aquele momento entre os estudiosos, descaracterizava o caráter de vítima³⁷ das crianças e adolescentes nessas condições, surgindo assim o termo Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA).

Além de buscar distingui-la da prostituição, buscava-se também distingui-la do abuso sexual, o qual já era caracterizado em termos de violência sexual – ademais, buscar definir como vítima para caracterizar um ato como crime, não é novidade na história das meninas, moças e mulheres brasileiras. Segundo Esteves³⁸, ao retratar os crimes de defloramento na cidade do Rio de Janeiro, demonstra que, nos primeiros anos do século XX, para configurar o crime era necessário que a menina provasse sua honra e que o ato tinha de ter sido feito com violência física (provando ou dizendo que doeu e sangrou).

Desta feita, no Brasil, estudiosos começaram a buscar por definir quais fenômenos se aplicam a esse termo e qual seria a melhor definição conceitual para o mesmo.

Minayo (2002), diz que a violência é constitutiva e fundante de qualquer ação que queiramos classificar como exploração sexual. Segundo a mesma

[...] a violência contra a criança e o adolescente é todo ato ou omissão cometidos por pais, parentes, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, numa transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento (MINAYO, 2001, p.92).

³⁷ Para maiores informações consultar: ESTEVES, M. de A. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

³⁸ Idem.

Contribuindo para o debate, Faleiros (2005, p. 76) pontua que a violência sexual contra crianças e adolescentes viola “seus direitos à convivência familiar e comunitária protetoras e ao trabalho não explorado, digno, seguro, adequado à idade, não degradante, direitos esses garantidos no ECA”.

Adentrarei na discussão sobre o ECA e o Direito mais à frente, mas, no que se refere à violência em nossa sociedade, não podemos relegar crianças e adolescentes em exploração sexual a um papel de vítima, pois eles são sujeitos que necessitam de determinado respaldo, mas também são atores de sua história, ou seja, eles não passam por essa condição ‘nulos’, eles expressam sua resistência pelo silêncio, por expressões artísticas, também pela fala, etc. Tais elucubrações sobre a violência exaurem-se e mínguam inevitavelmente em determinadas expressões características da ESCA, as quais nem sempre são marcadas pela agressão física, constrangimento ou convencimento – no sentido de uma suposta passividade que atribuímos ao termo em nosso cotidiano, já que há necessidades concretas por parte do explorado que o condicionam ao ato sexual – por parte do explorador. Ou ainda, conforme Vitória disse:

Quando eu era mais nova, fazia programa todo dia. Voltava cheia de dinheiro, mas nunca gostei dessa vida de prostituição. Aconteceu e as circunstâncias me levaram a isso. Hoje em dia, só saio com uns caras que conheço, seleciono os clientes. Dá para escolher, marco por telefone (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 253-254).

Elas combinaram o preço, foram para a praia e chuparam o negócio do cara. Fiquei olhando assustada e no final vi ele dando dinheiro pra elas. O que mais me chamou a atenção foi a grana. Não me lembro quanto foi, era outro dinheiro na época, mas era muito. Fiquei interessada. Passei um tempo andando com elas, mas não fazia programa. Sabia que minha mãe fazia e ficava incomodada (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.17).

Chegando lá, o cara que pagou ficou mexendo em mim, passou a mão no meu corpo todinho. Abriu minhas pernas, viu que eu era virgem e não fez tudo, mas me deu o dinheiro. Fiquei com muito medo de ele querer enfiar aquele negócio todo em mim. Ele não chegou a penetrar. Ganhei a grana, fiquei toda empolgada. Disse para minha mãe que tinha achado o dinheiro numa carteira que um homem bêbado deixou cair. Levei um pouco do dinheiro para ela e fiquei com o resto. Comprei roupa, sapato e os patins. Ainda dei dinheiro para ajudar na casa da minha amiga. Aí, bateu a ambição né? (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.17).

Partindo de Ianni (2004, p. 143), entendo que ‘O capitalismo pode ser visto como um vasto e sempre expansivo processo histórico-social. Nasce e transforma-se com os tempos modernos’.

As bases de reprodução capitalista por si só já são violentas, pressupondo a necessidade de haver desigualdade, que se intensifica e se renova,

[...] é um vasto, complexo e sempre expansivo processo político-econômico e sociocultural que leva consigo a vocação de produzir e reproduzir, criar e recriar, inovar e substituir, engendrar e destruir. Há como que uma voragem persistente, contínua e insistente no âmago desse processo, de tal modo que, para expandir-se e renovar-se, está sempre a destruir (IANNI, 2004, p. 143).

Nesse sentido, a violência imprimida pela sociedade capitalista às crianças e adolescentes em exploração sexual reúne essencialmente as características mais universais apontadas até o momento sobre a opressão do feminino nas sociedades de classes, ou seja, a dependência econômica que marca essas relações. Podemos notar isso pelos relatos de Vitória e Natasha quando dizem:

Eu não queria mais viver junto nem casar com ninguém, mas decidi ficar com o Renato e ver no que vai dar. Ele é um homem diferente. Eu também quero ser uma pessoa diferente. [...]

Estou virando uma serva de Deus e minha vida ta ficando melhor. **Pelo menos, tenho paz** (VITÓRIA *apud* TRINDADE, 2010, 271, **grifos meus**).

Meu negócio é prostituição, e agora que estou com o André, nem isso. Já roubei, mas tráfico nunca fiz. **Pedi ao André R\$10 para ir ao baile. [...]** Sexo com ele é muito bom. **Outro dia transei com André dentro do baile. Ele tinha comprado um vestido para mim de R\$80** (NATASHA *apud* TRINDADE, 2010, p.45-46, **grifos meus**).

[...] saímos da casa dos pais dele e fomos participar de uma invasão do movimento dos sem teto para ver se conseguíamos um terreno pra fazer o nosso barraco. Fomos expulsos depois de um mês [...] André mudou para outra cidade e me liga de vez em quando. [...] Continuo indo pra avenida, mas prostituição é fria. Dei um tempo depois que fui estuprada no mês passado por dois caras em uma caminhonete. Os boys colocaram um revolver na minha cabeça, fizeram tudo que queriam e como queriam e me deram R\$80 no final. Estou preferindo ficar com o Gerson. Com ele ganho R\$60 numa transa e é mais seguro (NATASHA *apud* TRINDADE, 2010, p. 61, **grifos meus**).

Nos atendimentos que realizei enquanto Assistente Social atuando no Serviço de PAEFI, em Campinas, era notável a busca por sair da condição de privações e dependência econômica, mesmo que isso implicasse, para as e os

adolescentes em questão, na constituição de sua família monogâmica, ou a continuidade em relacionamentos de rápida duração, com ou sem agressões físicas e verbais, marcadas tanto por garantias consideradas singelas em nossa sociedade como o pagamento de uma saída noturna com bebidas e comidas, bem como a relação de troca monetária, direta e explícita – até os 17 anos e 11 meses de idade, à luz do ECA, considerada como ESCA, não como prostituição, a qual supostamente envolveria a ‘escolha’ consciente entre os agentes.

A fim de dialogar com o que se tem construído, em termos de conhecimento teórico acumulado sobre este fenômeno, continuemos pontuando algumas contribuições para a definição do termo ESCA ou ESCCA, como a do item 5 da Declaração de Estocolmo, que diz que:

A exploração sexual comercial das crianças é uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em moeda ou em espécie ao menino ou a menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como um objeto sexual e uma mercadoria. A exploração sexual comercial das crianças constitui uma forma de coerção e violência contra as crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão (ESTOCOLMO, 1996, p. 01, tradução minha)³⁹.

A partir dessa concepção, formulada a nível internacional, no Brasil, foram surgindo outras. Buscarei aqui destacar as principais colaborações já realizadas sobre a conceituação da ESCA. Estas perspectivas têm traços bastante convergentes, falam da importância de não associar todas as formas de prostituição – na qual a/o adulta (o), segundo os mesmos, teria escolha – com a exploração sexual comercial⁴⁰; dizem que essa é uma relação que envolve não apenas a troca entre ‘mercadoria-dinheiro’, mas também a troca de objetos de interesse destas crianças e adolescentes⁴¹; falam da importância de priorizar o entendimento de que

³⁹ No original em espanhol: La explotación sexual comercial de los niños es una violación fundamental de los derechos del niño. Esta comprende el abuso sexual por adultos y la remuneración en metálico o en especie al niño o niña y a una tercera persona o varias. El niño es tratado como un objeto sexual y una mercancía. La explotación sexual comercial de los niños constituye una forma de coerción y violencia contra los niños, que puede implicar el trabajo forzoso y formas contemporáneas de esclavitud (Estocolmo, 1996, p. 01).

⁴⁰ Para mais informações: LIBÓRIO, R. M. C. **Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento**. In: R. M. C. Libório & S. M. G. Sousa (Orgs.). A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais (pp. 19-50). São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

⁴¹ Para maiores aprofundamentos ver: FALEIROS, E. T. S. **A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no mercado do sexo**. In: R. M. C. Libório & S. M. G. Sousa (Orgs.). A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e

estas crianças e adolescentes estão numa posição de vítimas; ademais, dizem também que a idade e a pobreza são fatores que os conduzem a uma condição de ‘desempoderamento’⁴², pois falam de poderes assimétricos; é apontada ainda a importância de diferenciar os tipos de violências sexuais para que se possa melhor direcionar as ações de enfrentamento; e, também, chamam a atenção para uma relação mercadológica que marca essas relações sociais sexuais⁴³.

Na busca por solucionar certas questões que se apresentam em nossa vida prática, em nosso cotidiano, pode-se incorrer no equívoco de realizar abstrações que não ultrapassam a imediaticidade, logo, caem no idealismo de buscar por construir mediações acreditando que necessitem de um ‘descolamento’ da realidade (o equívoco de crer na cisão entre subjetividade e objetividade). Ou seja, na busca por criarmos teorias sobre um fenômeno, alguns aportes metodológicos recorrem a uma teoria que ‘melhor se encaixe’ com o modo que se entende e que se pretende resolver o fenômeno, ou ainda, temos métodos parcialmente utilizados, resultando em análises parciais.

Essa perspectiva de ‘descolamento’ a fim de encontrar uma ‘solução’ por si mesma já é idealista, pois não encontra eco no plano prático, ou seja, cria-se teorias para um fenômeno e, não a partir da essência do fenômeno e para o fenômeno, com isso temos uma teoria que tem apenas a identificação da contradição dos atos imediatos como fundamento (VÁZQUEZ, 2011). Vázquez evidencia que:

O homem comum e corrente considera-se a si mesmo como verdadeiro homem prático; é ele quem vive e atua praticamente. Dentro de seu mundo, as coisas não apenas são e existem *em si*, como também são e existem, sobretudo, pela sua significação prática, enquanto satisfazem necessidades

intervenção psicossociais (pp. 73-98). São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

⁴² Segundo Dos Santos (2007), por exemplo, [...] a criança e o adolescente, em razão de seu “status” desempoderado (poder assimétrico) na sociedade, de sua condição de idade ou de pobreza, seriam levados à prostituição como estratégia de sobrevivência. Essas condições negativas relativizariam qualquer possibilidade de escolha ou consentimento por parte de adolescentes envolvidos na prostituição, que não seriam ‘prostitutas’ mas sim ‘prostituídas’ ou ‘sexualmente exploradas’, numa posição de vítimas.’ Para maiores informações: DOS SANTOS, B. R. **O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação**. Goiânia: Canône Editorial, 2007.

⁴³ De acordo com Leal e Leal (2002, p. 81) a ESCCA é ‘Uma relação mercantilizada (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda)’. Disponível em: Leal, M. L. P., Leal, M. F. P. **Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil**. PESTRAF: Relatório Nacional. Brasília/DF: CECRIA, 2002.

imediatas de sua vida cotidiana. Mas essa significação prática apresenta-se a ele como imanente às coisas, isto é, apresentando-se nelas, independente dos atos humanos que lhes conferem tal significação. As coisas não apenas são conhecidas em si, à margem de toda atividade humana – ponto de vista do realismo ingênuo – como também significam por si mesmas, isto é, ignora que pelo fato de significar, de ter uma significação prática, os atos e objetos práticos somente existem *pelo* homem e *para* ele. O mundo prático é – para a consciência comum – um mundo de coisas e significações em si (VÁZQUEZ, 2011, p.35).

Como afirma Vázquez (2011), a prática como fundamento da teoria significa dizer sobre a relação essencial entre teoria e prática, de modo que a teoria possa servir à prática, ou seja, se, num dado momento histórico mais remoto da vida humana os atos práticos poderiam responder exclusivamente ao conhecimento empírico, o conhecimento teórico fora impulsionado por aquele conhecimento acumulado, com o qual partiram parâmetros qualitativos, mediações sobre o tempo e causalidade, conhecimento científico do mundo. Nesse ponto, a teoria está intimamente atrelada às necessidades práticas dos indivíduos, sendo essa a relação pela qual se dá o progresso do conhecimento teórico na vida humana.

Nesse sentido, as análises voltadas para a caracterização da ESCA chegam ao fundamento do fenômeno como uma relação de poder, econômico-sexual, pretendendo que esta seja a expressão objetiva da ESCA, ressaltando que existiria um aspecto muito subjetivo, por exemplo, o modo como elas são ludibriadas por serem sujeitos em desenvolvimento.

No entanto, ao notar que se trata da alienação se expressando na relação social sexual, não se trabalha com a perspectiva de como eliminar sua essência contraditória, passando-se às pretensões de ‘enfrentar’ segmentadamente, ‘combater’. Com isso, não pretendo dizer que todo o esforço até aqui realizado não seja com o interesse de acabar com a exploração sexual, mas que a escolha por essa perspectiva visa à redução ou o paliativo da questão e não seu fim. Por isso o questionamento sobre o dito ‘enfrentar’: qual fortalecimento para qual luta?

Ademais, Vázquez (2011) explica que é da falsa ideia de que é possível descolar a objetividade da subjetividade, que se atribui correntemente o equivocado entendimento das ações humanas expressas imediatamente no plano material como atividades 'práticas e objetivas', enquanto qualquer teoria sobre tais ações seriam apenas 'dotadas de subjetividade', 'puramente teóricas'. A fim de caracterizar os atos mais imediatos como atividade duplamente subjetiva e objetiva, Vázquez afirma que

[...] a práxis é, na verdade, atividade teórico-prática, isto é, tem um lado ideal, teórico, e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar, isolar um do outro. Daí ser tão unilateral reduzir a práxis ao elemento teórico, e falar inclusive de uma práxis teórica, como reduzi-la a seu lado material. Por conseguinte, da mesma maneira que a atividade teórica, subjetiva por si só, não é práxis, tampouco o é uma atividade material do indivíduo, ainda que possa desembocar na produção de um objeto - como é o caso do ninho construído pelo pássaro - quando falta nela o momento subjetivo, teórico, representado pelo lado consciente dessa atividade.

A atividade prática humana é propriamente tal quando ultrapassa esse lado subjetivo, ideal ou, mais exatamente, quando o sujeito prático transforma algo material, exterior a ele, e o subjetivo se integra assim em um processo objetivo (VÁZQUEZ, 2011, p. 264-265).

Temos que o idealismo, como observara Marx (2009) sobre Feuerbach, expressa constitutivamente um estado no qual se busca apenas a compreensão dos fatos práticos, ou seja, a criação de uma consciência sobre um determinado fato, sem compreender que "ele mesmo tem, portanto, de ser primeiramente entendido em sua contradição e, em seguida, por meio da eliminação da contradição, ser revolucionado na prática" (MARX, ENGELS, 2009, p. 124).

Trazendo a questão para o objeto deste estudo, portanto, a contradição que se expressa na exploração sexual, constitutiva das relações sociais sexuais nas sociedades de classes, a crítica deve ser feita a essa última e não apenas à primeira. Tomo por base para tanto a afirmação de Marx e Engels (2009, p. 124) 'Assim, por exemplo, depois que a terrena família é revelada como mistério da sagrada família, é a primeira que tem, então, de ser criticada na teoria e revolucionada na prática'.

É devido a esses apontamentos que este trabalho possui uma processualidade histórica, na busca por aproximações sucessivas dessa realidade. O que implica dizer que a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) é um novo termo para uma antiga questão, com um compromisso de rompimento com ranços para atingir a proteção, ou seja, como vimos, a prostituição e a família monogâmica surgem pela expressão da propriedade privada nas relações sociais, portanto, também nas relações sociais sexuais, sendo as meninas, moças e mulheres as mais atingidas, quando submetidas à opressão por relações baseadas na dependência econômica; nesse contexto, crianças e adolescentes também serão atingidos, desembocando em diversas expressões.

A título de exemplo temos que há algumas décadas atrás crianças e adolescentes se casarem e serem mães no Brasil não era algo ilegal. Atualmente, apesar de todas as contribuições existentes sobre o tema, como a configuração como crime de estupro, o abuso e a exploração sexual de vulnerável, segundo o Censo de 2010 no Brasil, 42.850 mil crianças e/ou adolescentes de 10 a 14 anos vivem em união estável, e 261.100 mil adolescentes de 15 a 17 anos vivem em união estável ou são casados com autorização dos responsáveis⁴⁴. Em alguns países do mundo, o casamento de menores de 18 anos ainda é um ato não ilegal e moralmente aceito, como no caso do lêmén em que uma criança de oito anos morreu após ter relações sociais sexuais pela primeira vez com o ‘marido’ de quarenta anos⁴⁵.

Vitória em sua história já nos falou da necessidade de independência de sua família ainda muito jovem, das alternativas encontradas por ela e de como ela se sentia dependendo de seus companheiros:

*[...] decidi que não vou voltar pra casa. Não me dou bem com meu padrasto, com quem minha mãe se casou há 12 anos. Ele faz consertos de geladeira e máquina de lavar. **Como ele sustenta a casa, é ele quem manda*** (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 251, **grifos meus**).

*Não gosto de depender de ninguém. É sempre assim: quando namoro, fico parada, não faço nada da minha vida. **Eles não me deixam sair**. Não me dou bem com isso, **me sinto presa**. Isso me incomoda tanto que **acabo desgostando da pessoa**. Gosto mesmo é de sair com minhas amigas, de poder fazer o que quero. Então, não me imagino casada ou amigada com mais ninguém. **Não quero mais isso para minha vida de jeito nenhum*** (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 243-244, **grifos meus**).

A afirmação categórica das especificidades da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), no entanto, tem ganhado contornos que aqui trato com atenção. Ao invés de dar relevo a um tema de grande importância, pode-se atribuir à ESCA uma história própria, ou ainda, uma espécie de relação de ‘poder’ nela envolvida, que se pretende ser diferente, única e reduzida à ESCA.

⁴⁴ Para acesso aos dados vide anexo 1: Tabela 1.1.4 - População residente, por grupos de idade e sexo, segundo a condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio - Brasil – 2010. In: **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em 02 de Abr. 2015.

⁴⁵ O globo / com agências internacionais. **Menina de oito anos morre após lua de mel com o marido de quarenta anos**. Reportagem publica em 10 Set. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/menina-de-oito-anos-morre-apos-lua-de-mel-com-marido-de-40-9902004>>. Acesso em 02 Abr. 2015.

Com efeito, a interpretação fragmentada do mundo tem suas marcas culturais mais evidentes com o desenvolvimento das teorias do chamado pós-modernismo, o qual se apresenta como uma forma de interpretação do mundo que, ao prezar pelas particularidades dos fenômenos, perde-se na afirmação de que tudo é variável e possível, o que o configura, na verdade, como reflexo da desarticulação e fragmentação das relações sociais imprimida pela sociabilidade capitalista.

Na pretensão de negar o período conhecido por modernidade, muitos teóricos se aventuraram a conceber o período contemporâneo como um momento distinto na história, repleto de determinações próprias, alheias às formas de organização e reprodução da sociedade 'passada'.

A título de exemplificação, Baudrillard⁴⁶ concebe a chamada 'hiper-realidade', um mundo criado pelo homem no qual se projeta uma realidade paralela ao mundo real, sendo que várias são as interconexões entre o mundo real e o mundo virtual que podem ser feitas por um indivíduo, o que tornaria, segundo o ator, os fenômenos do vício de jogos e a indústria pornográfica casos em que a vida real do indivíduo se daria a partir de simulacros do 'mundo irreal', uma espécie de 'realidade por representações'.

No entanto, o individualismo e o fetichismo sobre o fato de um indivíduo poder assassinar outros em situações nas quais se encontra sem possibilidades concretas de sucesso nisso, ou seja, a reificação da vida, expressa a busca pela possibilidade de viver e, se nada der certo, reviver. Ou ainda, quanto aos padrões de beleza e para o sexo, reproduz-se na pornografia o imediato reificado, a busca por relações sociais sexuais estereotipadas, marcadas por relações de posse do outro, ou seja: as expressões da propriedade privada, a reprodução do imediato, do efêmero, do sexo coisificado, portanto, representam expressões agudas das relações sociais sexuais alienadas.

Nesse sentido, temos que não apenas aqueles que se intitulam 'pós-modernos' contribuíram para uma forma de interpretação do mundo fragmentada, mas essas formas foram precedidas por outras de mesma essência. Harvey (1992), em sua análise sobre a perspectiva do poder na obra de Foucault – quando esse busca analisar a opressão em nossa sociedade –, diz que este autor concebe que a essência do poder é plural, ou seja, as formas de poder são várias, atomizadas,

⁴⁶ Para maiores informações consultar: BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

complexas a ponto de não podermos falar numa perspectiva de totalidade, desse modo,

A prisão, o asilo, o hospital, a universidade, a escola, o consultório de psiquiatria são exemplos de lugares em que uma organização dispersa e não integrada é construída independentemente de qualquer estratégia sistemática de domínio de classe (HARVEY, 1992, p.50)

Não apenas a acusação da teoria marxista como ‘totalitária’ seria inevitavelmente decorrente dessas premissas, mas também a ideia de que não seria a luta organizada a um fim – por exemplo, a luta da classe trabalhadora em prol da sociedade igualitária, comunista – que seria transformadora, mas sim as várias lutas engendradas em supostas formas segmentadas imbuídas de poder contra a opressão, ou seja, a valorização da fragmentação se expressando na forma fragmentada de interpretação do mundo.

Essa forma analítica, que é parcial, tem ganhado espaço, se expressando, por exemplo na busca por desvincular a exploração sexual da prostituição, pois com a luta das trabalhadoras do sexo no Brasil contra a descriminalização e garantia dos direitos trabalhistas dessa categoria, já se percebeu que o viés abolicionista nas legislações não pode acabar nem com essa, nem com toda a exploração da classe trabalhadora, por isso tentam desvincular, na perspectiva de proteger as crianças e os adolescentes.

No entanto, a exploração sexual, mesmo com tantas legislações que a tornam hoje crime hediondo no Brasil, só tem sido cada vez mais denunciada via disque 100⁴⁷, fator que demonstra que o conhecimento sobre essa questão aumentou, mas que desemboca em ações de ‘enfrentamento’ da questão que são paliativas ou irrisórias e não preventivas e que se restringem a pensar nessa perspectiva do ‘jogo de poderes’, ou seja, acreditam que exista um ‘poder’ que inevitavelmente oprimirá e explorará, defendendo, por exemplo, que ele seja maior que o ‘poder’ de crianças e adolescentes resistirem, com isso acreditam que a única

⁴⁷ Em 2004 foram registradas 120 denúncias pelo disque 100, mas de 2005 a 2010 foram registradas 2930 denúncias, o que indica o aumento anual de denúncias de ESCA ou ESCCA. MATRIZ. **Registros de ESCA no Disque 100 – 2004 e 2005/2010.** Disponível : <<http://matriz.sipia.gov.br/relatorios-de-esca>>. Acesso em 08 Abr. 2015.

alternativa seja ‘enfrentar’ tal questão fortalecendo o ‘poder’ desses indivíduos e de suas famílias. Em Faleiros (1999), esse entendimento é chamado “empowerment”⁴⁸.

Pondero, desse modo, sobre as possibilidades concretas de um verdadeiro enfrentamento, uma vez que muitas são as sugestões e soluções inovadoras para promover um ‘enfrentamento’ de uma dada condição. Por exemplo, se concebermos que todos sejam imbuídos de poder, sendo que, em nossas relações, o ‘poder’ seria o fator crucial, positivo, motor da transformação, logo inferiríamos que é preciso ‘empoderar’ os indivíduos. Dentro disso, muito se propõe atualmente sobre as possibilidades de ‘empoderar’ os indivíduos, com palavras, reflexões e quando muito uma transferência de renda, a fim de ‘reduzir as vulnerabilidades’.

Contrariamente a essa ideia, a exploração sexual, em minha concepção, é uma relação que envolve na maioria das vezes trocas, desde uma proposta sexual, ou atos como tocar, beijar e penetração, como podemos ver quando Natasha diz: *‘Desde os nove, eu era toda safadinha, fazia programas, mas sem penetração. Fazia chupetinha, transava nas coxas, punhetinha. Só brincadeira, entendeu?’* (NATASHA *apud* TRINDADE 2010, p. 46-47).

Em troca, estas crianças e adolescentes podem receber caronas, bebidas, dinheiro, alimento, presentes em geral. Como podemos observar pela fala de Vitória quando fala que:

Quem me levou para essa vida foi a irmã mais velha de uma colega minha da favela. Ela me levou pra casa delas e apontou para o pai, que tinha uns 40 anos, e disse:

- Se você colocar a boca no pinto dele, você ganha um pacote de macarrão e R\$10.

*Eu não fazia a menor ideia do que estava para acontecer. Tinha uns 10 anos (VITÓRIA *apud* TRINDADE, 2010, p.240-241).*

Ou seja, se trata de uma expressão da alienação do trabalho presente nas relações sociais sexuais – monogâmicas ou prostituídas –, é a propriedade privada evidenciando-se como sentimento de posse ou de ‘poder’ – no sentido de

⁴⁸ Para Faleiros (1999) “De acordo com o paradigma da correlação de forças, as mediações de poder e, portanto, de opressão, subordinação, discriminação, vitimização, fragilização, exploração são postas e pressupostas teórica e praticamente, implicando o compromisso ou engajamento dos assistentes sociais com o fortalecimento do oprimido no processo de enfrentamento de sua fragilização/patrimonialização, adotando-se “a práxis da política mais vantajosa para as classes e camadas populares” (FALEIROS, 1985, p.12). Esta é, para nós, a proposta de “empowerment” (FALEIROS, 1999, p. 50-51). Disponível em: FALEIROS, V.P. Estratégias em Serviço Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

dependência econômica, por exemplo, lembro aqui daquele famoso jargão ‘posso mais porque posso pagar’, eu completaria dizendo que, nestes termos, explora-se mais, porque um indivíduo depende para sobreviver ou viver em melhores condições dos recursos provenientes daquele que pode explorar, por este deter maior ou grande parcela de riqueza –, pois obviamente em nossa sociedade crianças e adolescentes são dependentes econômicos independentemente da classe, mas a exploração sexual se configura como uma questão de classe social, justamente por serem as filhas e os filhos da classe trabalhadora os mais dependentes e suscetíveis a serem ludibriados nessas relações, sendo os mesmos, em meio a tantas barreiras de acessos – no sentido de expropriações e não de exclusão⁴⁹ -, impelidos a buscar por certa independência econômica, ainda que deixando de depender da família momentaneamente – para obter um objeto – ou iniciando relações monogâmicas duráveis ou não.

É importante lembrar aqui, como já pontuado no primeiro capítulo deste trabalho, que o indivíduo da classe trabalhadora está também imerso em relações, as quais têm em sua centralidade a noção de propriedade privada, por isso aquele que detém condições para explorar de fato poderá explorar, assim como é explorado, ou seja, busco esclarecer que assim como a classe hegemônica explora em larga escala a classe trabalhadora, nesta última também se expressam essas relações, como crianças e adolescentes sendo exploradas por ‘amigas (os)’, vizinhas (os), etc., conforme relata Natasha:

Uma das minhas colegas, a Sardentinha, me falou que um cara ia me dar um dinheiro legal. Uns R\$ 200,00 hoje, sei lá. Fui ver como era. Ele se chamava Raul e tinha um carrão branco, desses importados. Fomos em três

⁴⁹ De modo geral, a ideia da 'exclusão social' compreende que a não realização das necessidades dos indivíduos é dada em razão de uma espécie de rompimento das relações que idealmente foram postas nas teses de 'contrato social', que vigoraram fortemente no chamado Estado de bem-estar na Europa. Por essa concepção, a desigualdade seria o produto da má gestão de políticas sociais, causando o desemprego, a pobreza, o não acesso aos sistemas de saúde, entre outros. Contudo, as formas pelas quais se expressa a expropriação, como aspecto constitutivo do capitalismo, ou seja, as expressões da questão social, seu aspecto fundante, são várias, sendo que, desde a já necessária e gradativa formação de um exército de força de trabalho identificada por Marx (2013), as transformações no mundo do trabalho foram muitas, de modo que os padrões de acumulação capitalista em sua fase mais contemporânea exigem formas de acumulação flexível, ao ponto em que é possível haver uma grande massa de trabalhadores assalariados sem que isso comprometa, pelo contrário, devido à maior alienação do trabalho gerada pelas patentes tecnológicas e a especulação financeira, aumento da desigualdade social. A ideia da 'exclusão social', ademais, não insere as necessárias transformações sociais numa perspectiva emancipatória, pelo fim do capitalismo, mas sim visa a reformas paliativas, não estruturantes, assistencialistas, visando à manutenção do modo de produção capitalista, de modo que a maioria da população possa sobreviver em níveis mais aceitáveis à base do trabalho explorado (MARANHÃO, 2010).

meninas para um hotel com o cara e um outro rapaz que armou o programa (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.17).

Tomando por base minha experiência profissional e estudos realizados até o momento, esse fenômeno, por consequência, é permeado por trocas diretas de dinheiro e/ou objetos por sexo, mas nem sempre o é, sendo também trocas chamadas muitas vezes de ‘presentes’ oferecidos por amigas (os), namoradas (os), esposas e/ou maridos. A atuação profissional nos serviços de PAEFI, da média complexidade da política de assistência social, tem demonstrado o quão difícil é acessar as redes organizadas, pois muitas das crianças e adolescentes acompanhadas estão, em muitos casos, constituindo relações monogâmicas (ou também poligâmicas) indicando forte presença da necessidade econômica como fator determinante em suas escolhas.

O excerto abaixo exemplifica a questão acima, quando Natasha descreve que de fato prefere atenção e carinho a dinheiro e coisas, mas que em sua relação, apesar de suas reivindicações, isso não ocorre e a mediação econômico-sexual, a dependência econômica são as marcas que a fazem continuar neste relacionamento. Ressalto que este é apenas um dos muitos de seus relatos que também expressaram esta questão em todos os seus relacionamentos.

*André quer me ajudar a montar minha lojinha de crochê, pois é a única habilidade que tenho, não sei fazer mais nada. O problema é que ele ganha R\$40 por dia traficando. Ele compra tudo para dentro de casa. As coisas que ele não consegue me dar não me fazem falta. Gosto dele, não das coisas dele ou do que ele vai me dar. **Não quero roupa, sapato. Preciso de atenção, de compreensão, de amizade. [...] Saí com André ontem a noite para caminhar na praia, já tinha passado da meia noite e ele nem se tocou. Ele é um tédio. Não fala nada, não se diverte. É o mesmo que ficar falando com bêbado.** Fumei dois baseados e lá pelas 3:00 eu comentei que meu pai vinha me ver pelo meu aniversário. **Só aí caiu a ficha e ele me deu Feliz Aniversário. Fiquei maior triste. Até discutimos, mas quando chegamos em casa tudo ficou legal** (NATASHA apud TRINDADE, 2011, p.43, **grifos meus**).*

***Eu não trafico, mas fico por lá porque gosto dele.** Só isso. Meu negócio é prostituição, e agora que estou com o André, nem isso. Já roubei, mas tráfico nunca fiz. **Pedi ao André R\$10 para ir ao baile. [...] Sexo com ele é muito bom.** Outro dia transei com André dentro do baile. **Ele tinha comprado um vestido para mim de R\$80.** (NATASHA apud TRINDADE, 2010, p.45-46, **grifos meus**).*

Por fim, me proponho aqui a evidenciar que a proposta de ‘enfrentar’ essa questão nos marcos do MPC, por conseguinte, por meio da emancipação política, e

de políticas voltadas para meramente reduzir a ‘vulnerabilidade’ e ‘empoderar’ com palavras, reflexões e, quando muito, uma transferência de renda⁵⁰ as famílias, bem como as crianças e os adolescentes não basta e não pode solucionar tal questão, mesmo as ações tidas como preventivas de sensibilização são irrisórias, pois não atingem a essência da questão que é a propriedade privada se expressando nestas relações, ficando apenas no plano da ‘responsabilidade social’, ou seja, é barrada no marco da emancipação política dizendo que não se pode explorar, pois as crianças são sujeitos em desenvolvimento e devemos protegê-las. Entretanto, infelizmente, romper com as bases da sociedade classista, patriarcal, machista, visando o fim da opressão e exploração, não é nada simples, já que estes são fundamentos constitutivos das sociedades de classes, embora este fim tenha possibilidade concreta.

A luta, na verdade, deve ser por políticas de transição com vistas ao horizonte da emancipação humana. Quando falo isso penso que invés de falarmos em políticas para violações de direitos, porque não falarmos em políticas universais e preventivas, no sentido de garantir creches, escolas, saúde, habitação, com qualidade e inserção no mercado de trabalho com direitos trabalhistas efetivamente garantidos, com reduções significativas da carga horária de trabalho, acesso à cultura, socialização da riqueza e do trabalho doméstico, com vistas a um modo de produção baseado no valor de uso e não no valor de troca. Essas são as diretrizes para começarmos a tratar do fim da exploração de indivíduos por indivíduos - classe dominante explorando a classe trabalhadora -, fim do trabalho alienado, marcando assim o fim da propriedade privada, com isso o fim também da inferiorização do feminino, logo fim da alienação nas relações sociais sexuais.

A dificuldade em se tratar da exploração sexual, portanto, habita um espaço que poucos estão dispostos a desbravar, pois requer analisar todas as relações sociais sexuais, requer compreender que a criança e o adolescente são sujeitos atuantes, que como qualquer adulto, necessitam de processos para conhecer e compreender determinadas questões, pois todos os indivíduos vão se constituindo a partir de suas interações como ser social, portanto quando falamos de proteção precisamos parar de buscar proteger individualmente por fenômenos –

⁵⁰ A transferência de renda é entendida como uma ‘regressão das políticas redistributivas, de natureza pública e constitutiva de direitos, em prol de políticas compensatórias de “combate à pobreza” e de caráter seletivo e fragmentário’ (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010, p 182).

remediando o que já ocorreu nos marcos da emancipação política – e começarmos a proteger universalmente considerando as particularidades, necessidades e diferenças individuais e coletivas – pensando na emancipação humana.

Adentrando a questão do direito, agora fazendo mediações sobre o processo histórico entre os Códigos de Menores e o ECA no Brasil, a inquietação da qual parto é a seguinte: Que proteção é essa que diz que até os 17 anos e 12 meses incompletos, crianças e adolescentes são explorados sexualmente, tendo a atenção da Política de Assistência Social, da responsabilidade social de empresas, devendo ser considerado crime hediondo aquele que transgredir essa lei, mas que no dia seguinte, completando 18 anos, ela pode escolher? Obviamente, que esta é uma caricatura da questão, não pretendendo desconsiderar aquelas que se consideram trabalhadoras sexuais, pois aqui a crítica é dirigida a questão da exploração sexual.

Vale esclarecer, mais uma vez, que a crítica aqui não é sobre as lutas mais imediatas como as que visam proteger crianças e adolescentes, bem como as lutas por direitos trabalhistas para as trabalhadoras do sexo, mas sim, a crítica se destina ao distanciamento destas lutas mais imediatas, das lutas de longo prazo, as quais exigem posicionamento político para não aderir a determinados acordos, bem como fazer acordo no plano mais imediato em casos extremos. Isto tem se dado em detrimento de conquistas no horizonte da emancipação humana, no entanto, devemos nos mobilizar por direitos sociais, num curto prazo, visando à garantia de serviços de qualidade pelas políticas, por exemplo, de assistência social, mas não podemos permitir a ampliação dessa política em prejuízo das demais, como se a assistência social pudesse sanar todas as questões, sendo assim, é preciso lutar a curto e longo prazo – de modo ‘estratégico’ – em prol de políticas sociais estruturantes.

3.2.1.1 Um breve apontamento da discussão sobre esse termo na França

Faço aqui um breve, embora importante apontamento, referente ao uso do termo ESCCA ou ESCA no mundo, pois, segundo relatos, textos e trabalhos sobre este tema, a partir dos congressos mundiais acima citados, convencionou-se o uso deste termo justamente para desarticular tal fenômeno da prostituição. Obviamente, não pretendemos aqui tratar da questão a nível mundial, mas relatar a experiência que obtive na França com o intuito de um início de ampliação do debate,

ressaltando o quão frágil é a defesa da fragmentação do fenômeno da exploração sexual.

Como pesquisadora desta temática, meu estágio em instituições francesas tinha como foco conhecer o trabalho realizado com crianças e adolescentes em exploração sexual, buscando uma aproximação com os conceitos e os manejos da atuação profissional com esta realidade.

Encontrei uma realidade bastante diferenciada, provando que análises comparativas, para qualquer tema, não deve ser uma alternativa, ainda mais visando transportar projetos institucionais ou de atuação. Além disso, é importante considerar os limites deste trabalho de dissertação de mestrado, devendo ser concluído em vinte e quatro meses.

Nesse sentido, optei por compreender primeiramente o porquê de o termo ESCCA ou ESCA não ser utilizado pelos profissionais e serviços em Grenoble e em quais espaços eram feitos os acompanhamentos de crianças e adolescentes sob suspeita ou confirmação de exploração sexual.

Primeiramente, busquei por contatar instituições terceirizadas – que atuam com recurso público, mas são do direito privado – da *Protection des enfants en danger* (Proteção das crianças em perigo) ação prevista pelo Conseil Général⁵¹ (Conselho Geral) dentro das ações sociais. No entanto, as instituições se recusaram em abrir o espaço para estágios, bem como para pesquisas.

Com essa dificuldade, comecei juntamente com o auxílio de professores a realizar contatos com instituições que atendem indivíduos em prostituição (trabalhadores sexuais) e em exploração sexual.

Na oportunidade, consegui realizar o que foi chamado de percurso de pesquisa, estabelecendo encontros nas instituições para discussões e entrevistas com duas profissionais, uma da instituição Amicale du Nid e a outra da L'Appart, ambas instituições de Grenoble. O resultado deste percurso será apresentado com profundidade no capítulo 4.

⁵¹ O Conselho Geral é órgão deliberativo dividido por departamentos e regiões. No Brasil, dividimos por regiões (compreendem Estados) e Estados (compreendem municípios), na França respectivamente as divisões são feitas e chamadas como regiões (compreendem os departamentos) e departamentos (compreendem os municípios), mas o Conselho está em todas as instâncias, diferentemente das divisões da república federativa. As deliberações são por leis referentes “às ações sociais, às rodovias, à educação, ao transporte interurbano, à política cultural, aos arquivos departamentais e à ajuda às comunidades rurais”. Conseil Général. Disponível em: <<http://www.conseil-general.com/>>. Acesso em: 10 Abr. 2015.

Pelas experiências proporcionadas, bem como por minhas pesquisas documentais, pude evidenciar que a França possui o viés abolicionista da prostituição, previsto por lei, sendo considerada a prostituição uma violência sexual, sendo assim esta questão, se estende para todas as faixas etárias, como idosos, adultos, adolescentes e crianças. Nesse sentido, o uso do termo ESCCA ou ESCA não é comumente utilizado, pois tal questão aparece nos documentos analisados como violência sexual contra crianças e adolescentes ou crianças e adolescentes violados (FONDATION SCHELLES., 2012; France, 2015; France, 2013; France, 2010). Além disso, participando de alguns espaços de palestras e debates entre profissionais e usuários dos serviços, ao perguntar sobre este termo notei que ele seria na língua francesa entendido como bastante agressivo e chocante, logo existe uma preferência por falar em violência sexual e não ESCCA ou ESCA.

A não utilização do termo, bem como o desconhecimento do mesmo e a concepção dos profissionais acerca desta questão na França demonstram que o termo ESCCA ou ESCA é mencionado no Brasil como algo definitivo e imprescindível mundialmente para tal 'enfrentamento'. No entanto, foi possível notar que não é apenas no Brasil que as legislações não podem mudar completamente o modo de vida das pessoas e sua consciência. Nesse sentido, retomo a discussão neste momento da cena brasileira e do papel das legislações, como o Código de Menores e o ECA para com o fenômeno da exploração sexual. Vale ressaltar que no capítulo 4 será retomada a experiência em estágio de pesquisa na França, pontuando a proposta de 'enfrentamento', bem como debates atuais.

3.3 Códigos de Menores, Estatuto da Criança e do Adolescente e a perspectiva 'universalista' burguesa: a luta pela garantia das necessidades ou, em termos burgueses, pelo direito

O entendimento contido nas primeiras legislações brasileiras mais densas, no que se refere às menções acerca da vida das crianças e adolescentes, esteve intimamente relacionado à moral vigente, mas, sobretudo, ao aspecto do trabalho. Busco dizer isso sem pretensões de detalhar o percurso histórico de tais legislações, mas realizar uma aproximação entre a existência de tais leis e as exigências do processo de desenvolvimento do capitalismo no país, bem como para algumas continuidades destes ranços expressando-se no Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), lei 8.069 de 1990. 'É hora, então, da crítica da política, do direito, do Estado, da cisão entre a sociedade civil e o Estado, do salto mortal entre o mundo do egoísmo privado e o do interesse geral ilusório' (MARX, 2010c, p. 11).

Na busca pela perspectiva de totalidade, concebo haver uma grande importância em apontar e relacionar as especificidades de nosso processo histórico, como o fim do trabalho escravo, formalmente dito, e o aprofundamento das leis de caráter punitivo, no tocante aos brasileiros, independente da idade, pois a relação entre esses aspectos não ocorreu mediada pelo racismo por mera coincidência.

Afinal, o Brasil, que foi o país de destino de 38% da população africana traficada para as Américas e Caribe entre 1502 e 1870 (IANNI, 1978), possui especificidades quanto à história do racismo no mundo. O processo de transição do trabalho escravo ao 'trabalho-livre' fora acompanhado pela negação formal (biológica) do negro como 'raça' inferior, na qual se afirmava que o mesmo seria um ser inferior, com atributos sanguíneos 'degenerados'.

O pensamento social sobre o negro, de forma pretensamente não-racista, por exemplo, afirmava, no mundo do 'trabalho-livre', o desajuste do negro para o mundo 'moderno', 'civilizado', com isso, pretendiam justificar sua suposta tendência ao crime, à barbárie, à falta de inteligência, ao insucesso. Ou seja, o racismo não deixara de existir, pelo contrário, o 'mito da democracia racial' (IANNI, 1978) – a afirmação de que o alto índice de negros e, portanto, de 'miscigenação', indicava uma sociabilidade menos perversa que, por exemplo, nos EUA, onde a população negra é muito pequena – era e ainda é a justificativa para um tipo de prática do racismo consubstanciada na negação da autoestima, na discriminação do negro em torno da pobreza, do indivíduo símbolo do insucesso profissional, entre outras.

O objeto de meu estudo, apesar de não permitir tratar com maior profundidade sobre o tema do racismo, o terá como marca evidente na existência da exploração sexual desde seu início até a atualidade, como já venho explicitando ao longo do trabalho.

Com a instituição do 'trabalho-livre' no Brasil, que se dera oficialmente por medida legal no ano de 1888, o novo corpo legal decorrente desse processo estava ligado à ideia do 'progresso da nação', ou seja, o país deixaria de lado o 'atraso' que passou a significar o trabalho escravo – obviamente que esse processo era interessante ao controle da burguesia emergente e do capital internacional – para

impulsionar o capitalismo, dar bases ao incipiente e posterior desenvolvimento industrial.

Tanto que, estatuiu-se, em 1890, ano posterior ao da proclamação da República (1889), um novo Código Penal. Notadamente, seu conteúdo era voltado ao controle do trabalho, evidenciando a criminalização da ‘vadiagem’, entendendo, portanto, o não-trabalho assalariado como um ‘problema’. Desta feita, é notável o rebatimento do Código Penal de 1890 no que concerne ao encarceramento dos negros, tendo em vista a ampla oferta de força de trabalho imigrante de cor da pele branca, incentivada pelo governo brasileiro da época para uma espécie de projeto de ‘embranquecimento da nação’.

Com isso, se a forma de trabalho ‘livre’, assalariado, fora agora possível à população negra de forma legalmente assegurada – mesmo que já houvesse negros trabalhando sob esse regime anteriormente – esse processo fora acompanhado pela ampla discriminação do negro, que o relegava ao trabalho informal, braçal e ao desemprego e a subsequente criminalização do não-trabalho assalariado. Tais fatos não ocorreram por mera coincidência, tanto que a criação do perfil do criminoso brasileiro fora amplamente influenciada pelos estudos de um dos mentores da criminologia contemporânea, o italiano Césare Lombroso⁵², claramente pautados pelo racismo e amplo moralismo.

Esses apontamentos aqui se justificam, pois, no tocante à vida das crianças e adolescentes da classe trabalhadora, inúmeras prisões de ‘menores’, ocorreram baseadas no Código Penal de 1890 (SILVA, 2005). Desta forma, aspectos universais da condição das filhas e filhos da classe trabalhadora estavam postos, de modo a determinar amplamente seu cotidiano: constituía-se o capitalismo no país, ou seja, gerava-se a pobreza e a criminalidade dos pais e dos filhos e filhas da classe trabalhadora, sendo necessário controlar a massa de trabalhadores, especialmente os negros e, com isso, os filhos e filhas da classe trabalhadora.

O entendimento sobre as crianças e adolescentes como ‘problema’ para a sociedade, tendo em vista o controle instituído pelas punições baseadas em supostas questões morais-comportamentais, era exigência – para não dizer uma justificativa da mais reacionária, tanto que impulsiona até os dias atuais os anseios

⁵² Entre as obras do psiquiatra e criminologista Lombroso, importante conhecer *O homem delinquente* (1876) e *A Mulher Delinquente, a Prostituta e a Mulher Normal* (1893).

de redução da maioridade penal – do processo de transição ao ‘trabalho-livre’, ou seja, estava intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo.

Nas décadas posteriores, temos como marca mais evidente o aparecimento do primeiro Código de Menores, de 1927, já que dava grande atenção à criança e ao adolescente com legislações punitivas específicas aos mesmos, diferentemente de como se dera em relação ao Código Penal vigente, que não fazia distinção destes para os adultos (SILVA, 2005).

Portanto, no contexto anterior, a criança não aparecia no centro das agendas políticas, sendo relegada ao caráter secundário. Este aspecto ainda hoje se expressa tanto pela inocuidade das ações para com este público, no sentido da fragilidade e precariedade, como também no ideário hegemônico para a necessidade destas ações (FALEIROS, 1995).

No período da República Velha havia a prioridade pela manutenção da ordem, tomando a criança e o adolescente como ameaçadores à sociedade, com isso, adotava-se uma postura violenta, coercitiva e disciplinadora, com o intuito de evitar que estas crianças e adolescentes se tornassem adultos ‘perversos’ (FALEIROS, 1995).

Com a Era Vargas esse ideário da noção do ‘menor’ – hoje considerado pejorativo por ser uma nomenclatura utilizada marcadamente para tratar das filhas (os) da classe trabalhadora e não das filhas (os) da classe dominante, estes últimos sempre tiveram tratamentos distintos – foi levado à fundo, com intensificação das formas de repressão e controle, por meio de internatos, instituições e o poder policial – delegacias de menores –, visando ao isolamento destas crianças e adolescentes, chegando até à prisão dos mesmos, mas isso não se aplicava a qualquer criança e adolescente e sim aos que atendiam ao estereótipo, negros, estando em situação de rua, sujos, com roupas rasgadas, etc (FALEIROS, 1995).

Em 1979 é promulgado o segundo Código de Menores brasileiro, que abre brechas para o aumento da intervenção Estatal no âmbito familiar a tal ponto, que ocorre a ampliação dos internatos-prisões.

Às crianças e aos adolescentes pobres houve ainda outra política, que atendia ao mesmo aparato ideológico, mas agora propondo a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, como um tipo de ‘remédio’ para solucionar a condição de pobreza dos mesmos e uma suposta tendência à imoralidade. Ideologia esta burguesa – mas que, ironicamente, não se dá com os filhos da burguesia –,

presente até a atualidade na moral dominante, fortemente expressa na classe trabalhadora, que justifica o trabalho assalariado adulto ou infantil como ‘algo que enobrece o homem’ e que distancia seus filhos (as) das drogas e da criminalidade – mais uma vez o classismo, patriarcado e machismo se expressam nos jargões do senso comum, pois nunca ouvi alguém dizer, por exemplo, que o trabalho enobrece a mulher; para além disso, não seria melhor dizer que o trabalho transforma o indivíduo, dentro das devidas condições de qualidade, para que a atividade e o indivíduo se objetivem?

Obviamente, que no que se refere a crianças e adolescentes a educação é o foco central e o trabalho faz parte de sua formação enquanto atividade humana, objetivadora, de aprendizagem e não como atividade remunerada, compulsória e explorada, pensando nos limites da sociedade capitalista, já que no comunismo, a dicotomia entre adultos, crianças e adolescentes poderá, de fato, pensada para a proteção, já que todos poderão realizar atividades dependendo da necessidade, do como fazer e de quando fazer, ou seja, não se tratará da noção de exploração da força de trabalho.

As políticas propostas anteriormente ao contexto de conquistas em fins da década de 80 e início de 90, por conseguinte, foram no sentido de ‘esconder’ as expressões da questão social que se manifestavam sobre estas crianças e adolescentes, retirando-os das ruas por políticas higienistas, relegando a condição dos mesmos à inocuidade que se deu para que estes aspectos não fossem trabalhados, uma vez que, estas causavam desconforto às classes dominantes, por isso era necessária a retirada dos mesmos das ruas, sendo além de ‘escondidos’, culpabilizados por qualquer insucesso da nação.

Segundo Silva (2005), os Códigos de Menores comungavam de um entendimento das crianças e adolescentes como o ‘menor irregular’, mas já o Código de 1979 foi promulgado em atraso em relação aos debates sobre essas questões, no que se refere ao conteúdo do mesmo.

Internacionalmente a década de 80 foi entendida como década perdida a partir dos rebatimentos sofridos nos países desenvolvidos com a crise dos Estados de Bem Estar Social. Em contrapartida, no Brasil, em 1979, o poderio militar já expressava fragilidade, sendo 1985, marco para o fim de vinte anos de ditadura. Com isso, nessa década, a partir de muitas lutas travadas pelos movimentos sociais,

esse momento histórico no Brasil foi conhecido como década de grandes avanços de regulamentação no campo dos direitos sociais.

Devido à grande contradição expressa por este período entre crise do modo de produção capitalista nos países de capitalismo central, crise dos Estados de Bem Estar Social e a retomada pelas diretrizes neoliberais, como resposta imediata a essas expressões; no Brasil, fim da ditadura e o posterior governo de Fernando Collor de Mello, no qual se iniciam as primeiras investidas de Estado Mínimo, dava-se, em contraposição, um contexto de grandes embates na luta pelos direitos sociais. Desta feita, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge para responder já tardiamente ao fim do 'menor irregular' e início da 'proteção integral', em um contexto de retomada neoliberal.

Essa noção de 'proteção integral' surge no âmbito internacional em 1989 com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, sendo o ECA fortemente influenciado por esse conceito, mas com as diretrizes neoliberais associadas ao viés subjetivo do direito, o resultado só poderia ser inócuo.

Apesar disso, entendendo o ECA em sua processualidade histórica, ou seja, datada, que foi fruto de mobilizações em prol da luta pelo reconhecimento das necessidades das crianças e dos adolescentes, ele é uma conquista social. Cabendo a nós conquistarmos não apenas implementações, como transformações em seu texto e maior efetividade, tendo claro que é uma luta imediata que não sanará a questão, mas que é imprescindível, ainda mais num contexto de desregulamentações e ataque aos direitos sociais que foram tão caros à classe trabalhadora.

Silva (2005) ressalta que o ECA expressa a leitura de criança, adolescência e família daquele período. Acerca disso, penso ser importante pontuar que o viés moralista de criminalização da pobreza ainda persiste nessa legislação se nos atentarmos para uma divisão gritante entre a parte I que trata dos direitos, que apresenta inocuidade no que se refere a como serão garantidos de fato aqueles direitos, em contraste com a parte II que traz fortemente a questão das medidas socioeducativas, do ato infracional, das penas, sendo esta minuciosamente explicada, ainda que apresente muitas brechas a interpretações das mais diversas.

Ainda acerca disso, o apelo moral à família como aquela que deve sanar em si mesma, questões relativas à educação da infância e da adolescência,

demonstra o entendimento de família monoparental burguesa presente, já respondendo, portanto, desde sua gênese como todo este aparato entraria em crise.

Para além dessas questões mais relativas ao texto do ECA, entendo ser imprescindível levantar alguns aspectos de uma análise anterior, sobre o que vem a ser o direito, para que a partir disso seja mais profundo o esclarecimento dessas incongruências presentes não apenas nesta lei, como em todas as legislações.

Vivemos em um mundo contraditório, daí a importância de se buscar pela gênese e processualidade do desenvolvimento das coisas, pois sem isso incorremos no risco da mera reprodução de pensamentos acriticamente, ainda que pensemos estar totalmente conscientes do que estamos defendendo. Falo isso para chamar a atenção dos profissionais que atuam na área social, saúde, neste caso, especificamente com crianças e adolescentes, como os Assistentes Sociais, que como eu já o fiz, utilizam de forma corrente a expressão de 'sujeitos de direitos', tendo-a em conta como uma grande conquista do ECA.

No cotidiano, a emergência por posicionamentos nos é imposta de forma cruel, pelo imediatismo das relações sociais, fato este que inviabiliza em muito a busca por compreender, por exemplo, o que é o direito, o que são 'sujeitos de direitos'. Trabalhamos na perspectiva de proteger crianças e adolescentes em um contexto de ataque aos direitos sociais, direitos estes conquistados pela e para a classe trabalhadora (TRINDADE, 2011). Também não seria diferente com o ataque à garantia de direitos para crianças e adolescentes da classe trabalhadora, mas mais precisamente aqueles considerados 'problema', 'excluídos', 'vagabundos', 'prostitutas', 'piriguete', 'safadinha', 'mais novinha' (nesta nomenclatura está faltando dizer que a comparam e chegam a chamar de mulher, só que 'mais novinha', mas já sabe o que quer).

Nessa cena, aos profissionais tem sido imposto no cotidiano a resposta imediata, na defesa daquilo que, de acordo com o direito, já estaria garantido, portanto, 'inquestionável', mas que concretamente aos filhos e filhas da classe trabalhadora não está, ou seja, dizemos que elas ou eles são 'sujeitos de direitos', que, por exemplo, saúde, educação, habitação e alimentação são direitos fundamentais.

Às crianças e aos adolescentes que passam pelos serviços da política de assistência social, através do trabalho socioeducativo, também esses temas são trabalhados, assim como nas escolas o ECA tem sido trabalhado. Todo esse

trabalho reflexivo, surte efeitos, por exemplo, quando eles vão às escolas solicitar uma vaga após já ter evadido algumas vezes e quando recebem uma negativa, fazem a defesa de que a educação é um direito, mas encontram novas barreiras como a falta de vagas na escola – podendo ser verdade ou não –, a falta de transportes públicos de qualidade, os valores do vale-transporte ainda que com os descontos para estudantes, etc.

Obviamente, no sistema capitalista continuaremos – crianças, adolescentes, adultos, profissionais – fazendo defesas desse tipo no campo mais imediato, mas é preciso ampliar o horizonte de nossas lutas. Começemos para isso, compreendendo do que afinal estamos falando.

Sem a mediação da noção de contradição não poderíamos entender as diferenças entre as coisas, pois só identificamos uma coisa quando a comparamos a outra, nomeando-as e caracterizando-as, por exemplo, grosso modo, sabemos que um lápis é diferente de uma caneta, porque a caneta existe e, num dado momento contrastando, opondo um ao outro e aprofundando a oposição temos a contradição, pensamos, é preciso diferenciar esta coisa de plástico que solta tinta, desta que é feita de grafite e madeira, pois possuem usos diferentes, complexidades diferentes, portanto valores distintos. A contradição é, por conseguinte, uma categoria analítica bastante importante.

A contradição base do modo de produção capitalista está assentada na relação entre o capital e o trabalho, ou seja, na necessidade da venda da força de trabalho versus a exploração dessa força de trabalho, relação esta necessária ao acúmulo de capital e para a sobrevivência do trabalhador, nos marcos desta forma de sociabilidade. O trabalho – categoria com prioridade ontológica para os indivíduos, centralidade –, neste contexto, é tratado como mercadoria, assim como tudo no capitalismo passa a ser tratado pela perspectiva da venda, sendo tratado como mercadoria.

A conformação, do ponto de vista legal desta relação concreta, no entanto, é posterior a ela e emana de um viés exclusivamente idealista, ou ainda, como subjetividade que não tem base real. Analogamente a essa ideia Mascaró corrobora dizendo que,

No capitalismo, os aparatos que garantem o vínculo contratual e que jungem contratante e contratado são distintos formalmente de ambas as partes. O contrato exprime a forma-valor e o valor é referenciado em coisas,

bens, dinheiro, propriedade privada. O aparato político, terceiro a todos os possuidores e trabalhadores, garante, além dos vínculos de troca e alguns de seus termos, a própria apropriação formal do valor pelo sujeito, ou seja, a propriedade privada. [...] É porque há forma-mercadoria que há formas políticas estatais e formas jurídicas imediatamente correlatas, mas o motor da práxis se encontra no processo de interação social produtiva, que, no caso do capitalismo, desdobra-se também *incontinenti* nos planos político e jurídico (MASCARO, 2013, p.26).

A generalização da forma-mercadoria nas relações sociais é, desse modo, mediada pela própria relação dada pelo trabalho assalariado, porém, o trabalho assalariado já era uma realidade concreta realizada em torno de contratos eventualmente preestabelecidos antes do capitalismo, enquanto a regulamentação por um contrato da venda da força de trabalho no qual o Estado seria um terceiro, criando o fetiche do Estado laico, é condição base para a constituição do modo de produção capitalista. Afinal, essa é a necessária 'ordem' do sistema. Explico isso para melhor esclarecer que,

Ao contrário da fala, o complexo do direito não tem sua gênese fundada em uma necessidade universal do gênero humano, mas sim em necessidades peculiares às sociedades de classe. Após Marx e Engels, postula Lukács a tese de que o direito se constitui enquanto complexo social particular no momento em que surgiu a exploração do homem pelo homem, em que surgiram as classes sociais. O surgimento das classes assinalou uma mudança qualitativa na processualidade social: os conflitos se tornaram antagônicos. Por isso, diferentemente das sociedades sem classe, as sociedades mais evoluídas necessitam de uma regulamentação especificamente (LESSA, 1997, p 81).

As relações de produção capitalistas exigiram, portanto, a garantia da forma-mercadoria. É desse modo que o 'cidadão', o indivíduo 'sujeito de direito' tem no direito a pretensa garantia da 'livre' venda da força de trabalho, quando, na verdade, com essas 'garantias', tem-se que os sujeitos de direito são pressuposto da garantia da produção capitalista (MASCARO, 2013). Disso decorre que, como pretendo aqui explicitar, as leis de 'proteção' às crianças e adolescentes em exploração sexual não visam aos modos de garantia efetiva de protegê-las dessa condição, não além de tratá-los como vítima e punir o explorador, ou seja, não visam à modificação da base sobre a qual se dá a exploração sexual, o trabalho alienado, ou fetiche. Pelo contrário, ela propõe sua inserção no mercado de trabalho.

Isso se dá de tal forma que o 'sujeito de direito' é indivíduo que possui a garantia formal de direitos que teriam um caráter universal, por isso pretensamente estariam acima das desigualdades entre as classes sociais, como se fosse possível

essa desvinculação sem que a classe trabalhadora fosse expropriada. Daí porque falo que a subjetividade do direito é idealista, pois não possui concretude real, ou ainda, não possui materialidade – ressaltando a unidade objetividade/subjetividade –, já que não se objetiva no plano material devido a real existência das classes sociais, das desigualdades sociais.

A título de ilustração, nas disposições preliminares do ECA, em seu artigo 5º consta que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

A única certeza na vida real é de que a classe dominante não necessita de um corpo legal para garantir a realização de suas necessidades fundamentais, essa classe social não tem seus ‘direitos básicos’ infringidos para que, após isso, recorram à garantia legal dos mesmos, nem mesmo se encontra em situação de luta por ‘direitos sociais’, tampouco as filhas e os filhos da classe dominante são usuários dos serviços de assistência social, ou cumpridores das medidas sócioeducativas previstas pelo ECA. Por isso, os direitos sociais podem, num dado período, serem minimizados, podendo ser reduzidos ao extremo, contanto que não comprometam as bases da reprodução social capitalista (MASCARO, 2013).

O reconhecimento no ECA de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em desenvolvimento é portanto, um aspecto positivo quando opondo-o aos Códigos de Menores e ao entendimento criminalizador do ‘menor’ – forma de tratamento ainda em voga quando se falando de crianças e adolescentes da classe trabalhadora que infracionaram ou que foram acusados, ou ainda que fazem uso de alguma substância considerada ilícita. Não obstante, ao chegarmos à essência do significado dessa forma jurídica, os ‘sujeito de direitos’, temos que, assim como o direito, a forma-jurídica ou o sujeito de direito, remete apenas a garantias formais e não garantias reais.

Vale aqui lembrar a humilhação sofrida por Vitória, quando foi abordada por policiais:

Os caras desceram e colocaram uma arma na minha cara. Levei o maior susto. Eles mandaram eu calar a boca, pois eu não era autoridade, e já foram logo dizendo que eu tava passando droga. Não adiantou eu dizer que estava só fumando meu baseado, que era viciada, não traficante. Até tentei

mostrar a ponta que eu tinha guardado no maço de cigarro. Eles iam me revistar, eu disse que não precisava e fui tirando tudo dos bolsos, mostrei que estava voltando do hospital com meu filho. Eles não quiseram saber de nada e me jogaram dentro do carro. Eram uns quatro policiais. Eles tinham prendido também o Henrique, um menino que estava na boca e trafica. O resto do pessoal conseguiu fugir. Quando chegamos na delegacia, por volta de 8:00 da noite, eles disseram que eu tinha droga dentro de mim. Fiquei revoltada, gritava e dizia que tinha que ir embora porque meu filo estava doente. A policial que ia fazer a revista só foi chegar quase meia-noite e já chegou me mandando tirar a roupa. Tirei a parte de baixo e ela mandou tirar tudo. Olhei pra cara dela chorando e disse assim:

- Quem é pra vocês prenderem vocês não prendem. Eu, que não tenho nada a ver com tráfico, to aqui. Perdem tempo com quem não vale nada. Sou uma pobretona, não tenho nada na minha vida!

A policial só ficava gritando:

- Vai! Vai! Vai! Dá toda droga que você tem aí, a gente faz um acerto, joga nas costas do Mané que ta preso e você vai embora pra sua casa (VITÓRIA apud TRINDADE, 2010, p. 265).

A garantia da emancipação política – ou garantia daqueles que possuem o status de cidadão, ou ainda garantias apenas formais – fica explícita na lei 8.069. Para esse entendimento não é preciso ir longe, ou seja, ainda em seus direitos fundamentais, o ECA elenca quais competem a crianças e adolescentes. No entanto há um claro ‘lapso’, no que tange ao modo *como* esses direitos serão garantidos no plano real a todos aqueles, portanto, a inocuidade se expressa de forma gritante, ao desconsiderar que crianças e adolescentes são dependentes econômicos, e que, por exemplo, existe uma grande diferença entre a saúde daquele que poderá tomar um achocolatado com baixo teor de açúcares e o outro que tomará outro que é muito mais açúcar que chocolate, quando o tiver. Ou ainda, a educação daquele que estudará em escolas bem quistas e aquele que estudará e trabalhará. Não muito longe disso, mesmo na classe trabalhadora, sabe-se que o estudo de meninas é prejudicado em relação ao dos meninos, pois estas são majoritariamente mais cobradas de realizarem trabalhos domésticos, já aos meninos os estudos são a prioridade.

Sobre isso Marx contribui ao analisar o programa de Ghotá de Lassale, dizendo que:

Por sua natureza, o direito só pode consistir no emprego de uma mesma unidade de medida; mas os indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos distintos se não fossem desiguais) só são mensuráveis por uma mesma unidade de medida, se forem considerados de um mesmo ponto de vista, apreendidos por um aspecto *determinado*. Por exemplo, no caso presente, enquanto forem considerados como trabalhadores e nada mais, fazendo-se abstração de todo o resto. Além disso: um operário é casado, outro não; um tem mais filhos do outro etc. Para rendimento iguais e,

portanto, para participação igual no fundo social de consumo, um recebe efetivamente mais do que outro, um é mais rico do que outro etc. Para evitar todos esses inconvenientes, o direito não deveria ser igual, mas desigual (MARX, 2012, pp. 106 – 107).

Ao ignorar as contradições, o direito, neste caso particularmente o ECA, torna-se uma abstração, já que não dialoga com a realidade das crianças e adolescentes da classe trabalhadora. Ainda segundo Lukács,

O Direito apenas pode existir almejando o impossível: construir uma ordem jurídica que torne iguais casos concretamente distintos. A universalidade da lei só pode, por isso, ser abstrata e estar sempre em contradição com os casos concretos, particulares (LUKÁCS, 1978, p. 100).

Totalmente consciente de tal abismo, não ingenuamente consta na Lei, que quem é chamado a responder pelas garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes é primeiramente a família, posteriormente a comunidade e, em último caso o Estado.

A família é um fenômeno social, no sentido de que é uma expressão da noção da propriedade privada nas relações sociais sexuais. Assim, é um lócus de utilidade essencialmente econômico, portanto, de distribuição de renda entre seus membros. Ao dividir-se a sociedade em grupos menores, os custos de reprodução da vida tornam-se menores, pois cada grupo, ou família viverá, a princípio, com aquilo que conseguir a partir da exploração de sua força de trabalho, ou da herança e o subsequente fruto da exploração (no caso de família da classe dominante). Se não há acúmulo de herança, só lhes resta a venda da força de trabalho.

Quanto à noção da afetividade, esta é marcada pela mesma essência, em que a liberdade individual é tida como avanço burguês quanto ao desenvolvimento das noções das diferenças entre os indivíduos, da capacidade de sentir individualmente e coletivamente, da capacidade de relações mais humanizadas, mas também é a marca do individualismo, desumanização nas relações, ou seja, me ocupo de meu companheiro (a) e filhos, “meus”, os outros não, sendo assim, a noção inversa da sociedade primitiva, em que os pais não eram essa referência exclusiva, nem econômica e nem afetiva, contrariamente, as crianças eram uma responsabilidade coletivizada.

Não queremos com isso, voltar às condições da sociedade primitiva, mas ressaltar a importância de se refletir sobre essa forma de se pensar a família e como

ela tem sido tratada pelo direito, como é possível constatar, por exemplo, nos termos do Capítulo VII do ECA, entre outras leis como o Código de Família e a LOAS.

A questão da exploração sexual no já mencionado artigo 5º, também aparece nos artigos 20, 32, 34, 36, 39, 87, 244-A, 218-B e 227, bem como na Lei nº. 11.577, de 22 de novembro de 2007 que tratou da divulgação e do estímulo a denúncias pelo disque 100 e agora também o aplicativo de celular chamado 'Proteja Brasil' – que além de mostrar conceituações de violências, como a sexual, por exemplo, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, indica quais são as delegacias especializadas de infância e juventude, conselhos tutelares, varas da infância e organizações que ajudam a combater a violência contra a infância e adolescência nas principais cidades brasileiras e mais próximos do local para registrar denúncias, sendo possível utilizar a ferramenta GPS para o local mais próximo ou o direcionamento para o número de telefone do serviço mais próximo ou para o próprio Disque 100.

Cabe pontuar que apesar dos inúmeros avanços nos usos de aparatos tecnológicos, de existirem serviços trabalhando com essa realidade, o número de denúncias apenas cresce tanto pela divulgação do serviço, quanto por este ser realmente um fenômeno histórico e presente com grande direcionamento para o aumento e não para o seu fim.

Infiro, com isso, que no ECA a exploração sexual começa a ser tratada a partir da ocorrência dos atos que a configuram – já mencionados no tópico anterior – ou omissão de denúncia referente a estes atos como crimes, passando a trabalhar com maior proporção a questão a partir da denúncia realizada, ressaltando os atendimentos na política de saúde e na política de assistência social e das penas para aqueles que cometem estes atos.

Fica explícito, nesse sentido, o viés da emancipação política desta lei, ao desconsiderar tudo o que foi pontuado neste trabalho até o momento, legislando para desiguais como iguais, trazendo a criança e o adolescente explorados sexualmente única e exclusivamente no papel de vítimas⁵³ – no sentido de terem

⁵³ Tal questão me remete mais uma vez à lembrança do trabalho de Esteves *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, no qual é retratado o tratamento moralista e preconceituoso que era realizado com as meninas que, nos primeiros anos do século XX, tentavam provar que tinham sofrido o crime de defloração era preciso alegar que doeu e que sangrou, do contrário ficava comprovado que a menina não era honrada, portanto não havia prova de que ela havia sido desonrada quase como sinônimo de defloração, àquelas que já não fossem virgens anteriormente ao crime nada poderiam reclamar.

que provar que são vítimas, excluindo a sensibilidade de análise sobre aqueles que dizem 'querer estar' naquela condição ou que alegam ser vítimas muito mais do cotidiano de expropriações a que são submetidos que exclusivamente de exploração sexual como comumente entendida (ou seja, quando o sujeito coloca para si que aquela situação não seria pior que outro tipo de exploração, o que escancara a centralidade do fetiche nas relações sociais em sua totalidade). Estes sujeitos não são meras vítimas, pois são resistentes, resistem cotidianamente à opressão e violência, além disso, afirmar que estes são vítimas independentemente da situação, não proporciona acabar com o preconceito e a base constitutiva dessa sociedade que se mantêm classista, patriarcal e machista, opressora.

Ainda com o intuito de maior aproximação com a caracterização não apenas do fenômeno, mas das discussões contemporâneas, não posso deixar de citar o Projeto de Lei (PL) 7220/14 que torna o crime de exploração sexual de criança, adolescente ou pessoa vulnerável, que foi sancionado pela presidenta Dilma Rosseff no dia 21 de maio de 2014. A mudança é voltada para a questão da pena que passa a ser de quatro a dez anos de reclusão, os investigados não podem pagar fiança, os condenados não terão direito a anistia, graça ou indulto natalino. Além disso, a pena deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, para a mudança de regime é exigido o período mínimo de dois quintos da pena cumpridos em regime fechado, se réu primário e três quintos para os reincidentes.

Apesar de ser alegado que se trata de qualquer tipo de ato, não sendo necessário que haja o ato sexual, notadamente a lei explicita sua preocupação com crianças e adolescentes no contexto de 'prostituição' – no sentido de rede organizada para exploração sexual, conforme aparece e pode ser interpretado pelo texto. Ademais, prevalece o viés único de punição do crime e acompanhamento reflexivo da vítima, sem direcionamentos com a relação à dependência econômica que tem levado essa criança ou adolescente a esta condição, como também a questão do explorador permanece sem o debate, os recursos e os direcionamentos necessários, já que os profissionais não estão preparados para atuar nesta perspectiva e muitos ainda questionam essa necessidade.

Obviamente que se espera com esta lei, inibir tais explorações sexuais, mas é fato que as questões que antecedem a ocorrência do fenômeno da exploração sexual tal como deveriam ser colocadas em pauta, são pouco ou nada debatidas, levando em conta a seriedade histórica com que este trabalho busca

contribuir, bem como com a cena contemporânea em que descolar o fenômeno de sua processualidade histórica remete a resultados infundados e inócuos. Ainda que lutando para que as garantias formais se materializem de alguma forma – não descolando, analogamente, das lutas com o norte da emancipação humana –, torna-se imprescindível iniciar o debate acerca da propriedade privada se expressando com centralidade nas relações sociais sexuais e as formas de realizar a contra-hegemonia para com estes fenômenos.

Destarte, algo que vise proteger de fato, garantir as necessidades dos indivíduos universalmente, deve considerar as particularidades, ressaltando as garantias de determinadas necessidades para que sejam atingidos determinados níveis de consciência, já que uma lei nos marcos da emancipação política não pode transformar a realidade, pois a consciência é necessariamente expressão da vida do ser social e não seu contrário (MARX, 2009). A partir das determinações postas na realidade é que se pode, na unidade entre objetividade/subjetividade, construir e não apenas lutar pelas garantias das necessidades imediatas – tendo claro que alguns acordos são inegociáveis, há a prioridade por lutas por políticas estruturantes, por transformações com o norte da emancipação humana.

Capítulo 4. As ações de ‘enfrentamento’

Procuro, neste capítulo desmistificar o que são as ações de ‘enfrentamento’ à exploração sexual, abordando a fundamentação em que tais iniciativas se embasam de modo geral, a fim de caracterizar o contexto no qual emergem as ‘ações protetivas’ que visam solucionar a questão.

As ações de ‘enfrentamento’ à exploração sexual de que tratamos neste trabalho estão previstas pelas legislações que visam a proteger as crianças e os adolescentes deste fenômeno.

Das ações previstas como proteção social integral, que constam no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, é notória a importância direcionada aos programas executados via política de assistência social. Antes de apontar os pressupostos mais específicos pelos quais são executados tais programas, caracterizarei o contexto no qual surgem essas iniciativas, pois há evidentemente uma espécie de teoria que trata a pobreza não por seu fundamento (contradição do modo de produção capitalista), mas como algo dado, ou seja, não se trata os fenômenos por sua essência, combatendo-se a pobreza como questão social, como ‘problema’ a ser resolvido no plano imediato, não visando acabar com ela, já que isso envolveria entender seu fundamento e negá-lo para superá-lo.

4.1 A gênese e os desdobramentos do ‘enfrentamento’ no Brasil

A teoria que dá fundamentação teórica para tais iniciativas é o chamado social-liberalismo por Castelo (2013), novo-desenvolvimentismo por Mota *et al* (2012) e ‘liberal revisitada’ por Werneck Vianna (*apud* MAURIEL, 2012, p. 182).

Nos anos 1960 a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) empreendia uma ideologia desenvolvimentista, que tinha como pressuposto diversificar a estrutura econômica fragmentada, pouco articulada, incapaz de promover a absorção da força de trabalho e a expansão do progresso técnico nos ramos produtivos. O que já era uma realidade em países desenvolvidos europeus, nos quais o desenvolvimento industrial havia proporcionado um grande desenvolvimento social, como ganhos reais de salários (MOTA *et al*, 2012).

Contudo, o período de crise capitalista no início dos anos 1970, já apontava a impossibilidade desta ‘via’ para os países subdesenvolvidos, o que pode ser identificado pelas mudanças nas formas de produção e acumulação do modo de

produção capitalista, como a transição do padrão fordista-taylorista para o toyotismo, ou seja, trata-se de tentativas de 'saídas' impostas pelo MPC para as crises.

Justamente neste período a ideologia neoliberal emerge em defesa da liberação do mercado, da restrição dos direitos trabalhistas, entre outras defesas como a vontade como prática da 'liberdade individual' contra a suposta 'servidão' gerada pela intervenção Estatal, como aparece em Hayek (2010). Ou seja, havia um conjunto de proposições a fim de solucionar a crise do Estado de Bem Estar Social na Europa, apontando suas 'falhas' com relação à negativa de manter o Estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o capital – no sentido dos investimentos econômicos.

No Brasil,

Ao final dos anos 1980, com a emergência do neoliberalismo, esse debate foi reposicionado no âmbito da Cepal, em face das reformas de mercado e crescente financeirização da economia. Nesse período, as discussões sobre o desenvolvimento econômico e social são orientadas pelas reformas estruturais na economia, especialmente pela política de privatização dos serviços públicos, reforma do Estado e focalização de programas sociais para os segmentos mais vulneráveis da sociedade (MOTA *et al*, 2012, p. 156).

Ainda segundo Castelo (2013, p. 343),

[...] seguiu-se uma ofensiva ideológica neoconservadora. Em uma estratégia formulada e conduzida por centros universitários (na sua maior parte privados e de cariz eclesiástico), institutos de pesquisa, ONGs e pela grande mídia, o social-liberalismo chegou ao Brasil para reafirmar e reatualizar a direção intelectual-moral das classes proprietárias.

Foi desse modo que as vertentes desenvolvimentistas do passado, comprometeram-se com o projeto social-liberal de crescimento econômico e desenvolvimento social. Ainda segundo Castelo (2013) corroborando com as inferências de José Luiz Fiori, o social-liberalismo chegou ao Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, seguido com maior adesão ideológica a partir dos governos de Lula, também atualmente Dilma.

Mota *et al* (2012) ao tratar do novo-desenvolvimentismo na América Latina, pontua que essa retomada de norte conservador tem como fundo teórico Amartya Sen, o qual desenvolveu uma teoria na pretensão de adequar

desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. Desse modo a liberdade dos indivíduos dependeria do acesso ao livre-mercado.

As afirmações de Sen vão no sentido de apontar as insuficiências do projeto neoliberal em promover o desenvolvimento social, com isso, propõe ações estratégicas de desenvolvimento. Como afirma Mauriel (2012),

A noção de pobreza para Sen é um desdobramento da sua discussão sobre desigualdade, que tem duas dimensões principais a serem consideradas: desigualdade econômica (de bens, de renda, de condições materiais efetivas), que traduz uma situação externa aos indivíduos, remete à estrutura; e a desigualdade de capacidades (de potencialidades ligadas às características das pessoas), em que o foco está naquilo que as pessoas podem realizar.

[...] Sen afirma que temos que igualar as capacidades de funcionar e as vantagens individuais e não a renda.

Da mesma forma que a desigualdade, a pobreza tem duas dimensões dissociadas em sua análise: a pobreza de renda e a de capacidades.

[...] Ele consegue sair do foco tradicional da renda, dos bens (ter) para o que as pessoas são capazes de fazer com esses bens (ser e ter) (MAURIEL, 2012, p.183).

O ‘ter’ remete às ideias de John Rawls, no sentido de que para este autor algumas necessidades básicas que os indivíduos terão deverão ser supridas pelo mero fato de ‘ter’, pressupondo que assim realizarão suas capacidades. Sen, dialogando com esta ideia, diria não basta apenas pensarmos no ‘ter’, como também no ‘ser’, ou seja, exemplificando, a utilidade do ‘ter’ dependerá da capacidade do indivíduo de desenvolver algo com determinado objeto. Analogamente a essa ideia Mauriel diz que ‘[...] A noção de capacidades para Sen é elaborada e pressupõe um indivíduo com capacidade de se capacitar/habilitar. Desenvolvimento, portanto, significa eliminar privações de liberdade ou aumentar capacidades’ (MAURIEL, 2012, p. 184).

O social-liberalismo ou novo-desenvolvimentismo, que se inscreve na América Latina, portanto, nada mais é que uma forma ideológica de adesão ao projeto neoliberal, à medida que pretende sanar a questão social – entendida por seus articuladores teóricos como pobreza – possibilitando oportunidades de acordo com as capacidades individuais direcionadas aos ‘mais pobres dos mais pobres’ – portanto, focalizadas – para que a partir de seu empenho e em suas vontades individuais eles possam melhorar suas condições de renda. Nesse sentido, a proposta basicamente volta-se para educação, visando ‘empoderá-los’ dando uma ‘oportunidade’ para que os indivíduos capacitem-se, em complementaridade com as

transferências de renda, para aqueles que não conseguirem bem aproveitar tais oportunidades (MOTA *et al*, 2012), (CASTELO, 2013). Segundo esta teoria Castelo explica que,

A estrutura social que reproduz incessantemente a péssima distribuição de renda entre nossos cidadãos estaria alicerçada na distribuição desigual do ativo educação. Se a sociedade brasileira quiser políticas de combate à exclusão social, deve lutar por um sistema educacional mais eficiente do ponto de vista da melhor formação profissional para o mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores para as demandas tecnológicas e organizacionais decorrentes da economia do conhecimento (CASTELO, 2013, p. 353).

Neste contexto, as ações propostas são: promoção da ‘redução da desigualdade com redistribuição, reconhecimento e representação; propiciar o investimento em políticas sociais e educacionais como fatores estratégicos no sentido da inclusão econômica formal’ (MOTA *et al*, 2012, p. 159). Essa proposta de ‘inclusão’ pretende contemplar as insuficientes políticas universais voltadas ao direito ao trabalho, contudo, ‘insere’ precariamente, mas ‘insere’ no livre-mercado.

Mauriel (2012) explica, acerca disso, que, tendo em vista a impossibilidade concreta de inserção de trabalhadores via trabalho formal e regular, optou-se por uma estratégia, a chamada ‘gestão da pobreza’, o que significa fortalecer a produção por geração de renda, o microcrédito, visando à mobilidade social pelo próprio sujeito, ou seja, os sujeitos como protagonistas no combate à sua própria pobreza. Portanto, por esta vertente desenvolver capacidades é sinônimo de ‘empoderar’ indivíduos.

Mota *et al* (2012), ao analisar algumas estatísticas publicizadas pelo IBGE, relativas ao aumento de consumo da população, diz que os estudos justificam o fato no aumento de salários e pela transferência de renda, mas alerta para o fato de que o acesso ao crédito e a possibilidade de endividamento por parte das famílias também aumentou.

Tendo em vista que os economistas do social-liberalismo detectaram que os recursos do país seriam fartos, sendo necessário apenas uma ‘redistribuição’, ou seja,

“em vez de investimentos nas políticas universais de seguridade social – consideradas ineficientes, caras e inibidoras do crescimento econômico –, eles defendem o direcionamento dos recursos do orçamento público para as políticas sociais de transferência de renda focalizadas nos miseráveis” (CASTELO, 2012, p. 346)

Nesse sentido, recomenda-se um sistema híbrido, no qual políticas focalizadas coadunam com políticas universais, desde que estas últimas sejam voltadas para o estímulo da autonomia, 'num mix entre sistemas universais básicos e formas individualizadas de proteção privada' (MAURIEL, 2012, p. 185).

Nesta conjuntura, a política de assistência social tem sido ampliada em detrimento das demais de Seguridade, especificamente as políticas universais, como a saúde. Este fenômeno tem sido analisado como uma cooptação da política de assistência social para os fins dos projetos governamentais de combate à pobreza.

Torna-se imprescindível a clareza de que transferências de renda, portanto, são medidas de caráter redistributivo, sendo uma forma de politicismo em voga para países subdesenvolvidos, regimentadas como ações de combate à pobreza por projetos de governo, sendo assim ações fragilizadas e utilizadas para legitimação de governantes. Já políticas de distribuição de renda, estão voltadas para as políticas estruturantes, ou seja, políticas que fortaleçam a classe trabalhadora em seu direito ao trabalho, garantindo o acesso e a qualidade das condições de trabalho, entre outras como à saúde, à previdência, etc.

Ademais, as ações de combate à pobreza têm como principal característica, as condicionalidades, contrariamente à lógica das políticas universais.

A partir dos estudos de Mota (2010) em O mito da assistência social: ensaio sobre Estado, Política e Sociedade, temos claro que a Seguridade Social foi tida com caráter de conquista, mas acabou sendo utilizada para a assistencialização da mesma, bem como das demais políticas sociais.

Nesse processo, ocorre, de acordo com a autora, a redução dos investimentos direcionados à previdência social, facilmente identificável nas últimas duas reformas previdenciárias, ou seja, ocorre uma redução do alcance do acesso dos usuários; bem como na saúde, ocorrem as privatizações e o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS); ambas as duas políticas, passam a ser afetadas pela mercantilização dos setores e serviços públicos, pois, além do privado agora atuar dentro do público, ocorre uma grande busca pelos planos de saúde privados e pelas previdências privadas. Isso se dá em detrimento da ampliação da Assistência

Social via programas de transferência de renda e da terceirização, descentralizando as ações do Estado para o 'terceiro setor'⁵⁴.

Ainda de acordo com Mota,

O que chama a atenção é a capacidade que tiveram as classes dominantes em capitalizar politicamente a Assistência Social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes sociais trabalhadoras. Em tal contexto, um dos instrumentos de repolitização da política como parte da *pedagogia da hegemonia*, consistiu em definir este segmento de classe como "excluídos" e os programas de Assistência Social como estratégia de inclusão (MOTA, 2010, p.140-141, *grifos da autora*).

Nesse sentido, existe a crítica à ideia de se elevar a assistência social como política de seguridade, uma vez que essa questão expressa quão grande é a desigualdade social presente no país e que a pretensão é de perpetuar a redistribuição de renda em detrimento da distribuição necessária ao contexto, mas que expressa a intencionalidade de continuidade da exploração da força de trabalho e a necessidade de uma intervenção precária e contraditória por parte do Estado burguês, fatos estes que se traduzem nas inocuidades e ineficácias geradas pelos reformismos.

Segundo Mota (2010, p. 141) 'A rigor, não podemos mistificar a Assistência Social pelo fato de ela ser uma política não-contributiva, voltada para os que dela necessitam'. A política de assistência social, portanto, não pode ser entendida como uma solução para o combate à pobreza, defesa esta feita pelas classes dominantes. Isso se deve a uma falsa proposta de atingir um 'bem estar', que não é possível historicamente de ser atingido mundialmente, nem manter a estabilidade em país algum, dentro da incontrolável ordem sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2012).

Dentro disso, inferimos junto a Mota que

A impossibilidade histórica de o capitalismo *superar* as sequelas sociais e materiais do processo de acumulação é inconteste. Todavia, é possível utilizar meios para *enfrentá-las* no limite da ordem burguesa, como parte da luta social. A luta por direitos e a institucionalização da seguridade social se

⁵⁴ Segundo Montaño (2002, p. 22) 'terceiro setor' é na verdade, 'um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: *um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades)* para a função social de resposta às sequelas da "questão social", seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua'.

dá no limite da emancipação política, fato que não elide os confrontos de classe e suas dimensões políticas. Todavia, é necessário fazer uma distinção entre as especificidades de uma prática político-organizativa, que mesmo respondendo às legítimas necessidades postas pela realidade, pode não condensar uma consciência teórica, subsumindo o ideal ao real. Ou, em outros termos, abdicando da emancipação humana em prol dos limites históricos da emancipação política (MOTA, 2010, p. 145, *grifos da autora*).

De acordo com Mauriel (2012) desde o texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), quanto no texto da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e principalmente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) as atenções estão cada vez mais voltadas para essa proposta de enfrentamento da pobreza, segundo os conceitos da teoria de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen.

Não caberia aqui descrever especificamente quais são as ações de combate à pobreza e, minuciosamente diferenciá-las da política de assistência social, mas é imprescindível evidenciar que a política de assistência social está prevista pela Constituição Federal (CF) de 1988, como política de seguridade social, já as ações de combate à pobreza são iniciativas do governo federal, facilmente modificadas e até finalizadas. Ocorre que, algumas ações de combate à pobreza são operacionalizadas no âmbito da política de assistência social que por sua história anterior à CF 1988 tinha um caráter assistencialista, ranço que tal política carrega até a atualidade. Sendo que cada vez mais o texto de diretrizes e princípios desta política, tem apresentado marcas desta coadunação.

Mauriel ainda alerta que,

A perspectiva do combate à pobreza, ação de caráter temporário e focalizada em determinados segmentos populacionais classificados por critérios variados de 'vulnerabilidade', mas sempre condicionados à comprovação de renda insuficiente, tem origem histórica mais recente na condução das agendas sociais internacionais (MAURIEL, 2012, p. 191).

Desta feita, as ações de enfrentamento à exploração sexual são intimamente influenciadas pela ideologia social-liberal, visando à solução da questão via formas de "empoderamento" para superação da questão social, ou, em seus dizeres, a desigualdade⁵⁵.

⁵⁵ Tal enfoque pode ser visto na revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que prevê as diretrizes do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, onde conta, no eixo 1 – Promoção dos direitos de crianças e adolescentes,

Ao identificar a questão social num viés reducionista tratando-a como pobreza ou desigualdade social, visando a sua redução pelos próprios esforços da classe trabalhadora a partir dos marcos acima expostos, tal vertente versará sobre a exploração sexual numa proposta de ‘enfrentamento’ que prevê a iniciativa privada de publicização, por parte dos profissionais que trabalham com a questão, das famílias e comunidade, a fim de ‘combater’ a exploração sexual a partir da divulgação e do estímulo à denúncia pelo disque 100⁵⁶; bem como capacitações sobre o tema que proporcionem aos profissionais a execução de um trabalho capaz de ‘empoderar’ as crianças, adolescentes e suas famílias no acompanhamento realizado pelos Serviços de PAEFI da política de assistência social na média complexidade.

Transfere-se, desse modo, a responsabilidade para a comunidade, com relação à denúncia, pressupondo que ela irá se conscientizar automaticamente de algo historicamente constitutivo desta sociedade machista e classista – como se fosse possível ‘desnaturalizar’ a exploração sexual e erradicá-la sem tocar no fundamento das sociedades de classes. Transfere-se também a responsabilidade para a família e para a própria criança e adolescente, estes que, devido à indiscutível necessidade de ‘autonomia’ defendida pelo Plano (que desconsidera a resistência cotidiana e marcadamente autônoma das crianças e adolescentes em exploração sexual), deverão se ‘empoderar’ para romper com essa forma de exploração por meio de reflexões com os técnicos – Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores Sociais –, oficinas de arte-educação⁵⁷, oficinas socioeducativas e programas de educação para o mercado de trabalho⁵⁸ e estágios precários voltados para a inserção deste adolescente no mercado de trabalho.

a diretriz 02 – “Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a **superação das desigualdades**, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social”.

⁵⁶ O que é notoriamente necessário, segundo relatório do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, devido aos próprios limites da CF 1988: **à impossibilidade do poder público em arcar com essa tarefa** (também por uma questão de dificuldade de recursos). Portanto, a conjugação de iniciativas é reforçada pelos pressupostos da construção dos indicadores, por exemplo, como consta nos eixos Prevenção, Comunicação e Mobilização Social, Participação e Protagonismo.

⁵⁷ O que é aspecto fundamental previsto no eixo 1, diretriz 2, Objetivo Estratégico 2.14 – Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a políticas culturais, que nas suas diversas expressões e manifestações considerem sua condição peculiar de desenvolvimento e potencial criativo.

⁵⁸ Como previsto no Plano Decenal dos Direitos de Crianças e Adolescentes, com os quais se compromete o PNEVSCA, no eixo 1, diretriz 2, Objetivo Estratégico 2.12, aponta a necessidade de “Consolidar a oferta de ensino profissionalizante de qualidade, integrado ao ensino médio, com

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes prevê a intersetorialidade, estabelecendo – a partir do governo Lula, com a criação da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência sexual contra Crianças e Adolescentes, composta por 20 ministérios e 12 ‘parceiros da sociedade civil organizada’ e agências internacionais – a criação de planos de ‘enfrentamento’ no sentido de operacionalizar as ações intersetoriais.

As aproximações das propostas de ‘enfrentamento’ da pobreza, e, tais planos setoriais pode ser ilustrada, por exemplo, a partir do conteúdo do Plano Operacional de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho - Plano ESCCA, no qual é imprescindível explicitar a retomada de preceitos conservadores e moralistas, a fim de justificar ações de ‘enfrentamento’ à pobreza, expressos no excerto abaixo:

[...] **não há jornada ampliada para manter os jovens e crianças ocupados depois das aulas**; não há emprego para os pais. **Essas meninas e meninos prostituídos pela sociedade serão os analfabetos, os traficantes, os viciados e os marginais do amanhã.** A nossa resposta de hoje, então, deve ser tolerância zero, deixando o campo do direito repressivo do código penal e passando aos puros domínios da moral, da ética, dos bons costumes e de palavras esquecidas como respeito, dignidade, fé e esperança num Brasil melhor (DUARTE *apud* Plano ESCCA, online, p. 5, **grifos meus**).

Reitero aqui a importância de entendermos que a questão social é a contradição entre capital e trabalho, que se expressa nas relações, assim como a noção de propriedade privada que se expressa nas relações sociais sexuais, ou seja, relações sociais sexuais alienadas. Importante combater as teorias que despolitizam e retiram a história da questão social. Promovem políticas paliativas e reducionistas. É preciso evidenciar a luta de classes e lutar por políticas estruturantes (condições de vida e convivência, não apenas de sobrevivência), por exemplo, distribuição de renda e não redistribuição da renda, no sentido de que, apenas com elas podemos ter possibilidades concretas de negação do MPC, começar a pensar na ‘classe para si’ e não mais apenas na ‘classe em si’, ou seja, tendo por norte o fim das sociedades de classes.

fomento à inserção no mercado de trabalho dos adolescentes a partir dos 16 anos, de acordo com a legislação vigente”. Ver também o Objetivo Estratégico 2.13 – “Ampliar o acesso de adolescentes a partir de 14 anos a programas de aprendizagem profissional de acordo com a Lei nº 10.097/00”.

4.2 Um diálogo internacional: aproximações com o contexto francês

Como já disse acima, os percursos de estágio de pesquisa nas duas instituições francesas, permitiram uma aproximação com alguns dos limites, dificuldades e inquietações dos profissionais que atuam nesta realidade. Obviamente, não se pretende aqui fazer análises relativas à atuação profissional, nem aos serviços prestados aos indivíduos por essas instituições. Tanto a profissional da Amicale du Nid38 quanto a da Appart38 foram extremamente atenciosas e acolhedoras, se colocando a disposição para o diálogo sempre que necessário, mas por entender que este também não seria o objetivo desta pesquisa, tentarei aqui apenas adensar o estudo relativo ao debate acerca do que seriam as ações de 'enfrentamento', fundamentadas no social-liberalismo, tendo como fundamentação diretrizes neoliberais.

Nesse sentido, inicio pontuando questões relativas tanto aos encontros realizados com as profissionais, estágios estes tidos como exigência do curso de mestrado francês, bem como relacionando aspectos presentes nos relatórios institucionais fornecidos pelas mesmas e, um relatório Francês acerca do tema na cena mundial.

A profissional da Amicale du Nid38, relatou que a instituição está de acordo e utiliza as legislações e normativas como norteadoras das ações e para os posicionamentos institucionais. Alertou para um crescente aumento da prostituição de imigrantes, mas também disse que eles têm conhecimento de que muitos franceses estariam exercendo a prostituição e não são acessados, assim como ocorre com crianças e adolescentes explorados sexualmente, pois os serviços tem acesso a prostituição de ruas e rodovias, já bares, casas e casas noturnas são mais difíceis de se identificar e entrar. Quando falamos sobre crianças e adolescentes nessa realidade, ela disse que eles atendem apenas uma adolescente atualmente e que quando encontram crianças e adolescentes eles denunciam junto à brigada de proteção da infância, um departamento de polícia, a partir disso é a denúncia será analisada e, havendo confirmação além do processo, a criança ou adolescente e sua família serão acessados por serviços referenciados para este trabalho.

A profissional da Appart38, relatou que diferente do trabalho realizado pela maioria das instituições que trabalham de acordo com o posicionamento abolicionista, eles trabalham a partir das falas dos usuários, ou seja, dos desejos de continuar ou deixar de se prostituir. Alertou também para o aumento dos imigrantes

na prostituição e, falou bastante sobre a dificuldade de se detectar atualmente a exploração sexual de crianças e adolescentes, pois disse que atualmente as redes sociais, a internet e os celulares têm sido utilizados para combinar encontros com adultos em lugares diferentes.

Ambas as instituições além dos atendimentos institucionais, como atendimento individual e trabalhos em grupo, também fazem contatos e atendimentos pontuais nas ruas e rodovias, até mesmo fazendo convites para acompanhamentos na instituição, bem como sensibilizações sobre a prostituição em outros espaços.

Pelos relatórios fornecidos pela Appart38 eles desenvolvem também um trabalho de sensibilização em escolas junto a adolescentes, refletindo sobre a vulnerabilidade e as questões que de acordo com eles são fatores de risco para a prostituição. Possuem muitos materiais voltados para a sensibilização sobre a questão, como filmes com relatos de adultos contando como começaram na prostituição ainda crianças e adolescentes e como saíram, também produzem relatórios contando histórias de crianças, adolescentes e adultos, como também materiais quantitativos caracterizando o público atendido e ações realizadas.

A partir das respostas obtidas pelos questionários respondidos oralmente e por escrito, percebi que os posicionamentos dos profissionais estão fortemente atrelados aos institucionais, sempre respondendo de acordo com as deliberações e os entendimentos da instituição em que trabalham, tendo em vista que os posicionamentos são retirados por debates institucionais.

Pelo relatório fornecido pela Amicale du Nid38 das 57 pessoas acompanhadas e dos 70 atendidos apenas para alguns encaminhamentos do ano de 2013:

Nationalité	nbre de personnes
France	28
Europe	20
Dont Roumanie	8
Dont Bulgare	5
Dont Italie	2
Dont Espagne	3
Dont Allemagne	1
Albanie	1
Afrique	78
Dont Nigéria	56
Dont Cameroun	12
Dont Maghreb	
Dont Guinée équatoriale	1
Dont Congo RDC, Sénégal, Mali	7
Total	127

Fonte: France, Amicale du Nid 38 Grenoble - Bilan des activités 2013

Pela tabela acima temos que 99 pessoas não são franceses, de acordo com as análises do relatório este público tem entre 16 e 76 anos – sendo três menores de 18, mas apenas 1 está sendo acompanhado, como já pontuamos acima – os mais velhos são em geral oriundos de uma imigração de aproximadamente vinte anos atrás ou são franceses que começaram na prostituição a partir dos 15 anos. As mulheres nigerianas são as mais numerosas, sendo que a média de idade é de trinta anos, porém mais da maioria tem menos de 25 anos.

De acordo com este relatório a maioria dos acompanhados exerce a atividade de prostituição, alguns acumulam transferências de renda, outros recebem também algum auxílio da família, ou recursos ligados a salários, estágio, auxílio desemprego ou ainda aposentadoria. Vale ressaltar que estes recursos em média giram em torno de 400 euros por mês. Foi apontado tanto em conversa com as profissionais quanto nos relatórios a dificuldade de se encontrar vagas nos serviços de abrigos – *hébergement asile* –, locais de habitação temporária, individual ou em grupos, visando o estímulo da autonomia.

Chamam a atenção, pelo interesse deste estudo, os dados relativos às famílias, pois de 127 indivíduos, 31 vivem em casal, do restante 16 não mencionaram e os demais distribuem-se em 39 solteiros, 14 divorciados, 26 separados e 1 viúvo. Deste mesmo total 70 são mães e 8 estão grávidas. Ou seja, muitas são ou foram mães, são ou foram esposas/companheiras. Estes dados são importantes para romper com preconceitos referentes as famílias das trabalhadoras

sexuais, no imaginário do senso comum elas não teriam essas outras relações, bem como questões relativas a duplas, triplas, ou mais jornadas de trabalho.

De acordo com o relatório, muitas das mulheres de nacionalidade estrangeira foram vítimas de casamentos forçados, arranjos ou vendas. Em diálogo com a profissional da Amicale du Nid38, foi apontada uma grande dificuldade para que estas mulheres considerem a prostituição uma condição de violência sexual, já que elas viveram nestas realidades em que a monogamia expressa mais violentamente a centralidade da propriedade privada, existente a partir da apropriação de excedente nas sociedades de classes.

Pelo que estou apontando ao longo deste trabalho, este posicionamento é totalmente plausível, uma vez que as relações sociais sexuais são centralmente alienadas e que para muitos casos a relação econômico-sexual da prostituição – com vários – ou com apenas um, em uma relação monogâmica, seria algo próximo.

Na Appart38 em 2013 foram atendidas 75 pessoas em 2013, como podemos observar na tabela a seguir :

AGES	FEMMES	HOMMES
Moins de 18 ans	1	0
Moins de 21 ans	2	0
De 21 à 25 ans	24	1
De 26 à 35 ans	18	3
De 36 à 45 ans	10	5
De 46 à 55 ans	7	1
Plus de 55 ans	2	1
	64	11

Fonte: France, Appart 38, Rapport d'activité 2013 ALTHEA

Acerca da nacionalidade das pessoas atendidas, 32 são franceses, 3 da União Européia (EU), 1 da EU e 40 são da África. 47 pessoas vivem sozinhas, sozinhas com filhos são em 27 e 1 vive em casal. No que se refere aos recursos com os quais vivem as pessoas atendidas, 16 recebem recursos ligados ao trabalho, 5 a um estágio realizado, 33 vivem sem recursos, e os demais recebem alguma forma de transferência de renda.

Por esses dados podemos comprovar o que já foi dito sobre os dados da Amicale du Nid38, a maioria acessada pelos serviços são imigrantes, quando têm filhos, as famílias são de mulheres com filhos, em sua maioria; a maioria das pessoas atendidas é de mulheres e são mulheres jovens entre os 25 e 45 anos.

De acordo com estudos⁵⁹ sobre o mercado de trabalho realizados em uma disciplina na Faculté d'Économie de Grenoble, na França, a situação de trabalho feminino na França hoje continua apresentando desigualdade em relação ao trabalho dos homens, pois a discriminação no mercado de trabalho têm implicações sérias, por exemplo, setores mais restritos ao contingente feminino e outros ao masculino, ademais, com relação ao salários há mulheres com menores salários ocupando posições de mesma qualificação que homens. Um fato também importantíssimo no momento de crise estrutural do capital é que, segundo esses relatórios, a manutenção do emprego de mulheres atualmente é sustentada pela sua permanência em empregos de menor qualificação, não previstos de acordo com seus níveis de educação, sendo que se deparam também com inserção em empregos de tempo parcial.

Outras particularidades se referem à dificuldade de retomada da carreira após o afastamento devido à gravidez, que é de até dois anos, podendo ser dividido quando em casal. Interessante ressaltar que as pensões alimentícias podem ser requeridas pela CAF (Caisse d'Allocations Familiales), que irá requerer o reembolso daquele que não ficou com a guarda.

Tais implicações da sociedade capitalista francesa sobre a vida das mulheres permitem afirmar que, apesar do contexto de programas sociais mais amplos e diversificados, a mulher ainda tende a empobrecer quando numa família de mulher com filhos ou quando se separa, mas resiste encontrando alternativas como constituir uma família monogâmica, conciliação de duplas, triplas jornadas, sendo a prostituição apontada como uma alternativa de trabalho até por pesquisas realizadas com estudantes universitários⁶⁰. O modo como o projeto neoliberal avança sobre os programas a serem executados nas políticas sociais, no período de crise estrutural (MÈSZÁROS, 2009) do capital, revelam a necessária luta por políticas estruturantes.

⁵⁹ Para maiores informações consultar: PETIT P. **Les écarts de salaire horaire entre les hommes et femmes en 2002** : une évaluation possible de la discrimination salariale, *Premières informations*, juin, N°22-1, 2006; ARGOUARCH J., CALAVREZO O. **La répartition des hommes et des femmes par métiers**. Une baisse de ségrégation depuis 30 ans, DARES – Analyses, décembre, n° 79, 2013; BARRET C. et alii, **Enquête 2013 auprès de la Génération 2010**. Face à la crise, le fossé se creuse entre niveaux de diplôme, Bref du Cereq N°319, Mars, 2014.

⁶⁰ Para maiores informações consultar: Extraits du mémoire A-M Fabre Centre de Santé Universitaire. In: **Bilan des Activités**, 2013. Disponível em: <<http://www.amicaledunid.org/index.php/les-etablisements/joomla-3/adn-grenoble>>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

Sobre o avanço do projeto neoliberal, ou social-liberal, do qual emergem as políticas de combate à pobreza, vemos que a instituição Appart, em seu relatório das atividades realizadas no ano de 2013, afirma que

As confusões entre a política migratória e a política de habitação nos coloca em posições delicadas, até mesmo insustentáveis: como operar « a incondicionalidade » de acolher os públicos cada vez mais precários?
[...]

Paralelamente, o governo lançou **grandes obras que nos impactam em primeira instância e nos mobilizam:**

- **Implantação da luta contra a pobreza e a inclusão social**
- Lei Duflot, lei ALUR, projeto de lei sobre a prostituição, projeto de reforma do direito de asilo
- Estados gerais do trabalho social (FRANCE, 2013, p.7, **grifos meus**, tradução minha)⁶¹.

Em nota presente no documento, a Diretora Geral da instituição ainda aponta que

Como lembrou, no fim de 2012, **a conferência nacional contra a pobreza e pela inclusão social, a situação da França continua a se degradar**. A realidade econômica é pouco favorável (crescimento nulo em 2012, as previsões têm sido revistas à queda para 2013).

Tão quanto são os signos que enlaçam **prever um novo aumento do número de pessoas em dificuldade**.

É nesse contexto que **devem ser trazidas respostas** às grandes questões da sociedade e, **mais particularmente, aquelas de atenção às pessoas em grande precariedade**.

As mudanças anunciadas pelo campo de luta contra a exclusão e mais particularmente pelas de habitação são hoje uma realidade efetiva (RENOUD-GRAPPIN *apud* FRANCE, 2013, p.9, **grifos meus**, tradução minha)⁶².

A luta contra a pobreza, como já apontou Mauriel (2012), não têm ocorrido esporadicamente no mundo, nem tem sido manobrada como forma de 'enfrentamento' à questão social de modo 'neutro'.

⁶¹ No original: "Les confusions entre la **politique migratoire et la politique d'hébergement** nous mettent dans des positions délicates, voire intenable : comment oeuvrer « l'inconditionnalité » de l'accueil des publics de plus en plus précaires? [...] Parallèlement, le gouvernement a lancé de **grands chantiers** qui nous impactent au premier chef et nous mobilisent:

- Mise en place de la lutte contre la pauvreté et l'inclusion sociale;/- Loi Duflot, loi ALUR, projet de loi sur la prostitution, projet de réforme du droit d'asile;/- Etats généraux du travail social".

⁶² No original: "Comme l'a rappelé, fin 2012, la conférence nationale contre la pauvreté et pour l'inclusion sociale, la situation de la France continue de se dégrader. La réalité économique n'est guère plus favorable (croissance nulle en 2012, les prévisions ayant été revues à la baisse pour 2013). / Autant de signes qui laissent entrevoir une nouvelle augmentation du nombre de personnes en difficulté. / C'est dans ce contexte que doivent être apportées des réponses aux grandes questions de société et, plus particulièrement, celle de la prise en charge des personnes en grande précarité. Les changements annoncés pour le champ de la lutte contre l'exclusion et plus particulièrement pour celui de l'hébergement sont aujourd'hui réalité effective".

As propostas neoliberais realizadas internacionalmente, por um lado, têm refletido imediatamente no aumento da precarização do trabalho⁶³, tanto isso é fato, que a profissional trabalhadora da Amicale du Nid relatou as dificuldades de contratação de profissionais para serviços de manutenção, bem como de suporte organizacional, ocasionando na intensificação dos processos de trabalho dos profissionais de cargos mais estáveis e de maior remuneração da instituição. Por outro lado, a ‘luta contra a pobreza’ também retira as atenções da essência do fenômeno da pobreza, a questão social, a qual tem o trabalho alienado, explorado, como fundamento, ou seja, como centralidade.

Contudo, o evidente ‘consenso’ internacional sobre a ‘luta contra a pobreza’, ou ainda, ‘guerra’ contra as expressões da questão social, como ilustrada nos apontamentos da instituição sobre a política migratória em tempos de crise estrutural do capital, também diz respeito aos rebatimentos perversos do imperialismo (MÈSZAROS, 2009), como o aumento da discriminação do trabalhador imigrante (no caso francês, especialmente com africanos da África sub-saariana e Magreb) e o avanço de políticas de restrição de permanência e entrada no país, ações essas que acabam por incitar a xenofobia por parte dos conservadores.

As ações governamentais, claramente orientadas pelos interesses da classe burguesa, nesse sentido, podem ser vistas através das políticas migratórias (MÈSZAROS, 2009), bem como na concepção que descaracteriza a questão social e aponta que o ‘problema’ dos países ‘subdesenvolvidos’ seria a pobreza daqueles que estariam ‘excluídos’.

Não raramente, estudos com tais percepções podem ser evidenciados. Ilustro a questão com os apontamentos expostos pelo estudo da Fundação Scelles, *L’exploitation de la prostitution: un fléau mondial* (A exploração da prostituição: uma febre mundial), no qual consta que o aumento do número de crianças exploradas sexualmente no mundo e suas razões são dadas da seguinte maneira:

Atualmente, os corpos de mulheres, de crianças e cada vez mais de homens tornam-se objetos de mercadoria, vendidos na internet, nos peep-shows ou nos bordéis, em Bangkok como em Paris ou em Londres.
Um desenvolvimento alarmante, favorecido pela desarticulação política, a abertura de fronteiras, o empobrecimento de uns e o enriquecimento de outros, a banalização da imagem pornográfica, o

⁶³ JOBERT, B. *Le tournant néo-libéral en Europe*. Idées et recettes dans les pratiques gouvernementales. Paris: Éditions L’Harmattan, 1994.

crescimento da internet [...] (FONDATION SCELLES, 2012, p.4, tradução minha, **grifos meus**)⁶⁴.

Ainda segundo este estudo mundial, a evolução do número de crianças 'em prostituição' no mundo estaria sendo,

favorecida por um contexto de extrema pobreza e pela procura de jovens pessoas exercida pelos clientes. **Na Tailândia**, ao menos um terço de dois milhões de pessoas prostituídas são crianças, especialmente as meninas. **Na Ásia do sudeste**, entre 30% e 35% das pessoas prostituídas têm entre 12 e 17 anos. **Na Índia**, eles seriam 270.000 crianças prostituídas. **Na América Latina**, 65% das crianças de rua (dos quais o número é estimado em 40 milhões) se prostituiriam de maneira regular ou ocasional (FONDATION SCELLES, 2012, p.8, **grifos meus**, tradução minha)⁶⁵.

Com o objetivo de não relegar explicitamente tais 'problemas' ao 'subdesenvolvimento', é apontado, ademais, que

Não se poderia mais imaginar que o fenômeno não toca além das crianças dos países mais pobres. **Nos países ocidentais**, os menores, **às vezes oriundos de classes favorecidas, são também afetados. Imersos em situações de fragilidade: peregrinação, ruptura familiar, abuso..., eles caem acidentalmente nas mãos de uma rede.** (FONDATION SCELLES, 2012, p.9, **grifos meus**, tradução minha)⁶⁶.

Infiro dessas observações que a atribuição do fenômeno da exploração sexual à situação de extrema pobreza internacionalmente, e, por sua vez, o proposital deslocamento de sua essência, que é a questão social – ao se assumir que as situações de exploração sexual também possam ocorrer com as 'classes médias' (como a última passagem explícita) –, constituem-se em formas de manutenção da questão social, já que são formas de pensamento orientadas pela racionalidade burguesa, para a qual a exploração sexual é uma situação que só poderia ocorrer como alternativa à fome – supostamente alheia à dinâmica do trabalho alienado, da opressão do 'feminino'.

⁶⁴ Do francês: "Aujourd'hui les corps des femmes, des enfants et de plus en plus souvent des hommes sont devenus objets de marchandise, vendus sur internet, dans des peep-shows ou des bordels, à Bangkok comme à Paris ou à Londres. Un développement alarmant, favorisé par les bouleversements politiques, l'ouverture des frontières, l'appauvrissement des uns et l'enrichissement des autres, la banalisation de l'image pornographique, la croissance d' internet..."

⁶⁵ Do francês: "[...] favorisée par un contexte d'extrême pauvreté et par la demande de jeunes personnes exercée par les clients. En Thaïlande, au moins un tiers des deux millions de personnes prostituées sont des enfants, principalement des fillettes. En Asie du Sud-Est, entre 30 et 35% des personnes prostituées ont entre 12 et 17 ans. En Inde, il y aurait 270 000 enfants prostitués. En Amérique latine, 65% des enfants des rues (dont le nombre est estimé à 40 millions) se prostitueraient de façon régulière ou occasionnelle".

⁶⁶ Do francês: "Il ne faudrait pas non plus imaginer que le phénomène ne touche que les enfants des pays les plus pauvres. Dans les pays occidentaux, des mineurs, parfois issus des classes favorisées, sont eux aussi concernés. Plongés dans des situations de fragilité : errance, rupture familiale, abus..., ils tombent accidentellement dans les mains de réseaux".

A centralidade do fenômeno da exploração sexual na vida das filhas da classe trabalhadora, por sua vez, não é mera coincidência, revela o aspecto constitutivo da alienação nas relações sociais no capitalismo. As ações propostas pelo projeto neoliberal de 'enfrentamento' à pobreza, ademais, ilustra a luta de classes, em outros termos, impõe-nos pensar e articular conjuntamente a imprescindível negação da barbárie regida pela sociedade capitalista e sua superação, ou seja, no movimento contraditório da vida, se trata da necessária luta por políticas estruturantes tendo por norte o fim das sociedades de classes e a emancipação da humanidade.

O modo de conclusão: uma contribuição para adensar o debate

Esta dissertação de mestrado teve por objeto desvelar as condições de vida das filhas da classe trabalhadora em exploração sexual, evidenciando para tanto, o processo de socialização e inferiorização do feminino nas sociedades de classes, acessos e não acessos das mesmas, as alternativas encontradas por elas cotidianamente, as particularidades das formas de inserção nesta condição, ou seja as determinações da exploração sexual, ressaltando as formas de resistência delas e problematizando as formas de fortalecimento destas últimas.

O esforço realizado nesse processo, parafraseando Lênin, visou a realizar análises concretas de situações concretas⁶⁷. Por isso, é da forma como, na sociedade capitalista – classista, patriarcal e machista -, as expressões da alienação nas relações sociais sexuais marcam a vida das crianças e das adolescentes em exploração sexual, de tal forma que seu fim está atrelado ao necessário fim das sociedades de classes, que evoquei a questão: Qual fortalecimento para qual resistência?

Nesse sentido, a resposta que apresento é no sentido de que as possibilidades concretas de superação da ordem do capital e inferiorização do feminino enlaçam a luta pela emancipação humana. Contudo, essa luta não está posta de forma simples para a classe trabalhadora. A processualidade da conquista da liberdade, a qual apenas poderá se dar na sociedade comunista, envolve, no contexto atual de dominação do capital, a luta pelo fortalecimento da resistência da classe trabalhadora através da superação dos não acessos as necessidades imediatas, ou seja, garantia de acesso políticas sociais de qualidade, como as de saúde, habitação, o direito ao trabalho, ou seja, não meramente formais e sim reais.

No que se refere às adolescentes em exploração sexual, as propostas atuais de ‘enfrentamento’ à questão visam o contrário, prevêm a ampliação da política de assistência social, com o escopo de que seria preciso ‘empoderá-las’, o que se mostra na realidade em torno de ações que não alteram – ao invés disso confirmam, sustentam – a expropriação da classe trabalhadora. Como pudemos ver a partir de suas condições de vida, é do fundamento da questão social, ou seja, da contradição entre capital e trabalho, que partem as determinações de suas vidas (obviamente complexas, mas evidentes e concretas).

⁶⁷ Parafraseando Lênin, quando afirmou “a alma viva do marxismo: a análise concreta de uma situação concreta”. LENIN, V.I. **Obras Completas**. Editorial Progresso, 1986, tomo 41, p. 140.

Nesse sentido, a primeira parte desnuda a barbárie da exploração sexual de crianças e adolescentes, as dificuldades/barreiras encontradas por elas e as formas de resistência das mesmas na vida cotidiana, quando se indignam com as opressões classistas-patriarcais-machistas, quando lutam por seus direitos, por sua liberdade, por seu sustento, como também por garantir acessos para elas e para seus filhos, também, pelas formas como resistem e ultrapassam humilhações de profissionais de serviços que deveriam auxiliá-las e protegê-las, bem como pela forma como continuam buscando por alternativas frequentando serviços de fortalecimento (enfrentando para isso, certamente, as situações que atingem a classe trabalhadora, como dificuldades de transporte inesperadas, as refeições que não podem ser feitas quando o corpo necessita, etc), mas que se apresentam irrisórios e colocam a realidade de que o enfrentamento de fato parte delas e não de uma política.

O segundo passo consistiu em situar os aspectos centrais do debate da exploração sexual, um diálogo necessário com a relação a esse fenômeno com a questão da mulher, da esposa e da prostituta. Nesta análise, evidencio a centralidade da alienação do trabalho nas sociedades de classes, se expressando em todas as relações sociais sexuais, ou seja, as relações sociais sexuais nas sociedades de classes são centralmente alienadas.

A partir dessas mediações é que passo a evidenciar, mais precisamente, como a exploração sexual é algo ainda a ser bastante debatido, já que a dependência econômica, em maior proporção, ainda é uma realidade estatística para as meninas, as moças e as mulheres. A partir disso, trabalho com a questão da exploração sexual, relações sociais sexuais, essas entendidas como declaradamente coercitivas ou parcialmente consensuais, ou seja, uma escolha imediata visando não apenas a sobreviver, mas viver, que é diferente da discussão da luta das trabalhadoras sexuais, quanto ao reconhecimento presente na defesa central das mesmas, de que esta seria apenas mais uma forma de exploração da classe trabalhadora. Neste ponto, é que notavelmente se faz imprescindível pontuar, mais uma vez, a centralidade da questão de classe para essa discussão, pois este fenômeno abrange massivamente as filhas da classe trabalhadora e as trabalhadoras, com duplas, triplas jornadas de trabalho, sendo a atividade sexual apenas uma delas.

A dimensão das conceituações fragmentadas da violência acabou sendo descartada como prioridade a partir do entendimento de que desde a acumulação do excedente de produção nas sociedades de classes torna-se necessário destruir para criar, expandir, desbravar e acumular - foi entendida, desse modo, como constitutiva, sendo, portanto, uma forma violenta de modos de produção pautados na exploração das classes subalternas, o que tornou o trabalho algo estranho àquele que o executa, alienação do trabalho esta que, como busco explicar, se expressa nas relações sociais sexuais.

A violência sexual, assim como as demais violências, possui expressões deste fundamento social violento, da barbárie, da exacerbação do individualismo, ou ainda, da centralidade da noção de propriedade privada nas relações. A violência, conforme afirmou Ianni (2004) sobre o modo de produção capitalista, está no próprio fato de que destrói para criar, ou seja, é violento em sua essência.

Devido a isso, a condição de vida das filhas da classe trabalhadora em exploração sexual é permeada por diversas formas de resistência já explicitadas, sendo que no MPC, temos o desenvolvimento das relações burguesas de produção e o aprofundamento da alienação do trabalho, aumento do abismo que separa as formas de apropriação da riqueza por parte de uma classe e a classe que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

Nesse sentido, concebo que o estereótipo do feminino é fundado pela expropriação, que se expressa historicamente nas sociedades de classes. O feminino, explorado, é constitutivo de tais sociedades. Isso se deu a partir da violenta opressão e imposição das formas de apropriação privada da riqueza por parte dos indivíduos do sexo masculino, como responsáveis por gerir, a partir do desmantelamento da coletividade das sociedades comunais (primitivas), com a divisão social sexual, ficando para o feminino a realização do trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, trabalhos estes que não geram excedente de produção, por conseguinte, atividades inferiorizadas que marcam até a atualidade o trabalho feminino, seja em setores considerados femininos e mal remunerados, seja na escancarada remuneração menor para mulheres que ocupam o mesmo cargo e possuem o mesmo ou maior nível educacional que os homens que ocupam as mesmas funções.

Todos esses fatos vão cada vez mais fundamentando as hipóteses que foram sendo trabalhadas ao longo desta pesquisa. Destarte, a dependência

econômica é aspecto que marca as vidas daquelas crianças e adolescentes, tanto que esse aspecto classista está na gênese da constituição da família monogâmica burguesa, por isso, argumento sobre a centralidade da exploração da classe trabalhadora no fenômeno da exploração sexual.

A contradição passa a ser aspecto fundamental nesta análise, tendo em vista que as meninas, as adolescentes e as mulheres da classe trabalhadora, ao se defrontarem com a opressão cotidiana classista, patriarcal e machista, resistem de diversas formas – lutando por seus direitos, sua liberdade de ficar próximo daqueles que elas amam, pelos acessos, resistem às humilhações das investidas policiais, entre outras formas.

Nos limites da sociedade burguesa, são articuladas, no entanto, lutas em torno do direito, com a defesa de pressupostos universais de legislações que anunciam direitos iguais numa sociedade de indivíduos desiguais. Essa forma de luta e busca por proteção, todavia, aponta as infâncias e adolescências como ‘etapas ideais’ da vida social dos indivíduos, obscurecem sua processualidade. Ademais, a ampla punição nas legislações para a infância e adolescência já mostra o controle social que é exercido sobre os filhos e filhas da classe trabalhadora por parte da classe dominante. Afinal, é imposto a seus filhos a condição de privação de acessos e expropriação, o que revela o próprio caráter parcial daquelas legislações, por isso minha indagação acerca disso: direito de quem e para quem?

Busco ainda enfatizar, como o ECA na lógica do direito burguês, atende aos filhos da classe dominante, no sentido de que pressupõe que as todas as famílias possuam determinadas condições para garantir ao menos os ‘direitos fundamentais’, porém tais condições não podem ser atendidas pela classe trabalhadora, apesar de aparecerem como pressuposto, fazendo com que estas famílias sejam super responsabilizadas - já que esta sociedade se baseia na família monogâmica burguesa como uma unidade econômica, em que a relação dos pais com os filhos também expressa a propriedade privada. Para fazer a contraposição a essas questões trago a todo o momento a importância da coletivização do trabalho doméstico, da socialização da educação e do cuidado com filhas e filhos.

Tendo em vista essa argumentação, evoco o debate sobre a emancipação política e a emancipação humana, nos termos de Marx, problematizando os limites do ECA quanto a proposta de proteção paliativa e irrisória, que claramente possui

compromisso e cumpre com o papel da emancipação política já realizada pela burguesia.

A exploração sexual, portanto, é uma relação social, embora desumanizada, sua essência expressa a alienação do trabalho, alienação presente nas relações então de produção e reprodução, nas relações sociais e relações sociais sexuais. A prostituição, portanto tem sua gênese neste universo que promove uma suposta dicotomia entre o sexo para reprodução e para o prazer.

O trabalho sexual, nada mais é, portanto, que a representação da organização de uma categoria que se reconhece como classe em si, ou seja, entendendo que aqueles padecem das mesmas questões da classe trabalhadora, organizando-se por mudanças e conquistas de melhorias.

O fortalecimento da luta das trabalhadoras sexuais, a curto prazo, nesse sentido, é uma luta legítima emanada da classe trabalhadora, mas não podemos ter ilusões com relação ao que conquistaremos, pois ao acessarem os direitos trabalhistas elas terão sim uma grande conquista para muni-las em suas reivindicações, como as de saúde pública, previdenciárias e protetivas, no entanto, elas estarão inseridas num contexto de precarização e ataque aos direitos trabalhistas.

A título de exemplificação da alienação do trabalho, retomemos brevemente aqui uma das reivindicações presentes no PL Gabriela Leite, que se refere à atuação da trabalhadora sexual em cooperativas, o que as fortalece em termos de organização e garantias de acessos a partir dos direitos trabalhistas – como holerites necessários para financiamentos, etc. – mas cai no engodo ainda da prestação de serviços e do entendimento de que elas não teriam chefes, nem cafetões, ou agenciadores, o que expressa a alienação, pois elas continuarão vendendo um serviço para alguém, ou seja, a essência da venda de si para um terceiro continua presente, sendo uma relação de troca econômico-sexual que gera a dependência econômica de qualquer forma. A luta é legítima, pois se nem com a lei conseguimos garantir o acesso com qualidade aos direitos, como confrontar as questões e lutar por proteção sem um mínimo de aparato jurídico?

O que não podemos é esquecer que esta é uma luta fragmentada da classe trabalhadora, luta imediata, ou seja, é uma luta e conquista muito frágil pelos limites da emancipação política, portanto, evoca ainda a prioridade pelo fortalecimento de políticas estruturantes, ou ainda, garantia de acesso ao trabalho, a

saúde, a educação. Tão pouco podemos ignorar que no comunismo não teremos indivíduos que realizarão uma atividade única e exclusivamente para sobrevivência, ou seja, o pintor poderá concretamente tornar-se aquele que pinta, que constrói, que arquiteta, ou seja, não será preciso o trabalho sexual para sobreviver, mas aquela (e) que faz sexo, poderá concretamente pintar, filosofar, cantar.

Todavia, dá-se a importância por trabalhar a partir da fala e do entendimento destes sujeitos, o que faz toda a diferença, já que a decisão sempre é deles, a resistência e o real enfrentamento sempre é deles. Elas buscam por diversas formas de resistência à expropriação, tanto na exploração sexual em que se espera por exploradores nas ruas, como na troca do sexo por atenção e coisas em relações sociais sexuais monogâmicas, ou seja, marcadas pela centralidade da alienação, fato este que se expressa em todas as relações, mas que enfatizo aqui pela proposta do trabalho. A busca pela constituição de uma família monogâmica por crianças e adolescentes como pressuposto para a independência econômica dos pais ou responsáveis é fato comprovado pelo número crianças e adolescentes que vivem em relação conjugal em domicílio com um adulto, o que pode ser constatado, por exemplo, pelos dados estimados no censo 2010 do IBGE. Tendo em vista suas condições de vida, responsabiliza-se a família e até a criminaliza pela questão social à luz de uma proposta de 'enfrentamento' determinada.

É desse modo que o 'enfrentamento' proposto pela política de assistência social emerge como parte do projeto social-liberal de combate às formas de desigualdade, especialmente, à pobreza, sendo esta última entendida como sinônimo de questão social, esta que aqui é entendida como o embate entre capital e trabalho. No centro das diversas ações de 'enfrentamento' propostas, vemos a prioridade por políticas de transferência de renda, atendendo à perspectiva de 'empoderamento' em detrimento de políticas estruturantes.

A escolha por fazer minha dupla diplomação com uma universidade francesa teve íntima ligação com esta questão, já que o projeto neoliberal que vem ganhando espaço na cena brasileira aparece sob o escopo de políticas focalizadas. Nesse sentido, em muitos estudos sobre as políticas sociais a França aparece como país pretensamente sólido às investidas neoliberais, no entanto, cada vez mais o projeto neoliberal marca diversas ações previstas em políticas amplas, como as de seguridade social. Nessa cena, o 'empowerment' americano ganha espaço nas discussões e atualmente é utilizado por muitos profissionais do Serviço Social,

utilizando-o como se fosse sinônimo de autonomia ou pressuposto para este último. Na realidade, o Brasil com o social-liberalismo tem se assemelhado muito às propostas européias de políticas sociais, fortemente influenciadas pelas diretrizes do Banco Mundial e do FMI, sendo nas proposições mais gerais de Amartya Sen que esta corrente têm se sustentado. Isso mostra, na verdade, a dinâmica incontrolável do modo de produção do capital, como afirmou Mészáros (2011).

Para o ao fortalecimento da resistência da classe trabalhadora, portanto, é preciso lutar por políticas sociais, pelo direito ao trabalho de fato e direitos trabalhistas, não esquecendo dos limites que estas conquistas possuem, sendo que a superação das expressões da questão social apenas são possíveis em outro projeto societário que concretize a emancipação humana, conforme suscitado anteriormente durante todo este trabalho, o que é aqui reafirmado como uma possibilidade concreta.

Esse trabalho buscou também traçar análises atreladas aos elementos constitutivos do projeto-ético-político do Serviço Social, estando assim saturado por posicionamentos políticos amplamente sustentados no arcabouço teórico-metodológico desta categoria profissional, não sendo possível, por conseguinte, finalizar tal estudo sem reafirmar a centralidade deste projeto profissional que apresenta 'uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc' (NETTO, 1999, p. 98).

Por isso, quando afirmei que este estudo tem um direcionamento político, busquei dar relevância a necessidade de compreensão do fenômeno da exploração sexual em sua essência, sobretudo, para a atuação profissional, uma vez que a materialização deste projeto se dá através dos posicionamentos ético-políticos e, talvez até pequenas escolhas que fazemos na vida cotidiana, como negar-se a super responsabilizar as famílias destas crianças e adolescentes da classe trabalhadora – lembrando que a sociedade e elas mesmas já se responsabilizam o suficiente, dentro dos limites que possuem – e voltar-se para a luta pela garantia dos direitos sociais como dever do Estado, por exemplo, apropriando-se da dimensão educativa da profissão por intervenções em grupos e oficinas, como projeto de ruptura com as propostas conservadoras que as políticas sociais, muitas vezes podem tomar ou se apresentar.

Enfatizando ainda que uma das características deste projeto para além da atuação contra-hegemônica é o horizonte da emancipação humana, na luta e defesa intransigente pelos direitos sociais, mas com o norte do projeto societário comunista. Portanto, evidencia-se a prioridade da luta por políticas sociais que garantam a saúde, o trabalho, a habitação, a educação, públicas e com qualidade, como fortalecimento da resistência cotidiana dos indivíduos, mais precisamente aqui das crianças e adolescentes, visando a tomada de consciência com relação aos pressupostos apontados até aqui que são bases constitutivas das relações sociais sexuais alienadas, estas sim são formas de fortalecimento da resistência não apenas, mas também à exploração sexual de mulheres, homens e das filhas e filhos da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

- ABRAMIDES, M. B. C. **Projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: PUCSP, 2006. 406f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUCSP, São Paulo, 2006.
- A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO**. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos do Trabalho, 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf>>. Acesso em 04 de Abr. 2014.
- ABREU, M. **Dicionário crítico do feminismo**. Cad. Pagu, nº. 36, Campinas, Jan./June, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100017>. Acesso em 27 Mar.2014.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARROCO, M.L.S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205 – 218, abr./jun. 2011.
- BEHRING, E. R., BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BEHRING, E. R. **Política social no contexto de crise capitalista**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 301-321, 2009.
- _____. **Fundamentos de Política Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 1 – 27, 2000.
- SOCIEDADE BÍBLICA CATÓLICA INTERNACIONAL. **BÍBLIA SAGRADA**. São Paulo: PAULUS, 1990.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRASIL. **IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 04 Abr. 2014.

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. **Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata** [recurso eletrônico]. – 10. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.724**, publicada em 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Disponível em:

<<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacaofederal/LOAS.pdf/view>>.

Acesso em 04 Abr. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.**

3ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano_nacional.pdf>. Acesso em 01 Abr.

2014.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, MDS, 2009.**

Disponível em:

<[file:///C:/Users/Alana/Downloads/livro%20Tipificacao%20Nacional_internet%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Alana/Downloads/livro%20Tipificacao%20Nacional_internet%20(1).pdf)>. Acesso em 04 Abr. 2014.

CAMPOS, M.S. **Possibilidades abertas pelo Programa Fortalecendo a Família – PFF/SP/SP.**

In: WANDERLEY, M.B., OLIVEIRA, I.I. de M. C. e (org.). Trabalho com famílias. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004, p. 23-35.

_____. TEIXEIRA, S.M. **Gênero, família e política social: as desigualdades fomentadas pela política social.** Rev. katálysis vol.13 no.1 Florianópolis Jan./June 2010, p. 20-28.

_____. **Para que serve pensar a existência de uma “Chefia Feminina” na família atual?** In: MARTINO, M.de. (comp.) Infancia, família y gênero. Múltiples problemáticas, múltiples abordajes. Montevideo: Ediciones Cruz Del Sur, 2010.

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – CECRIA. Assistência e família no combate à exploração, abuso sexual e maus tratos de crianças e adolescentes. Brasília, 1997.

CERQUEIRA, D., COELHO, D. de S. C. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar).** Brasília: IPEA, 2014.

CHAUÍ, M. **Brasil – mito fundador e sociedade autoritária.** Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo, 6ª reimpressão, 2006.

_____. **Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas.** 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Nota técnica nº 002/2013**. Brasília, 18 janeiro de 2013.

COUTINHO, C.N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Estocolmo, Suécia (1996). **Declaración y programa de acción – Primero Congreso Mundial Contra La Explotación Sexual Comercial de los Niños**. Estocolmo: autores. Disponível em: <www.csecworldcongress.org/PDF/sp/Stockholm/Outome_documents/Stockholm%20Declaration%201996_SP.pdf>. Acesso em: 18 Fev. 2015.

FALEIROS, V.P. **O papel do Estado e da sociedade civil na questão da exploração sexual de meninas e adolescentes**. In: BONTEMPO, D. et al (org.). Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO e Centro de Referência para Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA, Brasília, 1995, p. 97-102.

_____. **Formação de educadores (as)**: subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

FERNANDES, A.M., CROCHIK, J.L. (org.) **Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**: enfrentamento e crítica. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2011. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/0/Documentos/Viol%C3%Aancia%20Sexual%20cotra%20Crian%C3%A7as%20e%20Adolescentes%20na%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo_Enfrentamento%20e%20Cr%C3%ADtica.pdf>. Acesso em 01 Abr. 2014.

FONDATION SCELLES. **L'exploitation de la prostitution**: um fléau mondial. Paris: Fondation Scelles, 2012.

France. L'appart. **L'intervention sociale auprès des jeunes mineurs et jeunes majeurs**. Grenoble: Althea, 2010.

France. Althea. **Rapport d'activité 2013**. Grenoble: Althea, 2013.

FRANCE. **Bilan des activités**. Grenoble: Amicale du Nid, 2013. Disponível em: <<http://www.amicaledunid.org/index.php/les-etablissements/joomla-3/adn-grenoble>>. Acesso em: 20 Jan. 2015.

- GOLDMAN, W. **Mulher, Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HARVEY, D. **Conferência: "Os limites do capital e o direito à cidade"**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Hayek, F.A. **O caminho da servidão**. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HELLER, A. **O futuro das relações entre os sexos**. In: A crise da família e o futuro das relações entre os sexos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- _____. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IAMAMOTO, M.V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. **Uma abordagem socioeducacional**. In: MARTINELLI, M.L. (*et al.*). O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 1995, p. 139-151.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Questão social, família e juventude: desafio do trabalho do assistente social na área sociojurídica**. In: SALES, M. A., MATOS, M., LEAL, M. C. (orgs). Política social, família e juventude: uma questão de direito. São Paulo: Cortez. pp. 261 – 298, 2004.
- _____. **O serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 15-50, 2009.
- IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- KONDER, L. **Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEAL, M.L.P. **A exploração sexual comercial de meninos e meninas e adolescentes na América Latina e Caribe**. Relatório Final, Brasília: CECRIA, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

_____, LEAL, M. F. P. (2002). **Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil**. PESTRAF: Relatório Nacional. Brasília/DF: CECRIA.

_____. **Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Save the Children. 2003, 24p.

LEMETRO/IFCS-UFRJ. Observatório da prostituição. **Relatório Copa do Mundo**. LeMetro/IFCS-UFRJ, pp. 1-43. Disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.files.wordpress.com/2014/09/observatc3b3rio-da-prostituic3a7c3a3o_relatac3b3rio-copa-do-mundo_03-set-2014.pdf>. Acesso em 20 Jan 2015.

LESSA, S. **A ontologia de Lukács**. 2ª edição – Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1978.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINELLI, M.L. **Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa**. In: Temporalis-ABEPSS nº9. Pesquisa e conhecimento em Serviço Social. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2005.

MARX, K. **Crítica ao programa de Gotha**. Comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão. In: MARX, K., ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 11ª edição – São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **A ideologia alemã**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MARANHÃO. C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A.E. (Org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2010.

- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- MAURIEL, A. P. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: MOTA, A. E. (Org.) **Desenvolvimento e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **Marx: A teoria da alienação**. RJ: Zahar, 1981.
- _____. **O século XXI**. Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O Poder da ideologia**. 1ª edição, 4ª reimpressão – São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **Palestra de lançamento do livro: 'O conceito de dialética em Lukács'**, São Paulo: Boitempo, 2013.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criticidade**. 11ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- _____. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant. Vol.1, No.2 Recife May/Aug. 2001. pp.91-102.
- _____. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: M. F. Westphal (org.). **Violência e criança**. São Paulo: Edusp, 2002, pp. 95-113.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Disponível: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em 04 Abr. 2014.
- MIOTO, R. C. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar**. In: SALES, M. A., MATOS, M. C. de, LEAL, M. C. (orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004a, p. 43-59.
- _____. **A família é um espaço de pessoas**. In: WANDERLEY, M.B., OLIVEIRA, I.I. de M. C. e (org.). **Trabalho com famílias**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004b, p. 14-17.
- _____. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias**. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.497 – 512.
- _____. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Serviço Social em Revista, Londrina, V. 12, N.2, JAN./JUN., 2010, p. 163-176.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

_____, DURIGUETTO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca básica do Serviço Social).

MORAES, M. L. Q. de. **Dossiê** : marxismo, feminismo e "estudos de gênero". Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/MLygia2.pdf>>.

Acesso em 12 Mar. 2014.

MORAES, N. A. de, *et al.* **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**: Um Estudo com Caminhoneiros Brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Jul-Set 2007, Vol. 23 n. 3, p. 263-272.

MOTA, A. E. (Org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2010.

_____.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (Org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2010.

_____. (Org.) **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução de desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NEGRÃO, A. M. M. **Pernas cruzadas, meias rendadas**: desvendando histórias de Campinas (1930 – 1970). Campinas/SP: UNICAMP/CMU, 2013.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 1ª Ed, 2011b.

_____. BRAZ, M. **Economia política**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA. C. M. F. M. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Vigo, 17 de xuño de 2003. Disponível em: <http://www.galizacig.gal/actualidade/200306/cmn_a_feminizacao_no_mundo_do_trabalho.htm>. Acesso em 25 Out. 2014.

_____. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Pesquisa mensal de emprego 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em 04 de Abr. 2014.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Síntese dos Indicadores 2009. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em 04 de Abr. 2014.

PESQUISA REFEIÇÃO ASSERT. **Preço Médio 2013.** Instituto Análise, 2013. Disponível em: <http://assertbrasil.com.br/wp-content/uploads/2013/04/Assert-Pesquisa-2013-Final.pdf>. Acesso em 04 Abr. 2014.

Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004, 2004. Disponível em: <<file:///C:/Users/Alana/Downloads/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%20Norma%20Operacional%20Basica%20de%20Servico%20Social%202013%20NOBSUAS.pdf>>. Acesso em 04 Abr. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Plano municipal de assistência social 2010-2013.** Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cidadania/ATT00085.pdf>. Acesso em 04 Abr. 2014.

PRIORE, M. L. M. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

RAGO, M. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930). São Paulo: Paz e Terra, 2ªed., 2008.

REED, E. **O Mito da Inferioridade da Mulher.** Online, 1954. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1954/mes/mito.htm>>. Acesso em 12 Mar. 2014.

_____. **Sexo contra sexo ou classe contra classe.** Online, 2008. Disponível: <<https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/ano/mes/sexo.htm>>. Acesso em 12 Mar. 2014.

REYNOLDS, M. **Little Box.** Música traduzida por Nara Leão. Disponível em: <<http://letras.mus.br/nara-leao/1095166/>>. Acesso em 03 Abr. 2014.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. **Exploração sexual de crianças.** In: AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N.A. (org.). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: IGLU, 1989, p.49-95.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu (16) 2001: pp.115-136.

_____. **Gênero e Patriarcado.** Inédito, jan/ 2001.

SILVA, M. L. O. e **O controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo: entre a 'proteção' e a 'punição'.** São Paulo: PUCSP, 2005. 254f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUCSP, São Paulo, 2005.

Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Tolerância Social à Violência Contra a Mulher. IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em 03 Abr. 2014.

TRINDADE, E. **As meninas da esquina: diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil.** 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

TRINDADE, J. D. de L. **História social dos direitos humanos.** São Paulo: Peirópolis, 2011.

TROTSKY, L. **A revolução traída.** São Paulo: Global Editora, 1980.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Anexos

Anexo 1.

Tabela 1.1.4 - População residente, por grupos de idade e sexo, segundo a condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio - Brasil - 2010

(continua)

Condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio	População residente							
	Total	Grupos de idade						
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos
Total	190 755 799	13 796 158	14 969 375	17 166 761	10 357 874	6 632 998	17 245 192	17 104 414
Pessoa responsável (1)	57 449 271	-	-	132 780	242 945	419 333	2 818 994	5 168 117
Com responsabilidade compartilhada	16 986 123	-	-	49 354	85 730	139 963	922 415	1 748 213
Sem responsabilidade compartilhada	40 420 164	-	-	82 635	156 551	278 570	1 892 991	3 415 360
Cônjuge ou companheiro(a)	37 554 478	-	-	42 850	261 100	478 717	2 754 322	4 565 432
De sexo diferente	37 494 443	-	-	42 678	260 345	476 753	2 744 539	4 553 052
De mesmo sexo	60 035	-	-	172	755	1 964	9 783	12 380
Filho(a)	68 290 796	10 384 603	11 556 838	13 355 663	7 743 060	4 361 136	8 553 052	5 275 582
Da pessoa responsável e do cônjuge	47 534 733	8 989 177	9 091 782	9 613 092	5 269 056	2 919 836	5 495 374	3 128 463
Somente da pessoa responsável	20 756 063	1 395 426	2 465 056	3 742 571	2 474 004	1 441 300	3 057 678	2 147 119
Enteado(a)	3 007 318	204 457	635 496	927 570	464 022	208 962	317 848	135 328
Genro ou nora	2 066 575	-	-	22 829	123 434	159 752	547 080	475 179
Pai, mãe, padrasto ou madrasta	2 785 793	-	-	-	-	-	24 365	33 002
Sogro(a)	646 441	-	-	-	-	-	4 489	3 904
Neto(a)	8 873 391	2 643 226	2 205 870	1 897 908	815 511	380 363	581 197	225 609
Bisneto(a)	251 935	127 911	67 926	36 194	9 984	3 511	4 021	1 296
Irmão ou irmã	3 420 781	44 759	103 182	220 025	229 517	197 224	531 993	430 303
Avô ou avó	130 331	-	-	-	-	-	-	-
Outro parente	3 753 116	326 186	334 285	433 530	350 227	272 494	608 998	387 454
Agregado(a)	524 666	26 942	28 707	41 983	41 679	36 534	91 067	64 127
Convivente	1 069 116	27 504	26 432	37 423	49 182	75 311	248 266	187 283
Pensionista	66 089	1 597	1 137	1 350	2 055	4 476	15 540	11 751
Empregado(a) doméstico(a)	247 335	-	-	2 788	11 217	15 196	41 798	34 275
Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	16 189	3 628	3 171	3 115	1 435	761	1 458	870
Individual em domicílio coletivo	602 178	5 345	6 331	10 753	12 506	19 228	100 704	104 902